



**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL
SECUNDARISTA COMO ESPAÇO DE LUTA POLÍTICA
(ANOS DE 1980)**

ADRIANA CRISTINA DA SILVA PATRÍCIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PÓDER E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS

ADRIANA CRISTINA DA SILVA PATRÍCIO



A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL
SECUNDARISTA COMO ESPAÇO DE LUTA POLÍTICA
(ANOS DE 1980)

NATAL/RN
2007
ADRIANA CRISTINA DA SILVA PATRÍCIO

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL
SECUNDARISTA COMO ESPAÇO DE LUTA POLÍTICA (ANOS DE 1980)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa **Cultura, Poder e Representações Espaciais**, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ORINTADORA PROF^a DR^a MARIA DA CONCEIÇÃO FRAGA

NATAL/RN
2007

Catálogo na fonte.
Biblioteca do Educador Prof^a Olindina Gomes.

P314p Patrício, Adriana Cristina da Silva.

A participação feminina no movimento estudantil secundarista como espaço de luta política (anos de 1980) / Adriana Cristina da Silva Patrício. – Natal, 2007.

124 f.

Orientadora: Maria da Conceição Fraga.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

1. Movimento estudantil – Participação feminina 2. Política – Rio Grande do Norte. 3. Política estudantil. 4. Movimento estudantil – Rio Grande do Norte. 5. Espaço estudantil. I. Fraga, Maria da Conceição. II. Título.

CDU 396.9(813.2)

ADRIANA CRISTINA DA SILVA PATRÍCIO

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL
SECUNDARISTA COMO ESPAÇO DE LUTA POLÍTICA (ANOS DE 1980)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela mesa examinadora composta pelos seguintes professores:

Prof^a Dr^a Maria da Conceição Fraga
Orientadora

Prof^a Dr^a Maria Dolores de Brito Mota
Examinadora

Prof. Dr. Almir de Carvalho Bueno
Examinador

Prof^a Dr^a Margarida Dias de Oliveira
Examinadora Suplente

Natal, 06 de setembro de 2007.

AGRADECIMENTOS

As escrituras aqui impressas refletem parte do que penso e sinto. Refletem questionamentos, motivações, direção e respostas múltiplas. São resultado de quase três anos de dedicação a um projeto pessoal e coletivo. Pessoal porque se refere a uma imensa vontade de estudar História, área profissional que escolhi a quase dez anos, na qual me dedico através da pesquisa e da educação. Coletivo, porque durante todo esse tempo e até mesmo antes dele, muitas pessoas passaram por minha vida, ajudando e incentivando, compartilhando momentos alegres e difíceis da minha caminhada social e acadêmica. Desta forma, quero agradecer as inúmeras pessoas que ajudaram para concretização do meu mestrado em História e Espaços.

Agradeço primeiramente a minha família. Meu filho Glauber, que já se “acostumou” com essa vida louca de mãe, estudante, professora, Guarda, enfim... Que conseguiu administrar as ausências, demonstrando compreende-las, me dando carinho e apoio. Ao meu companheiro Glácio, que faz justiça a esse adjetivo, pois durante todos esses anos, não se cansa de incentivar-me a continuar estudando, tentando criar as condições necessárias pra que meus projetos se realizem, agüentando o meu stress, dividindo as tarefas e obrigações, destinando-me apoio incondicional. Aos meus pais, José Patrício e Maria do Carmo, responsáveis pela base estrutural da minha formação pessoal e aos meus irmãos, Roberto e Leandro, pelo incentivo e carinho.

As ex-militantes estudantis Ormindá Silva, Aluizia Freire, Ana Cláudia Melo, Jalmira Damasceno, Maria Alves (Rosa) e sua irmã Neide, pelas informações cedidas para este trabalho; Bem como, agradeço também aos ex-militantes Luciano de Almeida, Henrique José Fernandes, Walter Júnior, Lázaro Amaro, João Maria Fraga, Sebastião Valério da Fonseca, Rogério Marques, Glácio Menezes, Cláudio Damasceno, Juscelino Bezerra, Serveni Cid, pelas valiosas informações cedidas anteriormente, além do entusiasmo e incentivo que muitos externaram ao nos encontrarmos.

A professora Dra. Maria da Conceição Fraga (Ceixa) pela prestativa orientação neste trabalho, bem como, por toda ajuda, compreensão, carinho, força e, sobretudo, confiança que tem nos dedicado durante toda a nossa formação acadêmica, incentivando-nos em diversos espaços de conhecimento.

Aos professores do Departamento de História, que atravessaram nosso caminho durante esses dez anos, marcando-nos com suas teorias, práticas, contribuindo, assim, na construção do conhecimento histórico. Em especial aos professores da Pós-graduação Durval Muniz, Almir Bueno, Margarida Dias, Iranilson Buriti, Arisnete, Flavia Pedreira, pelas contribuições em sala de aula e fora dela, dando dicas de livros, materiais e até mesmo caminhos possíveis.

Aos amigos da academia que conquistamos ao longo de nossa trajetória, Eliane, Aluizia, Rosana, Isa Paula, Ranielle, Alenuska, Abraão, Socorro, João Mauricio, por estarem presentes em momentos importantes dessa caminhada sempre dando força, dicas, demonstrando carinho e preocupação conosco. Aos amigos da primeira turma do Mestrado, Rosangela, Alessandro, Juciene, Helder, Olívia, Miriam, Lênin, Leonardo, Ursula, Daniel, pela partilha, pelo proveitoso convívio de aprendizagem profissional e pessoal.

A Ivanny Rhavena do Centro de formação de Professores do Município pela dedicação e competência no trabalho de normatização da dissertação.

Aos amigos do trabalho pelas palavras de incentivo, em especial a Edílson e Rousiene que se mostraram presentes nos momentos cruciais de conclusão deste trabalho, não medindo esforços para ajudar-me.

Aos grandes amigos que a vida me proporcionou, pessoas importantes do meu cotidiano como Nivanete, Raniery, Marta, Michele, Moacir, Jussara, Flavinho, Késsia, Luciana, Paulinho, Eleika, pelo incentivo diário, pelos bons momentos de vida e luta.

A todos que direta ou indiretamente me ajudaram nas diversas fases da pesquisa, orientando em algum aspecto, incentivando, dando força, compreendendo o meu não comprometimento em outras atividades que requeressem tempo e uma dedicação a qual não dispunha.

E por fim, a todos aqueles que ainda acreditam nas mudanças e agem na procura das transformações sociais, que acreditam na política e transformam-se constantemente. Que visualizam um mundo melhor passando por seus atos, que sobretudo, constroem a história conscientes do seu papel.

RESUMO

A história das mulheres tem sido uma importante temática no campo da historiografia nos últimos tempos. Vários historiadores se debruçam a discutir temáticas relacionadas aos gêneros, mostrando suas relações e conflitos. Essas novas temáticas são frutos também de uma série de mudanças na história que trazem novos problemas, objetos, e abordagens. Nosso objetivo neste trabalho é analisar experiência das militantes estudantis inseridas no movimento estudantil (ME) secundarista no Rio Grande do Norte nos anos de 1980. Discutindo os conceitos de História e Espaços, tentamos analisar o espaço político do ME através das esferas públicas e privadas que compõem a vida da militante estudantil, mostrando os conflitos enfrentados durante sua permanência no movimento. Para um melhor entendimento do panorama político do ME, organizamos um resumo mostrando a reconstrução das entidades estudantis reorganizadas após os governos militares, bem como montamos um quadro dessa inserção das mulheres na história. Utilizamos a fonte oral como principal recurso metodológico para a construção do nosso trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento estudantil – Participação feminina. Política – Rio Grande do Norte. Política estudantil. Movimento estudantil – Rio Grande do Norte. Espaço estudantil.

ABSTRACT

The history of women has been an important thematic in the field of Historiography in recent years. Many History scholars have discussed thematics related to genre, pointing out their relationship and conflicts. These new thematics are also the result of a series of changing in history that bring out new problems, subjects and approaches. Our aim in this work is to analyse the experience of women militants inserted into the student secundarist movement (ME) in Rio Grande do Norte in the years of 1980's. Discussing the concepts of History and Spaces, we try to analyse the political spaces of ME through public and private spaces that make part of the student militant life, pointing out the conflicts faced during their standing into the movement. To a better understanding of the ME political overview, we set a summary to point out the reconstruction of the student entities reorganized after the military governments, as well as we picture a general picture of this women's insertion in history. We use the oral source as the main methodological resource to the development of our work.

KEYWORDS: Estudantil movement - Feminine participation. Politics – Rio Grande do Norte. Estudantil politics. Estudantil movement – Rio Grande do Norte.. Estudantil space.

LISTA DE ABREVIATURAS

- AIDS** - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- ALN** - Aliança Libertadora Nacional
- APE** - Associação Potiguar de Estudantes
- APES** - Associação Potiguar de Estudantes Secundários
- APRN** - Associação dos Professores do Rio Grande do Norte
- ARENA** - Aliança Renovadora Nacional
- CEM** - Centro Estudantal Mossoroense
- CEP** - Centro Estudantil Potiguar
- CONEG's** - Conselhos de entidades Gerais
- CONUBES** – Congresso da União brasileira dos estudantes secundaristas
- CONSEB** - Conselho de Entidades de Base
- DEM** - Democratas
- DS** - Democracia Socialista
- ETFRN** - Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte
- ITEPAN** - Instituto de Teologia Pastoral de Natal
- LIBELU** - Liberdade e Luta
- ME** - Movimento Estudantil
- MDB** - Movimento Democrático Brasileiro
- MPB** - Música Popular Brasileira (MPB)
- MR-8** - Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)
- ONU** - Organizações das Nações Unidas (ONU)
- PMDB** - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PCB** - Partido Comunista Brasileiro
- PCBR** - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
- PC do B** - Partido Comunista do Brasil
- PDS** - Partido Democrático Social
- PDT** - Partido Democrático Trabalhista
- PFL** - Partido da Frente Liberal
- PLP** - Partido da Luta Proletária
- PT** - Partido dos Trabalhadores

STF - Supremo Tribunal Federal

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UJS - União da Juventude Socialista

UMES - União Metropolitana de Estudantes Secundaristas

UMES - União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas

UNE - União Nacional dos Estudantes

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	23
A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA E NA HISTÓRIA	24
1.1 MULHERES NA HISTÓRIA	24
1.2 MULHERES SECUNDARISTAS E OS ESPAÇOS DA POLÍTICA.....	32
1.2.1 Mulheres e Espaços	32
1.2.2 O trabalho com as fontes	37
CAPÍTULO 2	46
A (RE) ORGANIZAÇÃO DAS ENTIDADES ESTUDANTIS	47
2.1 A CONJUNTURA DOS ANOS DE 1980	50
2.2 A CONSTRUÇÃO DA UMES/NATAL	56
2.3 DIFERENTES CONCEPÇÕES POLÍTICAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL	59
2.3.1 Corrente políticas no ME norte-riograndense	60
2.4 A POLARIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL	63
2.5 A RECONSTRUÇÃO DA APES	75
CAPÍTULO 3	80
A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL POTIGUAR	81
3.1 O PANORAMA CONFLITANTE DA INSERÇÃO DAS MILITANTES NO ME	81
3.2 OCUPANDO OS ESPAÇOS DA POLÍTICA	89
3.3 REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS ANOS DE 1980 NO MOVIMENTO SECUNDARISTA POTIGUAR	99
3.3.1 Representação de mulheres na diretoria da UBES	99
3.4 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: OS CONFLITOS DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ME	101
3.4.1 O movimento estudantil como espaço heterogêneo: Consenso X Conflito	103
3.5 O LEGADO DO ME PARA AS MILITANTES ESTUDANTIS.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	117



INTRODUÇÃO

A história das mulheres tem sido uma importante temática no campo da historiografia nos últimos tempos. Analisar as transformações de gênero e suas conseqüências ocorridas, principalmente, a partir da segunda metade do séc. XX – quando aparecem mais visivelmente – parece ser um dos objetivos de vários historiadores norteados pelo curso da nova historiografia e suas vertentes que procuram dar dimensões da vida social e cultural, destacando o cotidiano e as mentalidades dos indivíduos na história.

Estudos sobre as mulheres no Rio Grande do Norte são inúmeros. Temáticas que tratam da mulher no cangaço, na “Revolução de 1935”, na II Guerra Mundial, na contemporaneidade potiguar são freqüentemente encontradas nos centros de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Trabalhos acerca do Movimento Estudantil (ME) também são destacados. No entanto, não conseguimos localizar inicialmente trabalhos que tratem da participação política de militantes femininas no movimento estudantil. Os estudos que as apontam são muito superficiais e se escondem no meio da organização geral do movimento que apresenta uma predominância de militantes masculinos.

O Movimento Estudantil (ME) no Rio Grande do Norte tem sido analisado em diferentes perspectivas, em especial, a dimensão da organização dos estudantes. Esta organização abarca aspectos das lutas políticas que os estudantes têm travado nestas últimas décadas, dando destaques as suas reivindicações gerais e específicas e sua atuação no seio das entidades construídas e reorganizadas.

A participação feminina neste movimento não tem merecido grandes destaques nos diversos trabalhos por nós observados.¹ A predominância de lideranças masculinas a frente das entidades leva os pesquisadores a priorizarem suas falas, deixando as militantes estudantis em segundo plano e, as vezes, esquecidas. No trabalho de Michelle Maia (2003), sobre a ocupação da Reitoria

¹ Andrade (1994); Campos (2000); Patrício (2002); Poerner (1979); Sanfelice (1986); Silva (1989); Ventura (1988).

da UFRN em 1984², temos um pequeno trecho destinado à participação da mulher no movimento, mas sem um aprofundamento maior dessa participação. Na nossa pesquisa realizada durante a Especialização em História do Campo e da Cidade, que trabalhou a cultura política estudantil³, recorremos, um pouco, a análise da prática dos militantes e a concepção sobre sexo e gênero no ME, mas sem um maior aprofundamento, pois também priorizamos as principais lideranças dos grupos políticos e das entidades, recorte este que nos levou ao recolhimento de fontes orais exclusivamente masculinas. Alan Lacerda (1994) no seu trabalho sobre a participação política de estudantes em entidades estudantis, analisa o Centro Acadêmico do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, traçando um quadro percentual de homens e mulheres nesta entidade do final dos anos de 1970 ao início dos anos de 1990, mostrando a inferioridade em número da participação feminina.⁴ O livro de Rizolete Fernandes (2004), *A história oficial omite, eu conto: mulheres em luta no Rio grande do norte de 1980 a 2000*⁵, mostra a história do movimento feminista na cidade, apresentando no seu relato algumas das militantes estudantis da época, no entanto, não faz referência à luta do movimento estudantil, muito embora, nos sirva como fonte para mostrar a militância política dessas mulheres.

As mulheres começaram a entrar na cena política estudantil potiguar a partir de meados do séc. XX. Em entrevista, o ex-militante estudantil, Luciano de Almeida⁶ frisa que já existiam mulheres na organização política do ME em 1968, muito embora em número reduzido, mas que desempenhavam importante papel no contexto do movimento. Na década de 1980 o número de mulheres no ME já era consideravelmente maior, no entanto, poucas delas se dispunham estar à frente dos cargos de liderança das entidades. Sobre esta problemática Hobsbawm afirma que:

² (MAIA, 2003).

³ (PATRICIO, 2004).

⁴ (LACERDA, 1997).

⁵ (FERNANDES, 2004).

⁶ (ALMEIDA, 2004) – Documento sonoro.

O mundo político estava de fato mudando rapidamente, embora o reconhecimento público das mulheres em geral ainda assumisse, mesmo em muitos dos mais “avançados” países, formas de representação simbólica ou figurativa em corpos públicos.⁷

Com a saída do mundo estritamente privado para o público, através da participação política, as mulheres começam a assumir novos espaços. No entanto, é constante observar, inclusive no ME, a participação feminina sempre depois da masculina. Os militantes estudantis em suas falas sempre nos dizem que havia uma política nos seus grupos de incentivar a participação feminina para poder se destacar o papel da mulher, esse incentivo muitas vezes se concretizava com um cargo de vice-presidência em uma entidade, por exemplo.

Esta mudança no comportamento feminino não se deu rapidamente e por se tratar de um fenômeno sócio-cultural procuraremos pesquisar essas militantes estudantis da década de 1980 quando da reorganização das entidades estudantis secundaristas no Rio grande do Norte como a União Metropolitana de Estudantes Secundaristas (UMES) construída em 1982 e a Associação Potiguar de Estudantes Secundários (APES) reorganizada em 1988. Nesta década, os estudantes, junto à sociedade civil organizada, se inserem nas lutas pela “Redemocratização” do Brasil com o fim dos governos militares e observamos mais nitidamente as conseqüências da Revolução Social e Cultural do séc. XX – apontada por Hobsbawm⁸ – no cotidiano natalense.

O movimento estudantil é o primeiro espaço de atuação política dos jovens em nossa sociedade, espaço este que acaba influenciando diretamente na sua formação. É um espaço heterogêneo, múltiplo, norteado por uma diversidade de interesses individuais e coletivos, mas priorizaremos nas nossas análises observar os interesses coletivos que norteiam e caracterizam as práticas dos grupos. Consideramos também como um espaço privilegiado para observarmos a militância juvenil, na maioria das vezes aguerrida por ser de uma faixa etária sem tantas responsabilidades sociais predeterminadas e onde se desencadeia

⁷ (HOBSBAWM, 1995, p. 308).

⁸ (HOBSBAWM, 1995). Op. cit.

inúmeras discussões relacionadas à política, a moral, a sexualidade. Visualizar a participação feminina no movimento estudantil é tentar responder a questionamentos tais: Como as mulheres se inseriram no movimento estudantil? Quais eram suas concepções de mundo? Como se inseriam na cultura política dos grupos de militantes? Como se relacionavam com os militantes masculinos? Como se dava a relação com a família? Qual a memória coletiva que estas formaram acerca do movimento estudantil? Quando surgiram os departamentos femininos nas entidades estudantis? Quais as propostas políticas destes departamentos? Tentaremos ao longo do trabalho responder a estes questionamentos através de fragmentos de memórias de militantes estudantis da década de 1980.

Para conceituar movimento estudantil utilizamos as contribuições de Fraga (1996) que analisa o movimento estudantil enquanto movimento social, resguardando suas particularidades:

Compreendemos por movimento estudantil o movimento social surgido a partir das ações coletivas organizadas pelos estudantes, baseadas na solidariedade, construídas na identidade da condição de estudante, desenvolvendo conflito entre atores opostos, rompendo os limites de um dado sistema em que ocorre a ação.⁹

Conceituamos o termo militante em consonância com Fraga que considera como militante os sujeitos que participaram das lutas políticas, ocupando espaços públicos, vivendo intensas experiências que modificaram a sua rotina de vida.¹⁰ O nosso trabalho sobre militantes estudantis¹¹ nos levou a conclusão que existe uma cultura política dentro do ME que acaba moldando à vida do militante que passa a se dedicar primeiramente aos projetos coletivos do grupo no qual está inserido, e que esta cultura acaba por transpassar as gerações. Essa cultura não abrange apenas o movimento estudantil, mas todos

⁹ (FRAGA, 1996, p. 4).

¹⁰ (FRAGA, 2000, p. 291).

¹¹ (PATRICIO, 2004).

os movimentos intitulados de *esquerda*. Nortearíamos nosso trabalho também a partir dessas reflexões observando a construção simbólica e imaginária deste espaço de vivência pelo qual as estudantes passaram e para compreensão da memória coletiva, construída pelos militantes, usaremos as contribuições de Halbwachs que contribui muito na legitimação da escolha da história oral para análise da memória, sobretudo, por ser um autor que privilegia a memória de grupos.¹²

Por se tratar de uma história onde as fontes bibliográficas são precárias, recorreremos ao trabalho com fontes primárias como jornais (Tribuna do Norte e Diário de Natal), panfletos, boletins informativos dando maior destaque ao recolhimento de fontes orais, entrevistando as militantes estudantis que participaram do ME durante o período destacado para a pesquisa. Faremos uso também de um arquivo de fontes orais recolhidos em 2002 e 2004 com militantes masculinos, quando trabalhamos as nossas pesquisas anteriores com o movimento estudantil¹³. Essas fontes serviram para fazer relação dos pensamentos dos homens e mulheres, mostrando concepções de ambos sobre as relações e experiências no movimento estudantil.

Como nosso foco é a participação feminina no Movimento Estudantil, trabalhamos tentando observar as várias vozes que apresentam essas mulheres, valorizando as vozes femininas e masculinas que constroem o espaço do movimento. Compreendemos que nosso trabalho se insere na dimensão política da história, dando visibilidade ao gênero feminino até então secundarizado nas abordagens sobre o ME.

Entendemos que o conceito de *gênero* refere-se às relações entre homens e mulheres na sociedade. Distingue-se do conceito de *sexo* – diferenças biológicas – por destacar as diferenças sociais e culturalmente produzidas entre o masculino e o feminino ao longo do tempo.

Concordamos com Albuquerque Jr. (2003) quando no seu livro *Nordestino: a invenção do falo* discute as problemáticas referentes ao gênero

¹² (HALBAWCHS, 1990).

¹³ (PATRÍCIO, 2002; PATRÍCIO, 2004).

masculino e enfatiza que a história dos excluídos acaba excluindo uma história dos homens. O homem apresentado na história como símbolo do sujeito universal era confrontado numa perspectiva da história das mulheres que negava este sujeito partindo de uma visão dualista e identitária que opunha o ser homem ao ser mulher como duas realidades distintas e homogêneas.¹⁴

As mudanças no campo historiográfico do séc. XX permitiram esse olhar para as camadas e classes sociais que estavam às margens da História Política Tradicional e esse olhar possibilitou também observar outros espaços como: o privado, o cotidiano, o corpo. Dessa forma, homens e mulheres passam agora a instigar e serem instigados por novas problemáticas, perguntas e respostas sobre sua própria condição humana.

Hanna Arendt nos ajudará a pensar, através do livro *A condição humana*¹⁵, as práticas das militantes que se inserem a partir da ação no espaço político do Movimento estudantil. Práticas essas que são múltiplas e que apresentam os conflitos das esferas públicas e privadas que as militantes enfrentaram durante sua permanência no ME.

Para estudar a política, o uso da história oral se mostra de extrema relevância. Como Camargo (1994) nos lembra “a história oral, no fundo, é um instrumento pós-moderno para se entender a realidade contemporânea”¹⁶ e o “uso da História Oral nos oferece essa possibilidade de entender o ator por dentro, no cerne da sua cultura política, e uma cultura política em movimento”.¹⁷ Essas idéias são essenciais na compreensão dos resultados que caracterizam o comportamento do ator político da História recente, tentando complementar o que os documentos escritos não abordam. Compreendemos que a oralidade é tão importante quantos os outros tipos de fontes da nossa disciplina como, por exemplo, as escritas, que não podem requerer os postulados da objetividade porque também foram produzidas por sujeitos históricos pertencentes a um grupo

¹⁴ (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p. 21).

¹⁵ (ARENDR, 1999).

¹⁶ (CAMARGO, 1994, p. 75).

¹⁷ Ibid, p. 84.

e um local social. As fontes orais se mostram metodologicamente essenciais porque privilegiam a análise das representações sobre a política.

A nossa pesquisa buscará reconhecer a participação da mulher na política estudantil durante o contexto dos anos de 1980, analisando as dimensões dessa atuação no movimento, junto às mudanças comportamentais que o seu sexo veio a receber nessa temporalidade, buscando analisar fragmentos de atuação política, práticas culturais, cotidiano e memória das militantes estudantis.

Esta abordagem se baseia nas prerrogativas da Nova Historiografia que estende seus métodos procurando compreender o cotidiano e a memória dos variados segmentos. Por muitos séculos a forma dominante de se fazer história foi a narração dos acontecimentos políticos e militares das sociedades, ajudando a construir e conservar uma memória que privilegiasse os grupos que hegemonizavam o poder. Durante o período Iluminista, ocorreu, pela primeira vez, uma contestação a esse tipo de narrativa histórica, procurando observar a história da sociedade, abordando a história sócio-cultural das estruturas. Contudo a metodologia *Rankeana* arruinou esta nova tendência com o seu retorno ao estudo da história política de forma empírica. Só no séc. XX, com o aparecimento da *Escola dos Annales* (1929-1989), que novas propostas conseguiram abrir a discussão na academia, segundo Peter Burke (1997), o que causou a revolução da historiografia.¹⁸ A nova história apresentada pelos *Annales* traz uma proposta interdisciplinar de estudo, trabalhando a idéia de que a realidade é social e culturalmente constituída. É partindo desta proposta de análise sócio-cultural que nos propomos a pesquisar as militantes estudantis do Rio Grande do Norte, dentro do contexto dos movimentos sociais.

Muito embora a fonte oral seja nosso principal recurso metodológico não descartaremos o trabalho com outros tipos de documentos como os escritos, por exemplo, jornais, teses, panfletos, atas, registros de diretorias das entidades estudantis que nos ajudarão na comprovação de nomes e datas que, como pudemos observar em experiência anterior, às vezes se confundem na memória.

¹⁸ (BURKE, 1997).

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro faz uma discussão teórico-metodológica do trabalho com as militantes estudantis apresentando discussões sobre os conceitos básicos utilizados durante todo o texto; fazendo também um balanço da inserção da temática das mulheres na história, mostrando as principais transformações por elas protagonizadas durante o séc. XX.

No segundo capítulo, lançamos um olhar no panorama político dos anos de 1980, traçando a reorganização das entidades estudantis secundaristas no Rio Grande do Norte, mostrando as forças políticas que atuavam no contexto do movimento estudantil.

No terceiro capítulo, abordaremos as mulheres na política estudantil secundarista do RN, observando a participação nas diretorias das entidades reorganizadas – UMES e APES – fazendo um paralelo com a diretoria da UBES. Neste capítulo, discutiremos também as particularidades da militância feminina, analisando os conflitos do espaço público e privado na vida da militante estudantil.



CAPÍTULO 1

A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA E NA HISTÓRIA

1.1 MULHERES NA HISTÓRIA

A historiografia, por muito tempo, priorizou os eventos políticos nas suas abordagens, pautada numa história política de moldes tradicionais que destacava personagens, grandes eventos, acontecimentos factuais. Baseava-se assim numa história narrativa herdada desde os tempos greco-romanos que trabalhava a *política* como se fosse esta a única forma/lugar de *poder*.¹⁹

No entanto, no século passado, esse tipo de história foi bastante criticada pelas inúmeras vertentes historiográficas que surgiram. Os historiadores – principalmente os *Annales* – voltaram suas reflexões para a história social e cultural das civilizações em contraposição a denominada “História Política Tradicional”.

Como os termos *história* e *poder* são inseparáveis, por muito tempo pensou-se o *poder* apenas a partir da noção de Estado. Os pensadores do séc. XX começam a quebrar com essa idéia quando retiram essa visão transcendental de Poder, recolocando-a nas relações históricas que apresentam novas fontes e novos objetos para a historiografia. Os filósofos do séc. XIX já apontavam para essa nova perspectiva. Martinez (2003), citando Nietzsche, mostra que o autor já propõe diversos ramos de pesquisa que visualizassem temas como: festas, repouso, alimentos, sociabilidades, dialética do casamento, da amizade, entre outros. Temas que os pensadores deviam se debruçar para poder realmente entender a complexidade da humanidade.²⁰

É dentro dessa perspectiva que muitos historiadores se debruçam no início do séc. XX procurando investigar os temas até então negligenciados pela historiografia tradicional, analisando o cotidiano, as relações sociais e econômicas que a antiga e metódica forma de fazer história não abarcava.

¹⁹(FALCON, 1997, p.62).

²³(MARTÍNEZ, 2003, p. 439-440).

Essas novas perspectivas que surgem, principalmente contra a escola metódica, vão colocar as discussões políticas de lado – muito embora a disseminação dessa idéia não tenha conseguido acabar com as produções de história política na historiografia que continuaram a ser maioria durante todo o séc. XX²¹ – e dar a historiografia uma nova fisionomia, mais ampla, dando conta de muitos outros elementos até então não considerados, procurando abarcar as estruturas, as mentalidades. No seu estudo historiográfico sobre a obra de Rodrigo Motta acerca do Anticomunista no Brasil, D'Aléssio (2004) nos afirma que “estavam abertas as portas para a introdução de outra temporalidade da história, o tempo longo, lugar de produção das estruturas, noção organizadora das propostas metodológicas do grupo dos Annales”.²²

Essas novas abordagens, chamada de Nova História, tiraram de foco o espaço da historiografia política no início do século passado. Mas, nos anos 1970, com a terceira geração dos Annales, podemos notar certo número de retornos, retorno da história-relato, da biografia, dos acontecimentos, mas, sobretudo da história política. Mesmo usando a palavra *retorno* deixamos claro que a historiografia problematiza esta nomenclatura, pois a nova história política é trabalhada diferentemente, com um novo olhar. A terceira geração dos Annales, representada por nomes como Le Goff e Duby, por exemplo, já menciona essa reversão ao político, até então deixado de lado pelos Annales em proveito da história econômica e social.²³ Discutindo esses retornos, René Remond (1999) vai aprofundar a temática procurando os motivos que levaram a reversão do político. Primeiramente, o autor tenta quebrar com alguns preconceitos que costumam escrever o *político* relacionado diretamente com a história do tempo presente, a narrativa e o factual. Remond nos mostra que a história política não se reduz ao acontecimento, nem ao tempo curto: “Na realidade, o político, assim como o econômico e o social, inscreve-se num curto, no médio e no longo prazo”.²⁴ O que aparece na temática política são elementos antes não observados, dentro do aspecto cultural. Se antes ele era considerado imutável, visto de forma isolada, agora dar-se o sentido contrário. O político aparece em

²⁴ (FALCON, 1997).

²⁵ (D'ALÉSSIO, 2004, p. 192).

²⁶ (REMOND, 1999, p. 51).

²⁴ (REMOND, 1999, p.55).

meios de uma nova visão. Se antes ele se resumia aos grandes eventos e personagens, agora se amplia para a dimensão estrutural, observando a cultura, as classes, os negligenciados da história, como as mulheres, por exemplo. Essa retomada vem numa perspectiva nova – não é um “retorno do político” como se concebia antes – ampliando a percepção da duração e do espaço histórico, inserindo-se dentro das idéias de *Cultura Política* e de *Poder*.

Quando analisamos a história, discutindo a relação entre homens e mulheres, destacando as resistências e concordâncias sociais entre os dois gêneros, nos inserimos nestas discussões de relações de poder. Quando essas relações se inserem na esfera do político, lugar de articulação do social e de sua representação, compõe a história política.²⁵ Se procuramos entender as mentalidades, a cultura política das mulheres, bem como suas atuações dentro de movimentos sociais, encaixamos perfeitamente nossa temática dentro da história política. Mas, salvaguardamos que a história política não pode ser vista isoladamente e sem mutações, para não correremos o risco dos reducionismos como já nos alertou Rémond, pois, “a política é mutável, e o interesse que damos a ela explica-se pela conjunção entre a evolução dos fatos e a dos espíritos”.²⁶

Joan Scott alinha-se entre os historiadores da história política que trabalham dentro da perspectiva de gênero. Sua história das mulheres apresenta uma narrativa onde a política e suas múltiplas ressonâncias são a base para interpretação.²⁷

No seu livro, *Os Excluídos da História*, Michelle Perrot (1992) destaca as relações das mulheres com o *poder*, entendendo o termo *poder* no seu sentido plural, pois para a autora esta palavra:

No singular, tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, se estilhaça a fragmentos múltiplos,

²⁵ (ROSANVALLON, 1995, p. 16).

²⁶ (REMOND, 1999, p.59).

²⁷ (SCOTT, 1992).

equivalente a 'influências' difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela.²⁸

Se antes a historiografia do Gênero Feminino abordava o Poder da mulher, mostrando apenas “mulheres espetaculares” que se destacavam na história, muitas vezes por estarem próximas ao Estado, silenciando o cotidiano daquelas que estavam fora da história política tradicional. Hoje, com as perspectivas do estudo das relações de Poder, trazemos essa parcela excluída da historiografia para nossas análises.

Outra característica fundamental para o destaque do Gênero Feminino na atualidade é a participação crescente de mulheres nos Espaços Públicos. Se a mulher antes se inseria quase exclusivamente nos Espaços Privados do lar, hoje temos uma outra realidade.

Margareth Rago (1985), quando analisa os discursos que projetam a cidade disciplinar burguesa, nos fins do séc. XIX e início do séc. XX, discute gênero, cotidiano e relações de poder no cerne da cultura brasileira.²⁹ Tentando recuperar as práticas políticas com essa nova visão que a historiografia proporcionou, Rago penetra no interior das fábricas, dos bairros e vilas operárias do início da industrialização do país, tentando observar os silêncios e as resistências dos grupos também excluídos pela historiografia tradicional. Com isso, mostra o posicionamento das mulheres frente ao discurso moralizador do séc. XX que tenta montar um lugar específico para enquadrar o gênero feminino seguindo o modelo: Esposa – mãe – dona-de-casa.

No seu trabalho, mostra como esse discurso foi absorvido por toda a sociedade através dos meios científicos e ideológicos que procuravam instituir um modelo imaginário de família nuclear, onde a “mulher padrão” tinha o seu lugar definido no âmbito privado, cuidando do ambiente doméstico e familiar.

²⁸ (PERROT, 1992, p. 167).

²⁹ (RAGO, 1985).

Contra esse modelo se insurgiram os movimentos feministas no séc. XX, resistindo a este molde de família nuclear. Os espaços de atuação desse feminismo podem ser considerados múltiplos no seio de nossa sociedade, destacando-se principalmente dentro dos movimentos sociais. Rago nos diz que:

Várias vozes se levantaram entre os libertários, defendendo os direitos da mulher, buscando conscientizá-la da importância de sua libertação numa sociedade machista e opressora, anunciando a possibilidade do amor livre, da maternidade voluntária, da igualdade de direitos entre os sexos, da eliminação da prostituição, a partir da construção de uma ordem social fundada na igualdade, na liberdade e na justiça social.³⁰

Mesmo tendo esse destaque dentro dos movimentos libertários, temos que salientar que o modelo de família nuclear massificado no seio da sociedade, instituiu-se inclusive dentro dos movimentos operários que disseminavam a partir de suas práticas o discurso hegemônico, restringindo e discriminando a participação das mulheres nas entidades de classe.³¹

Não queremos, porém, generalizar essa atuação tendo em vista que nos jornais operários do início do século passado aparecem duas imagens femininas que se contrastam frontalmente. Uma delas mostrando essa mulher submissa, resguardada no espaço privado do lar; e outra que revela figuras combativas, que resistem à ordem vigente, enfrentando, inclusive, autoridades públicas e policiais. Essa segunda, de forma bem mais restrita, devido a hegemonia cultural do modelo normativo de feminilidade. Mas o séc. XX pode ser considerado como o grande século das transformações que contrastaram as discussões de gênero e o avanço do feminismo levantando a bandeira de emancipação da mulher.

A “Revolução Social” destacada por Hobsbawm (1995) no seu livro *Era dos Extremos* revela as transformações que as mulheres protagonizaram a

³⁰ (RAGO, 1985, p. 62).

³¹ Ibid.

partir de 1945, levando-as a outras práticas e a construção de uma nova mentalidade acerca do sexo feminino. Com o aumento de mulheres no mercado de trabalho e na educação superior os movimentos feministas reflorescem a partir da década de 1960.³²

Junto a esses espaços públicos que as mulheres conseguiram ocupar na história, um outro espaço determinante passa a ser controlado, o seu próprio corpo, onde através de métodos científicos a mulher passa a controlar sua sexualidade e reprodução favorecendo assim sua participação nessas outras esferas públicas.

No seu estudo sobre a experiência com contraceptivos no Brasil, Joana Pedro (2003), procura explicar de que maneira foi vivida, no privado, uma questão eminentemente política, dado que o uso de contraceptivo no país foi instituído dentro do contexto de políticas populacionais que visavam à diminuição da taxa de natalidade. Diferente da realidade de outros países desenvolvidos Joana nos mostra que:

Para as mulheres que viviam em países nos quais a cidadania era respeitada minimamente, como na França, o período que se iniciou em 1960 apresentou repercussões e mudanças que provocaram intensas transformações nas relações de gênero. Uma parcela destas transformações teve como pano de fundo a disponibilidade dos contraceptivos modernos, que separaram, de forma mais eficiente do que em qualquer outro período da história, a sexualidade da reprodução. No Brasil, este momento foi vivido como expansão de “campo de prova”, como preocupação com a expansão da população pobre, e também com o perigo subversivo que esta pobreza poderia trazer.³³

Diferente de outros países onde as práticas contraceptivas estão diretamente ligadas as reivindicações do movimento feminista, aqui no Brasil dar-se uma particularidade que se confronta com essa realidade, pois em meio aos governos militares parte do movimento feminista assume um papel conservador ao lado da igreja defendendo o não controle da reprodução. Esta postura política

³² (HOBBSAWM, 1995).

³³ (PEDRO, 2003).

pode ser entendida dentro do contexto conjuntural como uma forma de proteção ao processo de repressão instalado no país, dado que com o processo de democratização, parcela do movimento feminista toma novos rumos ampliando suas bandeiras nacionais e internacionais.

Céli Pinto (2003) nos fala no seu estudo sobre o feminismo no Brasil que o ano de 1975 é considerado um momento inaugural do feminismo brasileiro.³⁴ Neste ano, realizou-se uma conferência da Organizações das Nações Unidas (ONU) no México que definiu 1975 como o ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da década da Mulher que vigorou até 1985.

Ao tratar desse espaço político que as mulheres passam a se inserir no séc. XX, vamos encontrar a partir dos anos 1960 a participação feminina no contexto do movimento estudantil da cidade do Natal. O Movimento Estudantil no Rio Grande do Norte tem sido analisado em diferentes perspectivas, em especial, a dimensão da organização dos estudantes. Esta organização abarca aspectos das lutas políticas que os estudantes têm travado nestas últimas décadas muitas vezes se concretizava com um cargo de vice-presidência em uma entidade como nos lembra o ex-militante estudantil Lázaro Amaro.³⁵

Quase sempre, o militante estudantil masculino acaba dedicando um tempo maior ao espaço público do movimento estudantil. As demandas do espaço privado passam a ser um empecilho a mais para a participação feminina na esfera pública. Além disso, outros conceitos e valores também impedem essa participação que de certa forma discute e se confronta com o modelo formativo de mulher.³⁶

Essa demanda do espaço privado, que além de práticas, também são pautadas em uma cadeia de normas morais, acabam sendo um dos motivos da inferioridade (em número) feminina de mulheres no movimento estudantil. Juntam-se a isso, várias outras heranças culturais que subordinam a participação feminina à masculina.

³⁴ (PINTO, 2003).

³⁵ (AMARO, 2002) – Documento sonoro.

³⁶ (RAGO, 1985).

Quando tratamos desse espaço político no qual se insere a militante estudantil, compreendemos militante recorrendo a idéia de Fraga que considera como militante os sujeitos que participaram das lutas políticas, ocupando espaços públicos, vivendo intensas experiências que modificaram a sua rotina de vida.³⁷

A mulher, ao se inserir neste espaço público do movimento, ao compor uma cultura política que a transformava numa militante, discutia novas idéias, compartilhava de uma experiência diferenciada das outras jovens de sua idade. Discutia os modelos de feminilidade e acabavam se transformando e transformando os espaços em sua volta. Só a partir dessa experiência feminina – que a historiografia por muito tempo negligenciou ou secundarizou – observando as relações dentro de todos esses espaços, é que poderemos entender melhor a feminilidade, o movimento estudantil, os movimentos sociais, os tecidos dos espaços urbanos, das práticas políticas e sociais da contemporaneidade.

A historiografia do séc. XX mudou os rumos das abordagens históricas em todo o mundo. Não só o movimento francês, mais as correntes de pensamento inglesa neo-marxistas, bem como os italianos da micro-história influenciaram e influenciam diretamente as produções historiográficas de todo o Ocidente. Discutir o papel da mulher nos espaços públicos e políticos da sociedade, bem como a sua não participação tendo em vista os silêncios que a história produziu e produz desses lugares femininos, amplia nossa visão de história, nos faz sair das idéias generalizantes, que não dão conta da complexidade da realidade. Entender as relações de poder que permeiam os sexos e dão o contorno político das sociedades, bem como justificam suas representações, imaginários e mentalidades, são objetivos da história. Caminhamos assim junto com a história em busca da construção de explicações, conscientes das limitações do ofício e abertos para as mutações que aperfeiçoem o campo historiográfico.

1.2 MULHERES SECUNDARISTAS E OS ESPAÇOS DA POLÍTICA

³⁷ (FRAGA, 2000, p. 291).

Recortaremos agora os referências teórico-metodológicos de nossa pesquisa procurando mostrar alguns conceitos chaves para o entendimento das leituras posteriores.

1.2.1 Mulheres e Espaços

Para melhor entender a vida das mulheres no espaço público da política, temos que discutir conceitos importantes como: *espaço*, *público* e *privado*.

Por muito tempo a historiografia secundarizou a categoria *espaço*. O espaço, quando era focado, aparecia apenas como cenário, lugar imóvel, onde os acontecimentos se desenrolavam. Essa forma fixa no qual se firmava era resultado da concepção de natureza que a modernidade lhe atribuiu e propagou.

Para a modernidade a natureza não se transformava com o tempo. Suas transformações eram superficiais, seu núcleo não se alterava. Essas mudanças superficiais logo desapareciam, pois a natureza buscava sempre restabelecer o seu equilíbrio.³⁸ Essa visão moderna de natureza preparou a disciplina histórica com seus postulados. Como já podemos analisar, a historiografia clássica priorizou os eventos políticos nas suas abordagens, pautando-se numa história política de moldes tradicionais que destacava personagens, grandes eventos, acontecimentos factuais.

Se antes a política era por onde se desenvolvia a história, que por sua vez considerava apenas a temporalidade como principal fator de análises de seus aspectos, os novos caminhos que postulavam uma ciência pós-moderna preparavam o terreno para discutir o espacial.

³⁸ (CASSIRER, 1992).

Discutindo as concepções de tempo e espaço da modernidade e da pós-modernidade, Harvey nos apresenta as transformações mundiais do séc. XIX que mudaram o pensamento do homem e levaram os historiadores a considerar o espaço nas suas análises. Para ele “com a redução das barreiras espaciais, aumenta muito mais a nossa sensibilidade ao que os espaços do mundo contêm”.³⁹ Se antes o espaço era secundarizado, passa agora a ser essencial. Sendo vistos agora como micro-espaços de política não mais como centros homogêneos.

Essas novas características começam a nortear o campo das ciências humanas no início do séc. XX e dentro desta perspectiva destacamos os *Annales* como percussores do desenvolvimento dessa idéia. A partir já do séc. XIX novas tendências começam a questionar e impulsionar os rumos para uma nova historiografia. Essas mudanças se darão principalmente devido ao diálogo dessa disciplina com as outras áreas humanas.

Nesta análise sobre o espaço, destacamos o debate apresentado por Chartier entre a sociologia e a Geografia do séc. XIX.⁴⁰ Esse debate vai dar novas prerrogativas a noção de espaço e as críticas sociológicas vão influenciar as análises dos geógrafos seguidores de Vidal de La Blache, que começam a colocar no centro da suas problemáticas (indiretamente) as preocupações dos sociólogos, seguindo já as propostas de Simiand (durkheimiano) que pretende pela multiplicação das comparações e pela observação das repetições, extrair leis universais. Dar-se então a instituição do método comparativo.

A geografia e a sociologia dos fins do séc. XIX ocupam lugar de destaque no âmbito do conhecimento científico conseguindo atrair para suas bases uma grande quantidade de historiadores insatisfeitos com o modelo da História tradicional. É em meio ao diálogo com essas disciplinas que vai ressurgir uma nova historiografia que critica e rompe com os metódicos da escola positivista. Essa nova configuração, denominada de *Annales* vai reunir várias

³⁹ (HARVEY, 2001, p. 265).

⁴⁰ (CHARTIER, 2002).

áreas do conhecimento humano caracterizando-se como novo paradigma para compreensão da história.

A discussão sobre as formas de tratar e ler os espaços vai entrar agora no âmbito da história, que até então se preocupava somente com a temporalidade, dando toda uma nova dimensão ao olhar histórico. Os debates, acerca de como apreender o espaço, vão continuar na historiografia. O espaço passa a ser agora uma das categorias fundamentais para a compreensão da história. Não pode ser mais apreendido sem movimento.

Michel de Certeau apresenta uma leitura pós-estruturalista deste conceito compreendendo os espaços formados de práticas sociais. Dentro desta perspectiva o movimento estudantil, como um dos primeiros espaços de atuação política dos jovens, é um espaço formado de prática onde a partir da ação, os militantes fazem à política, agem, moldam e são moldados, modificando o espaço do movimento e se modificando mutuamente. O espaço dos movimentos sociais é móvel, tecido de práticas que o transformam permanentemente. A participação das mulheres no ME influi na formação desse espaço político que só pode ser entendido quando estudado no seu contexto geral, mas sem generalizações, abarcando as singularidades e especificidades. A militante estudantil para atuar no movimento confrontava-se com o modelo burguês de feminilidade.⁴¹ Tinha que conciliar uma vida pública que interferia na sua vida privada, na sua relação com a família, com outras atividades particulares. Essa fronteira entre o público e o privado é móvel, um lugar de intercâmbios e encontros, compõe-se como um novo espaço, “uma ponte que abre o dentro para o seu outro”.⁴²

Além dessas inúmeras formas de se olhar o espaço, temos relacionado à temática de gênero um espaço que também por muito tempo foi negligenciado pelas teorias filosóficas científicas que é o espaço do corpo. Espaço esse, que a racionalidade moderna trabalhada desde a antiguidade nos fez ignorar. Para a percepção desse espaço contribuíram muito os pensadores

⁴¹ (RAGO, 1985).

⁴² (CERTEAU, 1994, p. 215).

pós-estruturalistas⁴³ que trouxeram o corpo para suas abordagens. Durante muito tempo se negligenciou a intuição, a sensibilidade, o corpo na formação do conhecimento. Temos uma memória toda construída para solidificar essa idéia hegemônica do racional. Desconstruindo essa idéia, Onfray nos afirma que “a razão só produz ordem quando o corpo fornece o material”⁴⁴ ressaltando que muitos filósofos tiveram pensamentos e intuições antes de suas produções. Que seus corpos passaram por transformações para que seus pensamentos emanassem. Durante todo o processo de formação do pensamento ocidental o corpo foi negligenciado. Se os antigos gregos consideravam o corpo com algo que atrapalhava a racionalidade, foi somente a partir dos cristãos que essa idéia passou a se institucionalizar como uma ideologia.

Os cristãos inauguraram essa ideologia de rejeição ao corpo e os filósofos absorveram-na e prosseguiram-na. A razão ocidental nasceu e se solidificou rejeitando a carne, os sentidos, a natureza. Com relação a esse pensamento Michel Onfray nos diz que:

O que quiseram cristãos e filósofos convencidos dos mesmos ideais foi a realização de uma estranha alquimia que tivesse conduzido os seres sexuados do desejo, de onde eles vêm, ao nada da carne, para onde vão. Transformar o homem em corpo, a matéria em idéia.⁴⁵

Essa discussão nos interessa no sentido de que esse pensamento influenciou e foi influenciado por idéias que afastava os sexos e lhe impunha lugares no contexto social. O homem tinha uma predominância na vida pública, como ser superior, assim como a mente, as idéias, a racionalidade tinha um lugar de destaque no pensamento. A mulher como símbolo do corpo, dos sentidos, da intuição, do “pecado” era secundarizada, afastada do saber, saber esse que se constitui como uma relação de poder, como trabalha Foucault na *Microfísica do poder*⁴⁶. Segundo Soihet, Michelet no séc. XIX já desenvolvia estudos sobre as

⁴³ Ver em: Onfray (1999); Serres (2004).

⁴⁴ (ONFRAY, 1999, p. 30).

⁴⁵ (ONFRAY, 1999, p.165).

⁴⁶ (FOUCAULT; MACHADO, 1999).

mulheres identificando essa relação mulher/natureza, em oposição ao homem/cultura, caracterizando as relações dos sexos como um dos motores da História⁴⁷.

Entendendo o espaço como móvel, composto de práticas sociais que forma e é formado pelas ações humanas constantemente na história, passamos a conceituar os dois espaços objetos do nosso estudo para a compreensão dos conflitos na militância feminina estudantil que é o *espaço público* e o *espaço privado*.

O estudo de gênero recorre várias vezes aos conceitos de *público* e *privado* dado que a história quando passou a olhar mais as mulheres, entre outros grupos excluídos⁴⁸, trouxe em si uma gama de novos objetos, metodologias e abordagens. O privado passou a ser destacado como lugar diferente do público, ocupado principalmente pelas mulheres no decorrer dos tempos. Vários historiadores tentam trabalhar esses espaços como dicotômicos. Nossa intenção, ao contrário, é mostrar como na vida das militantes o público e o privado estão imbricados, formando uma unidade.

Essas categorias serão analisadas dentro da teoria de Hanna Arendt que também trabalha os espaços na *Condição Humana*⁴⁹, mesmo não lhes atribuindo esta terminologia diretamente. A autora usa a categoria de *esfera* como uma dimensão simbólica para diferenciar os dois espaços e faz uma análise do uso e da compreensão sobre esses dois espaços da antiguidade à sociedade contemporânea. Para Arendt a esfera privada é a esfera da casa, da família e daquilo que é próprio ao homem. O privado é o reino da necessidade. Já o público é o reino da liberdade, é a esfera do comum, do político. Estas duas esferas eram bem distintas na antiguidade, pois haviam dois espaços separados para a atuação do homem e da mulher. Para a autora:

A distinção entre uma esfera de vida privada à uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da

⁴⁷ (SOIHET, 1997, p. 98).

⁴⁸ (PERROT, 1992).

⁴⁹ (ARENDR, 1999).

política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado; mas a ascendência da esfera social, que não é nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no Estado Nacional.⁵⁰

A mulher restrita ao espaço privado da necessidade não adentrava na esfera pública da *polis*, que era restrita aos homens. E daí também não aparecer na história que era escrita por homens que priorizavam os fatos e narrativas políticas.

Como Arendt, compreendemos estas duas esferas como espaços distintos: o privado que concerne ao indivíduo, suas necessidades próprias e individuais; e o público o que diz direito a todos, ao coletivo. Embora sejam esferas distintas mostraremos na nossa análise como elas se entrecruzam formando o espaço político do movimento estudantil, não podendo serem vistas separadamente.

Esse espaço político do Movimento Estudantil permitiu que as mulheres agissem, refletissem suas condições de vida, modificassem o espaço à sua volta e a si mesmas.

1.2.2 O trabalho com as fontes

A História não é mais aquela ciência que descreve fatos, que procura restituir totalmente o passado procurando a verdade nos Documentos

⁵⁰ (ARENDR, 1999, p. 37).

Históricos – que por muito tempo foram apreendidos como a verdade neutra que falava por si só. Essas iniciais maiúsculas foram sendo problematizadas durante todo o século XX, levando a história a ser pensada sob outros moldes que são permeados pela noção de tempo-espaço, relatividade, subjetividade, presente. Olhar seu ofício é uma marca da historiografia moderna que se baseia na crítica sobre seus documentos e sua produção. O historiador procura construir um passado já morto, dando-lhe vida.

Quando pensamos e fazemos história nos permeamos por orientações do presente. Todo historiador pertence a um lugar social que influencia diretamente sua produção. Suas leituras de mundo vão influenciar suas escolhas, direcionar suas seleções, produzir suas dúvidas e encerrar sua escrita. Ao escrever damos vida a um passado morto. A escrita da história oferece essas dicotomias: dá vida ao morto; liberta e aprisiona - nos libertamos ao produzir pensamentos, mas nos aprisionamos aos nossos escritos. Novas leituras permeiam novos olhares sob velhos olhos. Os novos olhos farão novas perguntas e olharão de forma diferente para o passado⁵¹. Discutindo o fazer historiográfico, Certeau (2000) afirma que “uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente”⁵². Hill (2001), também nos incentiva a estarmos sempre reescrevendo a história, pois para o autor:

A história precisa ser reescrita a cada geração porque embora o passado não mude, o presente se modifica; cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que revive distintos aspectos das experiências de suas predecessoras⁵³.

Hill nos alerta que mesmo que estudemos de modo sistemático o pormenor da documentação existente, isso não modificará o que é essencial, factualmente, na história, mas a interpretação variará segundo as nossas atitudes,

⁵¹ (RUSEN,2001; CERTEAU, 2000).

⁵² (CERTEAU, 2000, p. 34).

⁵³ (HILL, 2001, p. 33).

segundo o que vivemos no presente. “Por isso a (re)interpretação não somente possível – é necessária”⁵⁴.

Como já podemos vê, nos últimos tempos os trabalhos historiográficos têm se preocupado em tentar desconstruir, através da crítica, a História Política Tradicional – História esta que por séculos foi trabalhada de forma metódica, naturalizando os espaços. Os espaços não são naturais, são construções humanas.

Novas perspectivas orientam nosso trabalho historiográfico, partindo de novas leituras. A escrita da história não é um processo neutro, tem um objetivo. Trazer os grupos sociais para as análises históricas tem sido um dos principais objetivos de vários historiadores nas últimas décadas mobilizados em dar voz aos excluídos da História que por muito tempo se preocupou apenas nas narrativas dos grandes eventos e personagens. Os marxistas culturalistas como Hill, Thompson, Davis destacam-se nos estudos dos grupos sociais que fizeram história na Inglaterra no decorrer de toda a era moderna⁵⁵. Zemon Davis, além de trabalhar os grupos sociais se debruça a estudar as questões de gênero trazendo as mulheres para a história. Esses trabalhos nos orientam nesses novos caminhos da historiografia dando orientação nos procedimentos com nosso objeto de pesquisa. Trazem uma história vista de baixo. E é dentro desta perspectiva que procuramos direcionar nossa produção.

As transformações no campo da escrita da história se aprofundaram a partir do séc. XX onde novos objetos e abordagens possibilitaram o uso de novas fontes. Como disse Gaskel “todo material do passado é potencialmente admissível como evidência para o historiador”⁵⁶.

Nas últimas décadas vem crescendo, no Brasil, o interesse de pesquisadores ligados às diversas áreas das ciências humanas pela História Oral. O trabalho com fontes orais é utilizado de maneira variada. Discute-se o conceito do termo, mas o conceito em que se chega é que “a história oral é um trabalho de

⁵⁴ (HILL, 2001).

⁵⁵ Hill (2001); Thompson (1998); Davis (1990).

⁵⁶ (GASKEL, 1995).

pesquisa, que tem por base um projeto e que se baseia em fontes orais, coletadas em uma situação de entrevistas”⁵⁷.

O trabalho com a oralidade vale muito no que se refere à história contemporânea, pois dá a oportunidade ao pesquisador de colher informações dos narradores que não estão contidas em nenhuma outra fonte. No entanto, existe um tratamento especial que a metodologia com os trabalhos com fonte oral nos impõe. Ângela Gomes no seu livro *Escrita de si, escrita da história* discute como diários, cartas e memórias podem ser trabalhados na história e nos diz que:

O trabalho de crítica exigido por essa documentação não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra, mas precisa levar em conta suas propriedades para que o exercício de análise seja efetivamente produtivo [...] o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento.⁵⁸

A história oral se baseia na memória e a memória é sempre uma reconstrução, evocando um passado visto pela perspectiva do presente e marcado pelo social. O trabalho com esse tipo de documentação memorial não quer levar os historiadores a recuperação do passado – perspectiva essa impossível – e sim perceber os pensamentos, as idéias, sensações, experiências referentes ao que aconteceu devido a esta particularidade.

O senso comum muitas vezes trata memória e história como sinônimos. Vários historiadores tentam desconstruir essa idéia, pois a história denuncia e investiga alguns aspectos antes ignorados pela memória. Ela “é uma operação intelectual que ao criticar as fontes, reconstruí-las à luz de uma teoria, realiza uma interpretação do passado, onde o que importa não é só a noção de um consenso, mas também a do conflito”⁵⁹. A memória é o espaço da saudade, é

⁵⁷ LANG, [199-?], p. 35.

⁵⁸ (GOMES, 2004, p.15).

⁵⁹ (MOTTA, 1998, p.76).

território, constrói-se sobre uma lembrança lógica. Já a história (des)territorializa, trabalha a trama, contextualiza as falas do sujeito, do passado, reconstrói um sentido que não só considera o sujeito da fala (limitado ao seu espaço), mas todo o espaço e aspectos que nele interfere. Como o homem é um ser desejante⁶⁰ ele relembra e constrói suas memórias partindo do desejo de revivê-la. Suas memórias reconstróem espaços de saudade⁶¹. O lembrar, às vezes, traz consigo o saudosismo de uma época.

Na pesquisa com militantes estudantis da década de 1980⁶², as memórias aparecem com saudosismos. Os relatos são narrados com saudades. Memora-se um tempo com o desejo de retorná-lo. A memória, às vezes, constrói esse espaço desejante, repleto de lutas e conquistas que o ator social não consegue visualizar no presente, pois não está mais inserido no contexto do movimento.

Embora as memórias expressem, na sua grande maioria, falas saudosistas, não podemos deixar de frisar que para alguns militantes o passado também traz lembranças traumáticas⁶³. O não dito expressa informações assim como o dito. Dessa forma, o silêncio e o esquecimento devem servir como dados para compreensão da fala do orador.

O historiador deve estar sempre preocupado com as generalizações, observando que os atores, as memórias e os espaços são múltiplos. Embora tenhamos clareza dessa multiplicidade, visualizamos práticas, culturas e memórias coletivas, pois os atores estão inseridos num espaço social, num tempo histórico determinado, compactuando experiências conjuntas. Dessa maneira, recorreremos às análises de Halbwachs para analisar a memória das militantes estudantis femininas da década de 1980, procurando destacar as memórias individual e coletiva dos grupos. Sobre a coletividade, este autor nos diz que:

⁶⁰ (NASCIMENTO, 2002, p. 172).

⁶¹ (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001).

⁶² (PATRICIO, 2004).

⁶³ (POLLAK, 1989).

Desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir o nosso passado com o seu.⁶⁴

Nos trabalhos com a história do cotidiano e principalmente com a política, as fontes orais se mostram metodologicamente essenciais porque privilegiam a análise das representações sobre a política, já que as fontes escritas são escassas e perpassam uma visão única dos acontecimentos.⁶⁵ Não devemos pensar que resgataremos o passado, porque como a memória, ele também é reconstruído. Fraga (2000) acrescenta a esta discussão que:

Nem a história social, nem as pesquisas sobre ela, são feitas por seres isolados, mas sim, e em qualquer época, construídas por homens e mulheres que vivem coletivamente, e por isso mesmo são vivências que revelam um universo permeado de significados, seja eles na temporalidade do passado e do presente, seja na dos cenários que apresentam para o futuro.⁶⁶

Não podemos ser ingênuos e pensar que estamos reproduzindo o passado através da nossa escrita, pois sabemos que o que fazemos é uma interpretação sobre este passado que é fruto da nossa relação com o espaço social, delimitada pelas fontes disponíveis. Compreendemos como Le Goff que:

Qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.⁶⁷

⁶⁴ (HALBWACHS, 1990, p.28).

⁶⁵ (FRAGA, 2000, p.37).

⁶⁶ (FRAGA, 2000, p. 27 – 28).

⁶⁷ (LE GOFF, 1996, p. 548).

Os depoimentos são considerados documentos de um determinado período, assim como algumas pessoas são encaradas pela memória coletiva como um patrimônio histórico que representa uma época e um contexto social. Patrimônio histórico não designa só prédios e cultura material, mas práticas e, inclusive, pessoas. Ao olharmos alguém que nos faça memorar o passado ou que faça memorar o passado noutros podemos considerá-lo como monumento. A história política encarou assim os grandes personagens, mitificando-os como símbolos de uma determinada época e até da própria história. Ao alargamos nossa compreensão de história que abarca agora não só grandes personagens políticos, mas vários grupos sociais, negros, trabalhadores, mulheres, estudantes e homens comuns do cotidiano, ampliamos todos os nossos referenciais.

Construímos a história sob o viés de todos esses grupos e a noção de patrimônio histórico e cultural também se expande. Ao estudarmos um espaço, um período histórico, símbolos da trama aparecem como: pessoas, objetos, lugares e práticas. Devemos considera-los como documentos/monumentos⁶⁸, todos nas suas devidas particularidades e seguindo pressupostos teórico-metodológicos específicos.

Para a concretização de nossa pesquisa fizemos uma revisão bibliográfica nos trabalhos em torno da historiografia das mulheres com enfoque nas temáticas de gênero e memória.

Os arquivos do ME – documentos escritos como panfletos, jornais da UMES, APES e UBES – foram utilizados como um dos principais recursos para construção do capítulo sobre a reorganização das entidades estudantis, após os governos militares. No entanto, muitas vezes se mostravam limitados aos nossos interesses levando-nos a utilização da fonte oral que constituiu-se como principal metodologia de nossa análise nos levando a observar as representações dos atores sociais sobre a própria história, bem como, esclarecer os pontos e lacunas das fontes escrita. Como Santana (2000) argumenta: “O uso do

⁶⁸ Ibid.

testemunho oral possibilita ao pesquisador o acesso a perspectivas e nuances que podem estar fora do alcance a partir de outras fontes documentais”.⁶⁹

Antes da coleta das entrevistas com as militantes, fizemos um levantamento nos documentos escritos à procura de nomes de mulheres que participaram das diretorias da UMES e da APES. Ao concluir esta etapa, procuramos as estudantes com perguntas elaboradas no sentido de explorar informações sobre sua prática militante, sua inserção no movimento estudantil, bem como os conflitos vivenciados para sua permanência no mesmo. Entrevistamos cinco lideranças femininas dos diferentes grupos políticos da época, na perspectiva de observar a multiplicidade das práticas referentes à condição feminina dentro dos diferentes grupos que compunham o movimento estudantil. As militantes iniciaram suas falas a partir dos dados pessoais; em seguida falaram da sua inserção no movimento estudantil, e no decorrer da mesma, direcionamos os questionamentos a fim de explorar as particularidades da militância feminina no ME. Ao final da entrevista enfocavam a contribuição da participação no movimento estudantil para as suas vidas. Encerramos cada entrevista com um pedido oral para utilização dos dados coletados, que nos foi cedido prontamente.

A fala das mulheres está presente em todo o trabalho, mas recorreremos também ao arquivo de entrevistas com militantes masculinos feitas no ano de 2002 e 2004, sobretudo no capítulo dois, que fala da reorganização das entidades estudantis, tema abordado na pesquisa *Estudantes em perspectiva*⁷⁰. A fala masculina, além de nos fornecer informações sobre a trajetória e composição do movimento estudantil natalense, foi enfatizada no sentido relacional, ou seja, tentamos extrair dos depoimentos a percepção masculina sobre a participação das mulheres a fim de manter uma relação entre discurso e prática no movimento estudantil. É no terceiro capítulo que iremos utilizarmos as falas dos militantes masculinos para mostrar a relação com as falas femininas, tentando enfatizar a discussão de gênero a partir das relações, e não de forma unilateral como observamos em vários outros trabalhos.

⁶⁹ (SANTANA, 2000).

⁷⁰ (PATRÍCIO, 2002).

No capítulo a seguir, vamos lançar o olhar sob a reorganização das entidades estudantis da década de 1980, de uma forma diferenciada dos trabalhos anteriores, pois nos importaremos em visualizar as mulheres constituindo esse espaço.



CAPÍTULO 2

A (RE) ORGANIZAÇÃO DAS ENTIDADES ESTUDANTIS

Como já vimos no capítulo anterior, a inserção da mulher no mundo público, como observamos nas diversas literaturas, se deu de forma lenta na história. Para podermos compreender a participação das mulheres no ME potiguar faz-se necessário entender como o movimento estudantil se reorganizou após os governos militares, período este em que as entidades foram fechadas e postas na ilegalidade.

Foi exatamente durante os anos de 1980 que os estudantes retomaram a organização das suas entidades de base no Rio Grande do Norte. A discussão para construção de uma entidade municipal começou a ser amadurecida a partir de 1981, aqui na cidade do Natal. Com a criação de alguns grêmios, que à época ainda se chamavam Centros Cívicos, devido ainda estar em vigor a sua proibição legal, os militantes do ME começaram a sentir a necessidade de uma organização que de fato os representasse. Os colégios centrais⁷¹ que já tinham suas entidades formadas passaram a ser o destaque para as outras escolas, que procuravam orientar-se a partir deles. Escolas como: Escola Estadual Winston Churchill, Escola Estadual Professor Francisco Ivo Cavalcante, Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), Escola Estadual Atheneu Norte-riograndense, Escola Estadual Augusto Severo, entre outras, tinham boa parte da sua militância estudantil composta por estudantes que vinham do interior do estado para estudar na capital, o que levava estes, por estarem mais longe de suas famílias, a uma maior atuação no movimento. Estes estudantes, na sua maioria, eram homens, tendo em vista que o público da Casa do Estudante era masculino. Por sua vez, havia também uma grande participação dos estudantes da capital, e dentro deste grupo uma expressiva participação feminina.

Dentre as escolas já citadas, a E. E. Atheneu Norte-riograndense tinha importante destaque, pois reunia boa parte da militância estudantil da época.

⁷¹ Centrais não por estarem no Centro da cidade, mas por serem consideradas escolas pólos.

A sua entidade servia como referência para os centros cívicos de outras escolas públicas e privadas com tradição religiosa ou laicas e direções conservadoras. Era de lá que saía boa parte dos grupos que disputavam espaço no movimento estudantil potiguar. Muito embora não existisse nenhuma entidade municipal ou estadual formada ou reconstruída ainda, já havia um movimento que contava com várias forças políticas. Algumas se intitulavam “independentes” e outras com uma posição político partidária mais definida, onde os militantes assumiam um partido.

Nesse período, a tendência que hegemonizava o ME secundarista em Natal era o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), grupão de resistência aos governos militares que reunia boa parte da juventude engajada. Muitos estudantes ainda não tinham uma identidade política clara e se aglomeravam em torno desse partido, que atuava dentro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), haja visto que os partidos comunistas continuavam na clandestinidade. Os que em alguma escola faziam oposição de grêmio, por exemplo, se intitulavam como “independentes”. Não havia um outro grupo partidário que tivesse expressão no ME secundarista nesse momento. Só a partir de 1984 é que essa oposição ao MR-8 vai ter uma maior articulação, e vamos encontrar a presença de militantes que se denominam enquanto Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), entre outros. Nesse período, também, vai ocorrer uma divisão no próprio MR-8, a partir do qual vários militantes vão procurar engajar-se em outros partidos.

Durante os governos militares, os partidos e organizações comunistas atuaram na clandestinidade. A partir de 1974, com o início do processo de abertura política do Regime Militar, essa estrutura vai se modificando. A Anistia, a reforma partidária de 1979 e o retorno das eleições diretas para governador, aprovados pelo Congresso em novembro de 1980, foram componentes significativos na estruturação do quadro institucional.

É nesse contexto que os movimentos sociais começam a se reorganizar em suas entidades e partidos políticos. A criação de partidos como o PMDB – que durante os governos militares atuou como Movimento Democrático Brasileiro, reunindo os vários grupos de oposição que lutavam pelo poder

institucionalmente –, PT e reorganização de outros como o Partido Democrático Trabalhista (PDT), vão caracterizar as forças de oposição institucionalizadas. Os partidos comunistas, como Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B), também caracterizavam essa oposição, mas por não estarem na legalidade, atuaram dentro do PMDB até o período de sua legalização, em 1985.

A reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, em seu XXXI Congresso, em Salvador/BA; da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), em 1981, junto a inúmeras outras entidades estudantis e sindicais pelo país, caracterizaram a organização social de vários movimentos, que durante os governos militares se mantiveram na clandestinidade ou se refluxaram.

No que se refere a criação da entidade nacional dos estudantes secundaristas, vale ressaltar que a UBES foi fundada em 25 de julho de 1948, com o objetivo de organizar os estudantes secundaristas do país. Junto a UNE – fundada em 1937 – foram protagonistas das diversas lutas que se desenvolveram no século XX, como a do “Petróleo é Nosso”, contra a “Ditadura Militar”, pela Anistia, pelas “Diretas Já”, a Constituinte e o “Fora Collor”. Desde a decretação do Ato Institucional nº 5 em 1968, a UBES, junto com outras entidades gerais de estudantes, é extinta, jogando, a partir de então, grande parte de seus militantes na clandestinidade.

Sendo assim, no final da década de 1970, com a organização de algumas entidades estudantis universitárias e secundaristas, inicia-se o processo de discussão para a reconstrução da UBES e no dia 31 de outubro de 1981 a entidade geral dos estudantes secundaristas brasileiros é reconstruída.

2.1 A CONJUNTURA DOS ANOS DE 1980

O estudante, como categoria social, sempre teve um papel importante no quadro da política brasileira. Se formos observar na história, desde os movimentos pré-republicanos do séc. XIX, passando pelo surgimento dos movimentos sociais do séc. XX, na luta pelo Petróleo ou contra os regimes autoritários da era Vargas e dos anos de 1960 e 1970, encontramos jovens estudantes a frente das principais lutas por transformações do cenário nacional.

O Movimento Estudantil (ME), apesar de ter suas lutas específicas, destaca-se pela sua atuação no eixo das lutas gerais da sociedade. Caracterizamos o ME partindo da idéia de Fraga (1996), que analisa o movimento estudantil enquanto movimento social, resguardando suas particularidades:

Compreendemos por movimento estudantil o movimento social surgido a partir das ações coletivas organizadas pelos estudantes, baseadas na solidariedade, construídas na identidade da condição de estudante, desenvolvendo conflito entre atores opostos, rompendo os limites de um dado sistema em que ocorre a ação.⁷²

Como um movimento social dinâmico, surgido a partir da ação coletiva dos estudantes, o ME apresenta diferentes formas de atuação e organização, que são diretamente influenciadas pela conjuntura política na qual o movimento sobrevive.

Cardoso (1994), no seu estudo sobre a trajetória dos movimentos sociais, caracteriza esse em duas fases, a que denomina de primeira fase “*a emergência heróica dos movimentos*”, observando estes movimentos no período da ditadura, mas precisamente no contexto dos anos 1970, quando os movimentos sociais não tinham uma presença tão marcante dos partidos políticos

⁷² (FRAGA, 1996, p. 4).

e reivindicavam mudanças que visavam quebrar com as relações clientelistas, com o modo de atuação do sistema político tradicional. A segunda fase que denomina como *institucionalização*, ocorre noutra contexto político (década de 1980), no período denominado de redemocratização do país. Nesse momento “*cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos, por um lado, e entre os movimentos e as agências públicas em geral, por outro.*”⁷³

Sob esta nova conjuntura, os movimentos sociais dão uma nova orientação às suas idéias e práticas e o militante que se insere neste contexto também baseia uma nova forma de vida e ação, muito embora vamos observar que os valores e as idéias de muitos ainda permaneçam voltados ao regime anterior.

Sob a base de uma “aliança democrática” que reunia alguns setores de oposição como os: Partido do Movimento democrático Brasileiro (PMDB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e setores conservadores do poder como o Partido Democrático Social (PDS) – nova denominação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – entre outros, forma-se a candidatura de Tancredo Neves (PMDB) para presidente e José Sarney (PDS e ex-presidente do ARENA) para vice, criando a chapa que concorreria a presidência do país. O nome de Tancredo Neves uniu diversos segmentos da sociedade, que acreditavam na candidatura como instrumento importante no processo de redemocratização do Brasil, e, ao mesmo tempo, em que garantia as elites políticas uma transição controlada. A outra chapa foi composta pelos setores mais conservadores, tendo a sua frente Paulo Maluf (também PDS), apoiado pelos dissidentes de seu partido que não concordavam com o nome oficial de José Sarney e Tancredo Neves.

Em 1985 o PDS estava dividido e acabou se desagregando posteriormente. A ala de apoio a José Sarney acabou saindo do partido para criar o Partido da Frente Liberal (PFL), hoje remodelado com o nome DEMOCRATAS (DEM).

⁷³ (CARDOSO, 1994, p. 83).

Em 15 de janeiro de 1985, o colégio eleitoral consagra Tancredo Neves como presidente do Brasil com 480 votos contra 180 votos de Paulo Maluf. No entanto, o presidente não chega a assumir, pois morre antes da sua posse, cabendo, então, a José Sarney, depois de um acordo, a ocupação da presidência da República.

A profunda crise que assolava o país permitiu ao povo criar uma imagem de Tancredo Neves como o presidente que, realmente, iria mudar o país e sua morte foi dada com uma grande comoção nacional. Essa reação era de se esperar, tendo em vista que o país saía das mãos dos militares, que sob um governo autoritário, reprimiu a sociedade durante 21 anos. No entanto, examinando as articulações políticas e tendo acesso a uma análise conjuntural, podemos observar que estas mudanças não foram tão significativas no contexto estrutural.

Após o processo de “Diretas Já” (1984), dado o fim dos Governos Militares (1985), com a eleição de um presidente civil (ainda que indiretamente), no conjunto do país, as esperanças voltavam-se, agora, para a convocação de uma Assembléia Constituinte. Sobre este processo constitucional, Teixeira Silva diz:

Suas funções, reais ou imaginárias eram múltiplas. Para a maior parte do povo deveria ser o momento em que seus anseios por uma maior participação política, econômica e social seriam preenchidos. Os partidos de esquerda como o PDT, o PT, os partidos Comunistas e uma parcela do PMDB esperavam, acima de tudo, remover o chamado ‘entulho autoritário’: uma série de leis e atos que desde a implantação da ditadura limitava o exercício da cidadania.⁷⁴

A Constituição de 1988 (aprovada no dia 05 de outubro) marca o fim desse “entulho autoritário” e é considerada a mais democrática Constituição, dando maior destaque aos direitos sociais. A Constituição de 1988 estabeleceu eleições diretas em dois turnos para presidente, governadores e prefeitos, com

⁷⁴ (SILVA, 1990, p. 385).

mandatos de cinco anos; o presidencialismo como forma de governo; a independência dos três poderes; restringe a atuação das Forças Armadas; voto facultativo, extensivo aos analfabetos e maiores de 16 anos por iniciativa própria. Porém, a característica mais importante da Constituição de 1988, o que levou a denominação de “Constituição Cidadã”, foi a incorporação de uma série de direitos civis e sociais. Os direitos civis clássicos são amplamente assegurados (liberdade de expressão, reunião, privacidade garantida, a inviolabilidade do domicílio, da correspondência e das comunicações e a proibição de prisão sem decisão judicial). Ao mesmo tempo, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) recuperam e ampliam suas prerrogativas, constituindo-se em um freio face às pretensões do Poder Executivo. Estabelece-se, assim, a liberdade. A tortura e o racismo são transformados em crimes inafiançáveis. Amplia-se uma série de garantias trabalhistas.⁷⁵

A noção de cidadania passou a ser amplamente difundida a partir da Constituição de 1988. Mas, apesar de ser considerada uma Constituição Cidadã, sua atuação, na prática, está muito longe de ser alcançada. Tendo em vista essa realidade, os movimentos sociais passaram a exigir, nas suas reivindicações, a concretização de muitas leis que abrangem os direitos humanos na Constituição, mas que são deixadas de lado na prática da sociedade. A luta pela cidadania tornou-se a principal bandeira reivindicada pelos movimentos. No entanto, observamos também uma apropriação indevida do termo cidadania no conjunto da sociedade. Dagnino (1994) em seu estudo sobre *Os Movimentos Sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*, destaca:

Ela expressa e responde hoje a um conjunto de interesses, desejos e aspirações de uma parte sem dúvida significativa da sociedade, mas que certamente não se confunde com toda a sociedade. Nesse sentido, evidentemente as apropriações e a crescente banalização desse termo não só abrigam projetos diferentes no interior da sociedade, mas também certamente tentativas de esvaziamento do seu sentido original e inovador. Há uma disputa histórica pela fixação do seu significado e, portanto, de seus limites.⁷⁶

⁷⁵ (SILVA, 1990, p. 391).

⁷⁶ (DAGNINO, 1994, p. 102).

Lutar por cidadania parece ser um marco que agrupa todas as classes sociais. Isso se deve exatamente por esta diversidade de conceitos sobre o tema. O postulado liberal, que caracterizou a cidadania criada no século dezoito para responder às exigências daquela sociedade está sendo usado até hoje. A cidadania não pode ser vista apenas como o direito a participar da vida política do país. Esse pensamento é visualizado pelos setores mais conservadores da sociedade, os quais apresentam os conceitos distorcidos de cidadania e democracia, garantido assim a permanência da ordem e de seus interesses. Dagnino propõe uma nova noção de cidadania, onde se responde a emergência de duas dimensões: partindo das experiências concretas dos movimentos sociais, tanto os do tipo urbano, quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos, etc. – “Na organização desses movimentos sociais, a luta por direitos constituiu a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania.”⁷⁷, e outra noção, cuja abordagem sobre a cidadania aponta para a construção e difusão de uma cultura democrática. Essa nova noção de cidadania expressa o novo estatuto teórico e político que assumiu a questão da democracia em todo o mundo.⁷⁸

No Brasil, essas novas dimensões começaram a ser discutidas e implementadas (pelo menos na lei) a partir da Constituição de 1988. A Constituição, apesar de ter apontado para inúmeros avanços sociais, não pode ser considerada como um marco de vitória para as camadas populares, pois se criou, na própria Constituição, mecanismos de revisão, pelos quais convocou-se o Congresso Nacional para, em 1993, promover a sua revisão. Esses mecanismos foram mais uma garantia para as elites de controlar e imporem seus interesses. Mas, a partir da redemocratização do país, os movimentos populares vão lutar contra os abusos e as retiradas de seus direitos, o que vai dificultar um pouco a atuação livre dos grupos conservadores.

No campo econômico, o Brasil, nos anos 80, sofreu uma enorme crise financeira, fruto ainda da política de endividamento externo acumulado ao longo dos anos anteriores. Há um verdadeiro esgotamento do modelo econômico

⁷⁷ (DAGNINO, 1994, p. 104).

⁷⁸ Ibid.

implantado desde fins do Governo Vargas e as consequências de uma industrialização, baseada na formação de um capitalismo dependente, dão margens a uma crise que, por muitos autores caracterizou a década de 80 como a “década perdida” devido a recessão, o desemprego e a miséria. No ano de 1986, foram criados três planos econômicos que tentaram estabilizar a economia do período: Plano Cruzado I (fevereiro); Cruzadinho (junho) e Plano cruzado II (novembro). Entretanto, esses planos não lograram êxitos. A inflação, que chegara a 57,4% em 1986, salta para 365,7% em 1987. A pressão inflacionária revolta operários e desespera a classe média urbana, promovendo um violento clima de mal-estar.

Mais uma tentativa do governo é feita em 1988, com o Plano Bresser. Esse Plano, apesar de promover grandes perdas salariais, não consegue conter a inflação, que chega, em 1988, a 933,6% ao ano. O mal-estar social explode em amplos movimentos grevistas e a repressão governamental é feita com vigor, causando vários conflitos e mortes nos campos e nas cidades.

Problemas de corrupção também entram em cena nesse momento e isso leva o país, através da mídia, a criar a imagem do “marajá inimigo do povo”, responsabilizando o mal e corrupto funcionário público pela miséria da população. Começa-se a criar um novo imaginário na população, cuja utilização será bem aproveitada na próxima campanha presidencial.

Em um clima geral de descrédito, Fernando Collor de Mello denuncia, publicamente, o governo por corrupção, encontrando uma amplíssima audiência.

Em plena crise econômico-financeira e numa ofensiva de acusações de corrupção, iniciou-se a disputa eleitoral de 1989. Foram as primeiras eleições diretas para presidente no Brasil desde 1960. Todos os candidatos se colocaram no campo da oposição.

Nos processos políticos do Estado, como do Brasil, os estudantes participaram ativamente, apoiando ou denunciando candidatos, promovendo debates, atuando politicamente no espaço político da cidade e do país.

2.2 A CONSTRUÇÃO DA UMES/NATAL

A comissão Pró-UMES surgiu em 1981, com o objetivo de fundar a entidade municipal. Em 1982, acontece o 1º Congresso dos estudantes Secundaristas de Natal, no Instituto de Teologia Pastoral de Natal (ITEPAN)⁷⁹, onde a União Metropolitana de Estudantes Secundaristas foi criada. No estatuto da entidade encontramos: “art. 1º – O Congresso dos Estudantes Secundaristas de 1º e 2º graus, reunido em Natal nos dias 14 e 15 de maio de 1982, aprovou a construção da União metropolitana de estudantes Secundaristas – UMES, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos com a finalidade de coordenar e unificar a ação dos estudantes de 1º e 2º graus de Natal na defesa de seus direitos, com sede na Rua Campos Sales n.º 3999 – Petrópolis, Natal, com tempo de duração ilimitado, tendo como fórum a cidade do Natal.”⁸⁰

Nesse primeiro congresso, foi eleito como presidente o estudante Cláudio Damasceno, militante do MR-8. Segundo relato do mesmo, esta gestão foi muito conturbada, pois o partido acabava aparelhando a entidade e suas ações não conseguiam legitimação.⁸¹

No congresso seguinte da UMES, que veio acontecer em 1983 na E. E. Atheneu, saiu como presidente da UMES Claudionor Damasceno, irmão de Cláudio Damasceno. Sobre esse congresso, há divergências no ME secundarista. O grupo de oposição ao MR-8⁸² retrata que o Congresso iniciou, mas devido ao tumulto acabou suspendendo os trabalhos, e Claudionor não chegou a ser eleito. O fato é que depois disso Claudionor ficou à frente da entidade municipal até 1985, mesmo sobre a crítica de militantes que, segundo alguns depoentes, o acusavam de golpista. Tal situação acaba de comprometer significativamente a representatividade da entidade.

⁷⁹ (UMES pela base, 1987).

⁸⁰ (BRASIL, 1990).

⁸¹ (DAMASCENO, 2002) – Documento sonoro.

⁸² Informação retirada do Jornal de uma das diretorias paralelas da UMES que era oposta ao grupo do MR-8.

O grupo de oposição ao MR-8, que na época se intitulava como “independente” no movimento estudantil, composto por lideranças como Rogério Marques – estudante do Atheneu – Walter Júnior – estudante da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) –, não reconheciam a direção do MR-8, e em 1984 começaram a articular um movimento de oposição para a UMES.

Em 1985, a diretoria da UMES convocou o Conselho de Entidades de Base (CONSEB) na Escola Estadual Winston Churchill com o objetivo de discutir a realização do Congresso da UMES. Nessa reunião, os estudantes que faziam oposição a Claudionor compareceram com uma maioria de entidades e propuseram o nome do presidente do Grêmio da ETFRN, Walter Júnior, para dirigir os trabalhos. A partir deste fato, originou-se uma confusão, pois o grupo ligado ao MR-8 não aceitou essa proposta. O conflito acabou gerando a primeira grande divisão da entidade, pois o grupo liderado por Walter Júnior se retirou do conselho de entidades terminando-o em outro local, na Escola Estadual Atheneu Norte-riograndense. Chamando, dessa forma, um outro congresso da UMES.

Em nota, os estudantes que se retiraram da reunião organizada por Claudionor, com data de 24 de agosto de 1985, continuaram a reunião num outro lugar⁸³ e deliberaram a convocação para o III Congresso de Reconstrução da UMES a se realizar nos dias 12 e 13 de outubro no Ginásio Sílvio Pedrosa (E. E. Atheneu). A comissão de organização desse congresso composta por: Evaniel Cavalcanti Rocha; Gil Chavier Filho; Francisco Sueudo Pereira Araújo e Geildon Antônio da Silva publicaram a convocação para o Congresso em Diário Oficial no dia 08 de outubro de 1985, informando também a pauta que seria discutida na ocasião: Situação Nacional do Município; Esporte e Cultura; Reorganização da UMES e do Movimento Estudantil com a reformulação do seu Estatuto; Situação atual do país; Eleição da nova diretoria da UMES.⁸⁴

⁸³ No documento: “Caros estudantes, vimos através desta comunicar-lhes que realizou-se no dia 24 de agosto de 1985, Na Escola Estadual Winston Churchill às 15:30, o Conselho de Entidades onde fizeram-se presentes as entidades das seguintes escolas: ETFRN, Newton Braga, Imperial Marinheiro, Sagrada Família, Edgar, Rotari, Berilo Wanderley, Francisco Ivo, Luís Antônio, Alberto Torres, Atheneu, Nestor Lima, José Fernandes Machado, Varela Barca, Luís Soares e Walter Pereira.” COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO. **NOTA aos estudantes**, 27/08/85.

⁸⁴ (III CONGRESSO..., 1985).

Nesse Congresso, que a princípio apresentou duas chapas, uma encabeçada por Walter Júnior e outra por Rogério Marques, terminou apenas com a chapa de Rogério Marques, tendo em vista que com as articulações internas, Walter Júnior acabou retirando sua chapa. Nesse congresso os militantes do PC do B acabaram também ficando fora da diretoria. Foram eleitos Rogério Marques para presidente e Evaniel Cavalcanti para vice.

Os estudantes participantes desse congresso ligados ao PT e PC do B, que já não reconheciam a diretoria da UMES anterior, passaram a divulgar o Congresso da UMES como o marco da reconstrução da Entidade, que para eles anteriormente além de aparelhada, não tinha legitimidade nenhuma.

Por uma estratégia acordada entre os partidos que davam as diretrizes dessa diretoria (PT e PC do B) as gestões posteriores referendavam e legitimavam a data de Reconstrução da UMES a partir de 1985.

Os militantes estudantis do MR-8 fizeram um congresso posteriormente a esse, mas, seguindo a decisão do Conselho de entidades realizado antes na E. E. Winston Churchill, elegeram uma outra diretoria com: Lázaro Amaro – presidente da UMES e Jalmira Damasceno – vice.

A militante estudantil Jalmira Damasceno, Prima dos irmãos Cláudio e Claudionor Damasceno, era Presidente do Grêmio do Instituto Kennedy, um escola estadual de formação de professores (magistério). Envolvida no movimento cultural de sua escola, esta fazia parte do MR-8 e foi eleita vice-presidente da UMES na diretoria liderada por Lázaro Amaro. Segundo Amaro, havia uma política do partido de incentivar a participação feminina, por isso sempre era destinado um cargo de vice-presidência para uma mulher.⁸⁵

Essa diretoria referendava nos seus jornais e documentos a data de fundação da UMES do dia 14 e 15 de maio de 1982 e se considerava uma continuidade das diretorias anteriores.

⁸⁵ (AMARO, 2002) – Documento sonoro.

Ambas as diretorias não se reconheciam, queriam legitimar suas diretorias, suas idéias. O partido tinha a política de ocupar as entidades de representação da sociedade. E o ME estava dentro deste contexto partidário. Encontramos nos documentos das duas diretorias da UMES uma diferenciação mínima de nomenclatura. A UMES ligada ao MR-8 se denominava nos seus boletins como União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas. Já a outra UMES, se denominava como União Metropolitana de Estudantes Secundaristas. Desta última, como já falamos anteriormente, encontramos o estatuto registrado em cartório em 1990.

2.3 DIFERENTES CONCEPÇÕES POLÍTICAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Nos estudos acerca do período militar são analisadas diversas correntes políticas de esquerda que se contrapuseram ao regime de diferentes formas. Várias delas agiram na clandestinidade, usando como tática a luta armada para conseguir fazer a Revolução Socialista como foi o caso do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Aliança Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), entre outras. No entanto, existiram partidos, que embora na clandestinidade, como o PCB, avaliavam que a luta armada não era a saída para a questão política da época e se reuniram em torno dos partidos institucionalizados, como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – oposição consentida durante os governos autoritários.

Com o processo de “Redemocratização” do país, as várias correntes que conseguiram sobreviver a repressão começaram a avaliar suas atuações durante o regime e repensar suas maneiras de agir diante da nova conjuntura que se colocava.

Na década de 1980, partidos políticos como PCB, PC do B e MR-8 passam a apoiar a “Nova República” acreditando numa concepção etapista da revolução brasileira. Segundo Ozai da Silva:

O apoio do PCB, PC do B – até recentemente – e MR-8 à “nova república” é fruto da concepção etapista da revolução brasileira. Para estes companheiros, processa-se no momento atual a primeira etapa da revolução brasileira, a revolução democrática-nacional burguesa (ou nacional democrático-burguesa, na visão do MR-8). Só após concluída a primeira etapa é que passaremos à etapa socialista. Essa concepção faz com que estes companheiros participem da CGT e da Frente democrática – desenvolvendo uma política de alianças com o PMDB, PFL, burguesia Nacional, etc. – com o objetivo de garantir a transição democrática, a libertação nacional e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.⁸⁶

Já os grupos que divergiam dessa posição se concentraram em torno da formação do Partido dos Trabalhadores que acabou não apoiando a eleição de Tancredo Neves e José Sarney. No PT se organizaram nesse período diversas tendências como *O Trabalho*, os *Prestistas*, a *Articulação dos 113*, a *Democracia Socialista* (DS), *Convergência Socialista* (que no ME denominava-se *LIBELU* - Liberdade e Luta) entre outras. Essas tendências, embora reunidas no mesmo partido, divergiam de posições, e, a partir dos anos 1980, outras novas começaram a surgir.

2.3.1 Correntes políticas no ME norte-riograndense

Andrade (1994) analisa que o ME sempre esteve no centro das atenções dos partidos de esquerda e que essa intervenção tinha os seguintes objetivos: “1. *Conquistar o poder estudantil, participando das entidades, fazendo*

⁸⁶ (SILVA, [19--?], p. 155).

com que seus quadros tornassem referências; 2. Repassar para os estudantes a posição do partido”. Analisa também que:

A variedade de posições políticas é resultado da luta ideológica existente no interior de qualquer sociedade de classes, e elas emergem com maior frequência e nitidez nos períodos em que a realidade objetiva, através da luta política, se radicaliza, onde a possibilidade de ruptura se torna iminente. Em decorrência dessa realidade, as posições vão se diferenciando uma das outras, até se constituírem grupos que comunguem com as mesmas idéias formando assim matrizes ideológicas diversas.⁸⁷

Essa foi a realidade dos grupos políticos aqui no RN que no início dos anos 1980 não tinha uma posição ideológica bem definida e só nos outros anos é que conseguimos ver as divisões mais nitidamente. No início dos anos 1980, há a predominância de um grupo homogêneo no interior do movimento estudantil que é o MR-8. Em oposição a esse grupo encontram-se figuras que não se denominam enquanto partido, mas que na E. E. Atheneu já se reúnem em torno do jornal *Alerta*.

Com a reestruturação das entidades de base, a partir de 1985 é que começamos a destacar mais nitidamente as forças políticas que atuavam no Movimento Estudantil. Muitos estudantes foram influenciados a adentrar no movimento secundarista através de militantes do MR-8 nos primeiros anos da década de 1980 e depois racharam com o grupo identificando-se com outros partidos e tendências no ME, como foi o caso de alguns militantes do PC do B que entraram no movimento via MR-8 e depois assumiram o partido como, Vicente Elísio Neto e mais na frente Heronilza Nascimento, João Maria Fraga, Ormindá Silva e Juscelino Bezerra. Outros depois entraram no PT, quando o Partido começava a se estruturar no estado. Ocorreu também o oposto. Em entrevista, Lázaro Amaro disse que foi influenciado a entrar para o movimento estudantil por Rogério Marques, que se intitulava “independente” e fazia oposição ao grupo do MR-8. Ele relembra que quando Rogério foi expulso da E. E. Atheneu

⁸⁷ (ANDRADE, 1994, p. 37).

acabou sendo *cooptado*⁸⁸ por Claudionor Damasceno, que na época já estava organizado no partido MR-8 e a partir daí afirma ter tido uma atuação mais politizada e engajada no movimento estudantil.

Durante a passagem pelo movimento estudantil secundarista é freqüente observarmos essa troca de tendências. As influências ideológicas às vezes não são tão firmes entre os militantes, isto devido a sua imaturidade política. Um desencanto político e às vezes até emocional com algum grupo, pode levar o militante a sair daquela organização política ideológica para uma outra e até mesmo do próprio movimento em si.

Além dessa troca de tendências, comumente podemos observar também a necessidade, quase sempre vindas de discussões partidárias dos militantes se intitularem como “independentes”. Em entrevista, Rogério Marques e Walter Júnior afirmaram não militar no partido, por isso, estamos usando essa terminologia de “independentes” para identificá-los. Ressaltamos isto porque os militantes de grupos diferenciados os rotulavam como petistas por estes estarem sempre fechando e assumindo posições com os militantes que realmente estavam engajados no Partido dos Trabalhadores.

Nas disputas das entidades de base sempre aparecia uma chapa se denominando “independente” de partidos. No entanto, essas chapas posteriormente apresentavam o apoio de militantes engajados em grupos políticos de atuação no ME, o que demonstrava a influência e problematizava o caráter “independente” da mesma. Na verdade, essa postura de se apresentar como “independente” era uma das táticas de expansão dos próprios partidos dentro dos movimentos sociais.

Em 1985 tínhamos no movimento estudantil potiguar o MR-8, o PC do B que era denominado antes como *Viração* e a partir deste ano com a legalização do partido começou a atuar nacionalmente no ME identificando-se como União da Juventude Socialista (UJS), o PCB, uma pequena formação do PT

⁸⁸ Termo utilizado para designar um militante que se engaja num grupo, ou muda de um para outro.

e os “Independentes”. Nos anos seguintes, a formação do PT começou a aumentar no estado e observamos, no primeiro momento, a participação de uma tendência interna do Partido dos Trabalhadores denominada *Caminhando Secundarista*, que durante o final da década de 1980 e início dos anos 1990 conseguiu ser a maior expressão do PT a nível nacional no movimento secundarista. Em Natal, essa tendência compôs as diretorias da UMES ligada ao grupo dos “Independentes” e em 1988 conseguiu compor a direção da UBES através do militante estudantil Henrique José Fernandes, que participou da União Brasileira durante duas gestões consecutivas, uma como 1º tesoureiro e outra como vice presidente Nordeste 2. Já em 1988, observamos no PT o surgimento de uma corrente política, dissidente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), chamada *Travessia Socialista* (atuando no partido através da tendência *Brasil Socialista – BS*), que durante os anos seguintes passava a ser o grande destaque do partido no Movimento Estudantil, ficando na direção da UMES até meados dos anos 1990.

O grupo de “Independentes” faziam oposição ao MR-8 durante a década de 1980 com uma atuação mais próxima aos militantes do PT no movimento estudantil, como já havíamos frisado anteriormente. No final dos anos 1980 esse grupo assume um partido fundando o Partido da Luta Proletária (PLP), aqui no estado.

2.4 A POLARIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Em 1985, depois dos dois congressos paralelos já citados, a UMES passa a atuar na cidade do Natal a partir de duas entidades, uma reunindo estudantes ligados ao grupo MR-8, e outra com estudantes do PT, PCB e “independentes” como se intitulavam no momento. O PC do B participou do III Congresso de Reconstrução da UMES, do dia 12 e 13 de outubro de 1985, mas, devido às articulações internas do Congresso, acabou ficando de fora da diretoria e passando a assumir a postura de não apoiar nenhuma das duas entidades.

O PC do B dirigia o grêmio da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte e em acordo com a diretoria da UBES, que também era controlada pelo Partido, passou a representar o ME natalense nos fóruns nacionais como os CONEG's (Conselhos de entidades Gerais), já que a UBES também assumiu a postura de não se posicionar entre as diretorias paralelas da UMES.

Depois de constituídas, as diretorias da entidade municipal natalense passaram a uma disputa na justiça e nas outras esferas da sociedade pelo seu reconhecimento. Esse reconhecimento também era pedido à União Brasileira, mas a entidade nacional preferiu assumir uma posição de não reconhecimento de nenhuma das duas diretorias. Nos encontros Nacionais de Entidade de base acabava o grêmio da ETFRN representando os estudantes norte-rio-grandenses, com direito a voz, mas sem o direito a voto.

Inicialmente, a disputa pelo reconhecimento também se dava com os órgãos públicos, que para não se comprometer, acabavam também assumindo a posição de não reconhecer nenhuma das duas entidades. Portanto, essas entidades passaram a preencher espaços destinados aos estudantes secundaristas em Natal, participando de Conselhos e comissões da Secretaria de Educação.

A Vice-presidente da diretoria dirigida por Lázaro Amaro, foi Jalmira Damasceno, ao restante da diretoria não conseguimos ter acesso. A diretoria dirigida por Rogério Marques com Evaniel Cavalcante (vice), realizou no dia 01/03/86 um conselho de entidades de bases e homologou o quadro diretivo da entidade composto por: José Dantas de Brito – 1º secretário; Francisca das Chagas – 2º secretário; Agemiro Diniz – 1º tesoureiro; Alcina Diniz – 2º tesoureiro; Júlio Rosado Filho – departamento de Imprensa; Tânia Martins; Julião – Departamento de esportes; Gilca Dantas – Departamento de 1º grau; Mário Sérgio – Departamento de 2º grau; Iara – Departamento Feminino; Divane Karla – Departamento de Escolas Pagas; Manacy Henrique – 1º suplente; e Wladimir Fonseca – 2º suplente. Nessa reunião foi criado o departamento de escolas

pagas, até então inexistente na entidade, devido a crescente participação dos alunos da rede particular de ensino no movimento estudantil.⁸⁹

Podemos observar que no quadro de 15 membros na diretoria, 6 eram mulheres. Um número expressivo para meados da década de 1980. Ressalva-se que as mulheres ainda estavam ocupando sempre os cargos secundários como: 2º secretário, 2º tesoureiro entre outros.

A primeira grande bandeira de luta dos estudantes secundaristas, na década de 1980, foi pela legalização e reconstrução dos grêmios livres, que foram extintos em 1968. Essa luta se expandia no sentido da democracia, haja visto que os estudantes queriam se libertar dos Centros Cívicos e se organizar livremente, deixando para trás toda forma organizativa que perdurou durante os governos militares. Essa bandeira foi encampada pela UBES e trabalhada por todo o Brasil. Depois de várias mobilizações da União Brasileira, em 02 de maio de 1985, é aprovado na Câmara Federal o Projeto de Lei n.º 1.880 do deputado federal Aldo Arantes⁹⁰ – PMDB (GO)⁹¹ que legalizava os grêmios livres. E em 05 de novembro de 1985 a lei Aldo Arantes é sancionada pelo presidente da República⁹².

O primeiro grêmio estudantil a ser reconstruído em Natal foi o da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Depois da lei sancionada, foi realizada uma Assembléia que transformou o Centro Cívico Nilo Peçanha em Grêmio Estudantil Djalma Maranhão. O processo de transformação não foi amistoso na escola, pois segundo Walter Júnior o Centro Cívico chamou a assembléia para construção do grêmio antes da lei ser sancionada o que levou a direção da escola a tentar impedir tal evento. Mas como a lei do grêmio livre foi aprovada antes do período marcado, a Assembléia foi realizada na legalidade e o grêmio Estudantil Djalma Maranhão foi instituído. A vice-presidente do grêmio na época, Heronilza Ferreira do Nascimento⁹³ em reportagem do Jornal da

⁸⁹ (A REPÚBLICA, 1986, p. 10).

⁹⁰ Aldo Arantes, que foi presidente da UNE em 1961, era membro do PC do B, mas como o partido estava na ilegalidade, este foi eleito pelo PMDB a deputado federal.

⁹¹ (OLIVEIRA, [1985]).

⁹² (Estudante em marcha, 1986)

⁹³ Heronilza Nascimento é apresentada no Jornal da Secretaria de Educação como presidente do Grêmio, mas nas entrevistas cedidas a autora pelos militantes estudantis a mesma é citada com vice-presidente do Grêmio Estudantil Djalma Maranhão na gestão presidida por Walter Júnior.

Secretaria de Educação do Estado diz que foi eleita para o Centro Cívico da escola e depois de uma mobilização e conseqüente conscientização foi proposto a transformação, permanecendo com a mesma diretoria. Apesar dos Centros Cívicos se transformarem, posteriormente a lei, em Grêmios Estudantis, as lideranças da época não entendiam como uma simples mudança de nome, de centro para grêmio. Rogério Marques, à época presidente de uma das diretorias da UMES, no jornal da secretaria de Educação, afirma:

Não queremos apenas mudar o nome de Centro Cívico para Grêmio. Agente quer que essa mudança se dê dentro de um aspecto político. Que a assembléia de cada escola, a partir do momento que decidir a favor dos grêmios, esteja consciente do papel da entidade e do compromisso que ela possa assumir dentro da escola.⁹⁴

Mesmo sem a existência legal dos grêmios, os militantes do ME nas escolas já sabiam da importância da transformação dos Centros Cívicos em grêmios estudantis e com a sanção da lei essa realidade começou a se concretizar e em vários colégios os Centros se transformaram em Grêmio Estudantil. As diversas lideranças das duas diretorias paralelas da UMES caíram em campo para a construção dos grêmios nas escolas de Natal.

Heronilza Nascimento era considerada uma das grandes lideranças da época, uma das principais expressões da juventude do Partido Comunista do Brasil. Ao ser transformado em Grêmio estudantil na ETFRN, foi criado também departamento feminino ocupado por uma mulher, a militante Márcia Gomes.

As principais bandeiras de luta do movimento estudantil sempre passaram do âmbito mais específico ao mais geral. As lideranças entendiam que tanto o sucateamento das escolas públicas, como a falta de professores, eram fruto do descaso que as autoridades e os governos tinham com a educação. Então, quando organizavam um protesto motivado pela precariedade das condições físicas da E. E Atheneu, por exemplo, aproveitavam para denunciar o descaso com a educação, que não era localizado, mas que abrangia várias outras escolas e várias outras bandeiras.

⁹⁴ (Jornal da Secretaria da Educação do Estado, 1986).

Depois de criada e reconstruída a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, as principais formas de reivindicação eram as passeatas organizadas por elas. No contexto dos anos 1980, a mobilização contra o aumento dos transportes coletivos era a pauta que reunia milhares de estudantes nas ruas.

Durante a sua gestão, a UMES, liderada por Rogério Marques e Evaniel, conseguiu uma sede na Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN) que acabou funcionando como sede da entidade até 1994. As reuniões eram feitas na própria Associação de professores, todos os sábados, e, segundo os militantes, apesar de exaustivas, pois começavam entre duas e três horas da tarde e terminavam por volta das sete, oito horas da noite, eram muito proveitosas, um espaço de formação política para os militantes. Nelas se discutiam todos os problemas referentes ao Movimento Estudantil. Essas reuniões na APRN foram constantes durante toda a década de 1980.

Em 1985 as duas diretorias consideravam-se legítimas representantes dos estudantes e ignoravam a existência uma da outra. Rogério Marques, em entrevista, fala que o discurso da divisão do movimento estudantil era usado apenas pela outra diretoria, porque para ele não existia uma divisão, existia uma única entidade que foi reconstruída através do congresso de reconstrução, que inclusive não reconhecia nem as diretorias anteriores hegemônicas pelo MR-8:

No nosso entendimento só havia uma UMES. Essa história de que havia divisão na UMES não é verdadeira. [...] o que existia era um partido [...] o MR-8 que se pretendia tomar posse da UMES [...] como não conseguiu ter o acúmulo de organização suficiente, na tentativa de reconstrução da UMES, eles foram, registraram uma entidade fantasma e passou a distribuir panfletos, enfim, começou a divulgar essa história de divisão no movimento estudantil.⁹⁵

⁹⁵ (SILVA, 2002) – Documento sonoro.

No discurso de Rogério, observamos como essa disputa era acirrada e como se auto ignoravam as duas direções. Por sua vez, Lázaro Amaro acreditava ter sido eleito no verdadeiro congresso da UMES, haja visto que para ele o outro foi um congresso paralelo.

As duas diretorias, embora usassem o discurso de não se reconhecerem mutuamente, viviam fazendo propaganda contrária da sua opositora. Em 1986, quando aconteciam as eleições para governo do Estado, a direção da UMES ligada ao MR-8 PMDB apoiou abertamente a campanha de Rosângela Maria de Melo, a Rosa, para Deputada Estadual pelo PMDB, o que levou a diretoria oposta a organizar um dossiê e uma intensa mobilização contra a diretoria do MR-8, acusando de fazer aparelhamento partidário do movimento estudantil. Neste dossiê, apareciam fotos e matérias de várias lideranças sindicais e estudantis pedindo voto para Rosa, entre elas, Lázaro Amaro dizendo:

Nós temos em Rosa uma jovem como nós, disposta a dar a própria vida nessa luta, como muito dos nossos jovens já o fizeram. Porque Rosa, em todos esses anos em que vem lutando em defesa do povo, em defesa da igualdade da mulher, sempre vem expressando a sua compreensão, da razão principal de toda a aflição do povo brasileiro, que é a dependência econômica e tecnológica do Brasil⁹⁶.

Esta reportagem servia como subsídio para que a outra diretoria ligada a Rogério Marques denunciasse o aparelhamento e a utilização da entidade para fins eleitoreiros, acusando-os também de estudantes profissionais.

No quadro político da cidade as eleições para prefeito aconteceram em 1984 (a primeira eleição direta desde 1965 para este cargo) onde disputam o executivo municipal os candidatos: Garibaldi Alves Filho, deputado estadual desde 1970, apoiado pela coligação PMDB – PC do B – PCB; e Vilma Maia apoiada pelo PDS.

Segundo Andrade (1994), Garibaldi Filho consegue ganhar as eleições beneficiado pelo sentimento de oposição do povo norte-rio-grandense

⁹⁶ (Jornal mural, [1987]).

em relação a oligarquia Maia, no poder do Estado desde 1975 e que estava vinculado aos governos militares, recém derrotado no colégio eleitoral, além de ter capitalizado para si, eleitoralmente falando, a reunião do “Rabo de Palha”⁹⁷.

O processo de reivindicação por Diretas Já no RN foi iniciado pelas entidades estudantis e partidos de esquerda. Segundo Andrade (1994):

O ME participou dessa campanha através de suas entidades, principalmente o DCE, que juntamente com os sindicatos, lançaram manifestos de apoio e organizaram passeatas e comícios em prol das Diretas Já; além de telegramas que foram enviados aos parlamentares do Estado, pedindo apoio a Emenda Dante de Oliveira.⁹⁸

Apesar dos universitários serem o grande destaque na obra de Andrade sobre a mobilização das “Diretas Já” no Estado, lembramos que o ME secundarista participou ativamente nesse processo, engrossando as manifestações de rua.

Com relação ao PMDB local, só após a deflagração da campanha é que os políticos desse partido aderem “As Diretas Já”, com uma participação muito tímida e restrita aos grandes comícios.

Nas eleições para governador, em 1986, a oposição apresentou como candidato o empresário Geraldo José de Melo, que fora vice-governador na administração Lavosier Maia e renunciara para ingressar no PMDB. O outro candidato, da coligação Aliança Popular, constituída pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi o deputado Federal João Faustino. Segundo Mariz e Suassuna “A campanha foi bastante acirrada, Melo

⁹⁷ Segundo ANDRADE (1994) “Rabo de Palha” foi uma denominação usada pela oposição para caracterizar uma reunião Organizada pelo Governador José Agripino Maia como os prefeitos do PDS/PFL de todo o interior do Estado, realizada no Centro de Convenções, localizado na Via Costeira. Essa reunião visava preparar uma grande “confusão” nas ruas de Natal no dia da eleição para prefeito, com pessoas articuladas pelos prefeitos do interior do RN, que passariam o dia inteiro fazendo “boca de urna”, e impressionando o eleitorado natalense em prol da candidatura de Vilma Maia. Mas, a reunião foi gravada de forma clandestina e denunciada na imprensa local e nacional, fazendo com que seus Organizadores recuassem da tentativa de forjar a “Confusão”.

⁹⁸ (ANDRADE, 1994, p.76).

venceu por uma pequena maioria e pela primeira vez em doze anos seguidos, era eleito um governador que não pertencia ao grupo dos Maias”.⁹⁹

Segundo Mariz e Suassuna (2001) A administração de Melo “foi voltada para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, tendo em vista o grande conhecimento que ele tinha das condições e problemas do Estado. Entretanto, tomou atitudes revanchistas em vários setores da administração e, como era de se esperar, procurou beneficiar os seus partidários.”¹⁰⁰

Já os movimentos sociais fizeram grandes manifestações contra o governo de Melo. Em 1988, é datada uma greve de professores das escolas estaduais, que teve grande participação dos estudantes secundaristas.

Em 1987, foram realizados novamente dois congressos da UMES, puxados pelas duas diretorias. O 4º Congresso da UMES feito pelos estudantes ligados ao MR-8 ocorreu nos dias 24 e 25 de outubro no colégio Dinâmico, sendo eleita a seguinte diretoria: Serveny Araújo Cid – presidente; Elione Severino da Fonseca – vice; João Dantas – 1º secretário; Carlos Antônio de Araújo – 2º secretário; Luís Eduardo – tesoureiro; João Maria Bezerra – 2º tesoureiro; Edineide Bezerra – Departamento Feminino; Jesiel Ferreira – Departamento de 1º grau; Marcelo Gálio – departamento de 2º grau; Flávio Henrique e Cristiane Soares – Departamento de Imprensa; Ademir Nazário e Civone Medeiros – departamento de cultura; Fábio Henrique e Neil Armstrong – Departamento de Esportes; Elizabeth Regina e Patrícia Cibele – departamento de Assistência Estudantil; Jiselda Sezani Gomes – Departamento de Escolas Públicas; Jeane Cristina Morais – Departamento de Escolas Particulares; Jerusa Araújo, Paulo Sérgio e Jalmira Cesdrina Souza – Suplentes.¹⁰¹ Dos 22 membros que compõem a diretoria, 10 são mulheres e seguindo a orientação do partido continua-se mantendo uma mulher na vice-presidência.

O outro congresso realizado no Ginásio Silvio Pedrosa (E. E. Atheneu Norte-riograndense) nos dias 10, 11 e 12 de outubro elegeu esta

⁹⁹ (MARIZ; SUASSUNA, 2001, p. 116).

¹⁰⁰ Ibid.

¹⁰¹ UMES pela base, 1987.

diretoria: Walter Júnior – Presidente; Hozana Alves – vice; Wladimir Fonseca – 1º secretário; José Florêncio das Chagas – 2º secretário; Itamar Manso Júnior – 1º tesoureiro; Sebastião Valério – 2º tesoureiro; Miguel Arcanjo Filho – Diretor de Cultura; Maria da Conceição Araújo – Departamento Feminino; Roberto Carlos – Diretor de Esportes; João Maria – Diretor de 1º Grau; Carlos Wanderley Teodósio – Diretor de 2º grau; Henrique José – Diretor de Imprensa; Lenilton de Souza Lima – Diretor de Assistência Estudantil; Mizael – 1º suplente; Arthu Pinheiro da Silva – 2º suplente.¹⁰² Já nesta diretoria composta de 15 membros encontramos apenas 2 mulheres ocupando os cargos de direção.

A diretoria ligada ao MR-8, devido a sua ligação com o movimento feminista, teve uma política mais voltada à organização das mulheres no movimento secundarista realizando alguns eventos. Encontramos no jornalzinho da entidade de 1987 uma chamada para a organização do *2º Encontro da Mulher Jovem*. A matéria mostra a adesão de meninas da UMES na Federação de mulheres do RN eleitas no 2º Congresso e diz que “Juntamente com as secundaristas Edneide (Departamento feminino da UMES), elas vem desenvolvendo trabalhos nas escolas visando o fortalecimento do Dept. feminino da UMES e dos grêmios”. [...] o encontro propunha que os temas debatidos fossem redigidos e posteriormente entregues com propostas para o Conselho Estadual da Condição Feminina. No documento tinha mais “Questões como a discriminação profissional e salarial das mulheres: educação sexual, informação e acesso aos meios anticoncepcionais; reforma educacional; discriminação social, entre outras, nós jovens não podemos mais adiar a luta para resolvê-las”.¹⁰³ Já em 1988, esta diretoria realiza outro evento organizado pelo Departamento Feminino no auditório da Reitoria da UFRN, o *1º Encontro Nordestino da Mulher Jovem secundarista*.¹⁰⁴

Nos jornais¹⁰⁵, observamos que a partir desse momento as disputas entre as duas diretorias ficam ainda mais acirradas. Nas greves de professores, o confronto entre os dois grupos era bem explorado pela imprensa. O MR-8 se

¹⁰² (UNIÃO METROPOLITANA, [1988]).

¹⁰³ (Jornal da UMES, 1987, [p.4])

¹⁰⁴ (Tribuna do Norte, 30 mar.1988).

¹⁰⁵ Tribuna do Norte e Diário de Natal.

posicionava contra a greve argumentando que a mesma tinha um cunho meramente político (as eleições estaduais/1988 e presidenciais/1989) e que a paralisação fortalecia os grupos que defendem o ensino privado¹⁰⁶. Já o outro grupo sempre se posicionou a favor da luta dos professores, apoiando a greve dos mesmos. Em entrevista ao Jornal Dois Pontos, Serveny Cid acusa a UMES de ser do PT, de dividir o ME desde 1985, a responsabiliza também pela divisão na UBES e a acusa de tentativa de divisão na APES. Segundo Serveny Cid “os dissidentes devem fugir do radicalismo e respeitar os fóruns da entidade, o que interessa aos estudantes são pessoas capacitadas, não interessa de que partido, mas há pessoas que só são democráticas quando ganham, quando perdem esquecem a democracia.”¹⁰⁷ Nesse discurso, observamos como o grupo ligado ao MR-8 via a prática do outro grupo de oposição, classificando-a como radical. Na entrevista dada a autora Serveny Cid comenta:

A outra diretoria tinha uma postura diferente [...] era mais radical no sentido de enfrentar [...] a gente chamava na época “rebelde sem causa” [...] nós entendíamos que não era dessa forma, é tanto que nós tínhamos uma boa relação com o governo do estado, com a prefeitura, porque é, cada um de nós, da minha diretoria tínhamos uma posição política, um partido no qual nós participávamos, mas no momento em que estava se discutindo as questões dos estudantes, existe estudantes de todos os partidos, então a gente tinha que trabalhar em prol da maioria.¹⁰⁸

Jalmira Damasceno também frisa essa diferença de prática e concepção quando fala da disputa dos grupos políticos do Instituto Kennedy. Disputa esta que refletia o quadro do ME da cidade:

O grupo mais pauleira mesmo era... muito embora a gente tivesse ligado ao MR-8 que gostava muito daquela porrada, daquele cassete todo, mas agente era o grupo mais romântico

¹⁰⁶ (Tribuna do Norte, 18 out.1989).

¹⁰⁷ (Dois pontos, 1988).

¹⁰⁸ (CID, 2002) – Documento sonoro.

né? O grupo da noite era um grupo mais voltado pra essas questões de organização política mais séria¹⁰⁹.

O grupo da noite do qual a depoente fala é exatamente o grupo liderado por militantes do PT e “independentes”, e nesse momento a UJS já tinha declarado um apoio mais concreto a esse grupo, haja visto que também havia nacionalmente uma divisão do movimento estudantil, em que o MR-8 dirigia uma outra diretoria da UBES. Esse grupo também acusava o MR-8 como divisionista e nacionalmente fazia uma forte campanha com cartazes contra a diretoria que acusava ser porta voz da política do Presidente José Sarney. Na Folha de São Paulo que fala sobre o 28º congresso da UBES realizado em Santo André, há um destaque falando da divisão do movimento estudantil. O jornal diz:

Uma outra UBES foi criada em 1987 numa dissidência surgida no Congresso de Brasília. Ela representa majoritariamente o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) abrigado nas fileiras do PMDB. Em agosto passado, realizaram seu congresso em Itu (SP) reunindo cerca de 1.500 estudantes.¹¹⁰

Com essa divisão em nível nacional, a UJS teve que tomar uma posição com relação a divisão do ME também local e decidiu fazer uma atuação mais efetiva junto à diretoria da UMES dirigida pelo grupo dos “Independentes” e petistas.

Como no ME potiguar, as mulheres tiveram pouca participação nas composições das diretorias da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) na década de 1980. No entanto, tivemos uma mulher ocupando o cargo de presidência, em 1985, que foi a secundarista Selma de Oliveira.

O congresso seguinte da UMES foi realizado em 1990 e mesmo passando por um processo de discussão com todas as forças políticas para a

¹⁰⁹ (DAMASCENO, 2006) – Documento sonoro.

¹¹⁰ (Folha de São Paulo, 1989, p. D-6).

unificação do ME Natalense, a tentativa não logrou êxito. Nesse momento, várias das lideranças estavam saindo do movimento estudantil, entre elas Walter Júnior e Serveny Cid, como outras que já haviam dado grande contribuição ao ME. O MR-8 já não tinha grandes quadros que sustentassem o grupo no ME, mas um novo grupo surgia, encabeçado por Ridalvo Felipe que a partir de 1988 se uniu ao grupo do MR-8 no movimento estudantil. Esse novo grupo que surgia era acusado pelos demais grupos que participavam do ME, de ser atrelado à prefeitura e aos empresários de transportes da cidade, e devido a isso era um grupo que detinha um forte apoio estrutural para sua manutenção no movimento estudantil.

Todos os grupos, PT, PC do B, PLP e esse novo grupo, trabalharam na construção do 5º congresso, o qual tinha como objetivo unificar o movimento estudantil secundarista em Natal. No entanto, após divergências e confrontos no Congresso, o grupo PT, PLP, se retirou do Atheneu onde estava sendo realizado o Congresso, encaminhou-se à Escola Estadual Alberto Torres, que ficava próximo ao Colégio Atheneu e continuou com a realização de um congresso paralelo que elegeu a nova diretoria da UMES, na qual Ronaldo Marques foi eleito Presidente. A UJS acabou novamente não apoiando nem uma das duas diretorias¹¹¹, dando prioridade a sua atuação na APES.

O Congresso da Escola Estadual Atheneu continuou e ao final foi eleito Ridalvo Felipe como presidente da UMES de Natal. Felipe conseguiu registrar sua diretoria e a partir daí novamente dar-se a briga na justiça pela legalidade e o movimento fica dividido.

Só em 1992, teremos a unificação da Entidade municipal onde todas as forças políticas participam de um único congresso e concordam que a diretoria eleita será a legítima representante dos estudantes municipais.

A nível de Estado, tivemos a reorganização da entidade máxima dos estudantes secundaristas do RN em 1988, com um amplo movimento de mobilização coordenado principalmente pela militância natalense ligada a diretoria PT/PC do B.

¹¹¹ (BEZERRA, 2002) – Documento sonoro.

2.5 A RECONSTRUÇÃO DA APES

A Associação Potiguar de Estudantes (APE) foi fundada em 1928 no Colégio Atheneu, com o objetivo de representar os estudantes secundaristas no Estado do Rio Grande do Norte. Em 12 de maio de 1935, é fundado o Centro Estudantil Potiguar (CEP), entidade essa que nesse mesmo ano aglutinará as suas atividades a APE. Em 19 de julho de 1935, através do jornal *A Ordem*¹¹², o Centro Estudantil Potiguar comunicava aos estudantes a decisão tomada por unanimidade, em reunião dirigida por João Elycio da Rocha, seu presidente, a favor da fusão da ex-Associação Potiguar de Estudantes com o CEP, tornando-se esse a entidade representativa dos estudantes secundaristas. Tal medida se deu, segundo a nota em obediência a Decreto Federal assinado no Rio de Janeiro, fundando o Centro Estudantil Brasileiro. A partir de então, o CEP passou a coordenar as atividades políticas estudantis no Rio Grande do Norte, até que em 1949 fundou-se novamente a APE e as duas entidades desencadearam uma luta permanente pela hegemonia do ME, até a extinção legal de ambas pela Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964.¹¹³

Com a organização de algumas entidades estudantis no Estado, os militantes do ME secundaristas começam a se preocupar com a viabilidade de reconstrução da entidade estadual. No dia 27 de agosto de 1988, realizou-se no Sindicato dos Empregados no Comércio Varejista de Natal o I Conselho Estadual de Entidades Estudantis, o qual contou com a presença das seguintes entidades estudantis: UMES (Natal), CEM (Mossoró), UMES (Pedro Velho), UNESCO (Currais Novos) UNICES (Currais Novos), UESA (Apodi), Grêmio estudantil “Dr. Severiano” (Macaíba), Grêmio Estudantil do CEJA (Caicó) e Grêmio Estudantil da E. E. 11 de agosto (Umarizal).

¹¹² Segundo Justina Iva Silva (1989) “*A Ordem*” foi fundada em 14 de janeiro de 1935, pela Congregação Mariana de Moços da Arquidiocese de Natal e tinha como programa a defesa da ordem, conforme editorial do primeiro número. Este órgão foi um dos mais importantes jornais da cidade do Natal durante o século XX.

¹¹³ Ver mais em: Silva (1989).

Esse encontro criou uma Comissão Pró-Congresso de Reconstrução da APES¹¹⁴ composta pelos seguintes membros e entidades representantes: Henrique José C. Fernandes (UBES); Eduardo Henrique Vasconcelos (UMES-Natal); Wladimir Fonseca Marinho (UMES-Natal); Sebastião Valério da Fonseca (UMES-Natal); Antônio Francisco de A. Santos (CEM - Mossoró); Alexandre Henrique da Silva (UMES - Pedro Velho) Paulo Roberto da Cruz (UNESCO - Currais Novos); Antônio Heron da Costa (UESA-Apodi); Zacarias Lima da Silva (UNICES - Currais Novos); Sérgio Ênio Rodrigues Neto (Grêmio Assú); Maria Zilda de Souza (Grêmio Macaíba); Francisco Antônio Duarte (Grêmio Umarizal); Francisca Daise Galvão Freire (Grêmio Caicó).¹¹⁵ Essa comissão teria a tarefa de organizar e realizar o III Congresso de reconstrução da APES/RN no período de 26 a 27 de novembro de 1988 na cidade do Natal. Ela era composta de 13 representantes, sendo 2 mulheres.

A partir de então, a comissão, junto aos demais militantes do estado, entrou em campo para organizar o congresso. Henrique José, militante estudantil potiguar ligado ao PT, na época também diretor da UBES, relembra que houve uma grande articulação para viabilização desse congresso. E no XXVII Congresso da UBES realizado na cidade de Goiânia/GO em julho de 88, no qual foi eleito 1º tesoureiro¹¹⁶, combinou:

Lá mesmo a gente fez uma reunião onde tirou essa diretriz, inclusive junto com o pessoal do PC do B a nível nacional, com Emanuel Rangel. [...] lá mesmo agente já fez um acordo, junto com o pessoal do PC do B, de fazer esse compromisso de reconstruir a entidade estadual. Então a gente veio pra cá e foi assim uma maratona, de viajar interior por interior [...].¹¹⁷

¹¹⁴ Segundo o registro do estatuto da entidade no 2º cartório de notas – com endereço na Av. Tavares de Lira, 85 – a APE (Associação Potiguar de Estudantes) passou a ser registrada enquanto APES (Associação Potiguar de Estudantes Secundários) em 09 de maio de 1960. No órgão oficial da APES ESTUDANTE, publicado pela comissão Organizadora do Congresso data do dia 30 de novembro de 1959 a reformulação do estatuto e nome da entidade em Assembléia Geral.

¹¹⁵ (Diário Oficial do Estado, 1988).

¹¹⁶ ATA do XXVII Congresso da UBES, realizado nos dias 12, 15, 16 e 17 de julho de 1988, em Goiânia/GO.

¹¹⁷ (FERNANDES, 2002) – Documento sonoro.

A entrada de estudantes potiguar na UBES sempre viabilizou a atuação das forças políticas na esfera estadual. Analisando as entrevistas dos ex-dirigentes observamos que colocar um militante na diretoria da entidade nacional sempre foi estratégico para os grupos políticos que queriam abranger sua atuação a nível estadual. Os estudantes que representaram o RN na UBES deixaram claro essa intenção nas entrevistas concedidas.¹¹⁸

Com o slogan “*Nossa força está na Organização*”, foi realizado nos dias 26 e 27 de novembro de 1988, na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, o III Congresso de Reconstrução da APES. As pautas para discussão no Congresso foram as seguintes: Situação Nacional e Internacional; Educação; Juventude; Cultura e Esporte; Movimento estudantil e Eleição da Diretoria.

No congresso houve muitas discussões e, segundo os entrevistados, foi bastante proveitoso, havendo subgrupos para discutir os temas propostos. Ao final foi eleita a diretoria que ficou assim constituída: Maurício Miranda – Presidente; Sebastião Valério da Fonseca – Vice-presidente; João Eudes Gomes – 1º secretário; Maria Zilda de Souza – 2º secretária, Carlos Wanderley Teodósio – 1º tesoureiro; Júlio Borges de Macêdo – 2º tesoureiro; Erivaldo Bezerra de Souza – Diretor de Imprensa; Francisco Jorge de Lima Freire – Vice Litoral; Sérgio Ricardo de C. Oliveira – Vice-Agreste; Antônio F. de Aquino dos Santos – Vice-Oeste; Damião Xavier Torres de Paiva – Vice Auto-Oeste; Paulo Roberto da Silva – Vice-Seridó; Henrique José C. Fernandes – Diretor de Cultura; Cid Robson Formiga – Diretor de Esportes; Ormindá Bezerra da Silva – Diretora Feminina; Iguatimir de Carvalho Gomes – Diretor de Escolas Públicas; Wladimir Fonseca Marinho – Diretor de Assistência Estudantil; Francisco das Chagas da Silva – Diretor da Casa do Estudante; Tânia Nogueira do Rego – Diretora de Escolas Particulares.¹¹⁹

Embora não tenha entrado na diretoria, a ex-militante estudantil, Ana Cláudia de Melo, membro da Travessia Socialista, que em 1988 e 1989 era uma

¹¹⁸ Henrique José Fernandes e Serveny Cid foram diretores da UBES paralelas em 1988. Henrique Fernandes continuou na direção seguinte como vice-presidente nordeste 2. Em 1993, no congresso de unificação da UBES Juscelino Bezerra compõe a diretoria da entidade e em 1995 Glácio Menezes integra-se também União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

¹¹⁹ (BRASIL, 1989).

das principais forças políticas do ME local, lembra de sua participação na mobilização para o Congresso da APES. Quando fala do grupo do qual fazia parte, diz:

Era um grupo bem *xiita*, um bando de xiita, e eu inclusive, fui uma das criadoras desse grupo. [risos] Agente decidiu sair pelo interior fundando grêmio e divulgando o congresso da Apes que estava próximo, acho que coisa de 6 meses depois disso. Pra você ter idéia eu fugi de casa, sai sem dizer a minha mãe, nem ao meu pai, botei a mochila nas costas e sai sem um tostão no bolso, pegando carona pra ir aos interiores [...] fundar grêmio e divulgar o congresso da APES. Pra tirar delegados.¹²⁰

Ser militante estudantil era dedicar-se intensamente as atividades do movimento. Na fala de Ana Claudia podemos ter uma idéia de como o militante se dispunha muitas vezes da sua vida pessoal para desenvolver as atividades do movimento, afetando inclusive as relações familiares. Essa dedicação ainda era mais questionada ao se tratar de uma militante feminina, que além de abandonar estudos e família, saía de todos os padrões normais destinados às mulheres em nossa sociedade.

A militância é uma ação apaixonada¹²¹. O militante estudantil se insere de forma intensa no movimento, muda completamente seu cotidiano, fazendo com que as ações políticas sejam priorizadas em detrimento das outras esferas da sua vida privada. Muito embora essa doação leve o jovem militante a abrir mão de algumas atividades próprias à sua faixa etária, o engajamento no movimento parte de uma escolha feita pelo ator.

Compreendemos o conceito de militante seguindo o raciocínio de Fraga: “Militante é aquele que participou das lutas políticas, ocupou espaços públicos, ganhou visibilidade, viveu intensas experiências, distanciou-se da rotina dos demais membros da sociedade e construiu uma rotina própria de vida.”¹²²

¹²⁰ (MELO, 2006) – Documento sonoro.

¹²¹ (FRAGA, 2000).

¹²² (FRAGA, 2000, p.291).

Sendo militante, aquele jovem que se diferencia por ocupar espaços públicos e distanciar-se da rotina dos demais membros da sociedade formando uma rotina própria de vida, homens e mulheres no ME se enquadram nesta caracterização. O que distingue a militância feminina da masculina são as diferenças de gênero, os conflitos que as mulheres encaram ao adentrar no espaço público da política, enfrentando discriminações, pressões, tendo que conviver com um olhar diferenciado no próprio grupo que participa.

Iremos discutir no próximo capítulo a inserção das mulheres no espaço político do Movimento estudantil, bem como os conflitos vivenciados em detrimento a esta participação.



CAPÍTULO 3

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL POTIGUAR

3.1 O PANORAMA CONFLITANTE DA INSERÇÃO DAS MILITANTES NO ME

Como pudemos observar na reorganização das entidades estudantis secundaristas, as mulheres estavam presentes, muito embora não tenham assumido posição de destaque nas entidades. Durante a década de 1980, as encontramos nas diretorias das entidades gerais, principalmente nas entidades de base que são os grêmios estudantis.

O movimento estudantil secundarista, normalmente, é formado por jovens de faixa etária entre 14 a 20 anos de idade, estudantes do nível secundário (Ensino Médio) das esferas pública e privada.¹²³ Esses jovens, em idade escolar, estão submetidos à uma cultura que exige dos indivíduos postos em sociedade o mínimo de instrução escolar para a condição de empregabilidade futura. Sendo assim, os estudantes secundários vão às escolas para adquirirem conhecimento científico que os prepare para o nível universitário de ensino ou que os especialize diretamente para um determinado ramo de trabalho.

Na escola, planejada e dividida em séries, os estudantes ficam dispostos em turmas de alunos, recebendo aulas de várias disciplinas, cada uma delas ministrada por um professor especializado. Esta disposição na qual a turma se insere, favorece ao agrupamento de estudantes, os quais acabam se reunindo, dentro da escola, de acordo com suas afinidades pessoais. Os estudantes que se destacam na sala de aula, apresentando atributos de liderança, estes, logo são chamados ou escolhidos como líderes de turma (primeira instância de representação estudantil) e, posteriormente, podem fazer parte do grêmio da escola (instância de representação máxima dos estudantes do colégio). Fazem

¹²³ A rigor a faixa etária dos estudantes compreendida na Lei de Diretrizes de Base (LDB) é de 7 a 14 anos para o ensino fundamental e 15 a 17 anos para o Ensino Médio. No entanto, a realidade do movimento secundarista potiguar abarca um imenso número de estudantes fora de faixa, além daqueles que fazem mais de um Nível Médio, abrangendo também os estudantes de ensino fundamental.

parte das atividades do grêmio estudantil: a organização e representação dos estudantes nas atividades políticas, cívicas, desportivas e festivas da escola; bem como, fazer a interlocução com a direção da mesma nos problemas do dia-a-dia.

Quando analisamos os motivos que levaram os estudantes secundaristas a participação da vida política escolar, observamos, no depoimento de militantes da década de 1980, que boa parte deles tiveram suas inserções no ME partindo de confrontos com as direções, as quais se mostravam autoritárias em relação a alguns encaminhamentos ordinários do funcionamento escolar. Então, neste caso, os estudantes que discordavam de algumas práticas da direção acabavam se unindo em torno da crítica e mobilização contra essas atitudes consideradas autoritárias. Esta motivação acabou por levar a formação de um primeiro núcleo do movimento estudantil de âmbito escolar.

Sobre esse agrupamento de jovens que já começaram a fazer política no espaço escolar, vamos perceber, nas contribuições de Fontenelle, quando este analisa a constituição do sujeito político em Thompson que:

Quando ocorre uma ação coletiva que faz frente às ameaças que se colocam a determinadas pessoas, elas 'se sentem mais próximas uma das outras e procuram imagens que as mantenham unidas. Ações coletivas alimentando uma auto-imagem coletiva [...]'¹²⁴

Destacamos, assim, que o agrupamento de jovens estudantes é ocasionado primeiramente a partir da pactuação de idéias, onde, posteriormente, pode transformar-se num grupo convergente de práticas políticas coletivas.

Confrontar-se com as direções de escolas pode ser um dos primeiros caminhos a levar alguns jovens à participação e ao engajamento no movimento estudantil. Porém, as discordâncias podem ser motivadas, também, por outros grupos estudantis, ou seja, estudantes cujas discordâncias da prática

¹²⁴ (FONTENELLE, 1996).

do grêmio podem se reunir para montarem uma oposição e se inserirem, assim, no movimento.

A inserção do jovem no movimento estudantil pode ser ocasionada por diversos fatores: por discordâncias – como já vimos; por influência de um colega já militante; por se identificar culturalmente com algum grupo a frente do movimento; por organizações em torno de atividades festivas e competitivas, entre outros motivos. Nos dias de hoje, considerando a realidade do movimento estudantil secundarista no Rio Grande do Norte, esses motivos podem assumir uma dimensão bem maior, tendo em vista a confecção das carteiras de estudante¹²⁵, as quais acabam atraindo muitos estudantes para o movimento com objetivos financeiros.

O engajamento do estudante no ME, nos anos 1980, o levou a um grupo que tinha idéias e práticas comuns, e seu comportamento, provavelmente, foi influenciado e modificado por este grupo no qual se inseriu. No estudo da *Sociabilidade na teoria de Tonnies*, Miranda analisa que “A identidade é um processo pelo qual o homem se integra e se separa de uma coletividade de referência simultaneamente”.¹²⁶ Sendo assim, o jovem militante, para entrar e continuar no movimento estudantil, precisava se identificar com algum grupo. De acordo com esta idéia, Miranda nos diz também que:

Nas relações sociais próximas definidas como o processo de sociabilidade, a pessoa deve buscar suas referências identitárias. Para saber se o faz, e se efetivamente ali se identifica, é preciso, portanto, analisar-se os valores vigentes no direcionamento dos atores e sancionados pelo grupo.¹²⁷

Essa identidade com o grupo levou o jovem estudante ao engajamento nos grupos que constroem o movimento estudantil, transformando-o num militante a absorver a cultura política militante. Com esta inserção, este

¹²⁵ A identidade estudantil (Carteira de estudante) era um documento que servia para o pagamento da meia passagem dos estudantes em transportes coletivos da cidade. Hoje além dessa função, o documento garante a meia-passagem intermunicipal e meia-entrada nos eventos culturais. Até 1993 a confecção carteirinha da esteve sob a responsabilidade da Administração municipal e em 1994 passou para a responsabilidade do movimento estudantil.

¹²⁶ (MIRANDA, 1996).

¹²⁷ Ibid.

militante passou de indivíduo a ser político coletivo e sua atuação estava diretamente ligada ao grupo a que pertence. Sua fala, suas idéias e seu comportamento estavam relacionados com a coletividade.

Sobre a coletividade, recorreremos, ainda, as contribuições de Halbwachs acerca da memória coletiva, quando nos diz:

Desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir o nosso passado com o seu.¹²⁸

Esta afirmação nos ajuda a compreender a fala do depoente que esteve inserido no grupo e que, ao nos relatar sobre sua participação, fala na primeira pessoa do plural (nós), dando a idéia da existência de um grupo que, mesmo disperso ou extinto, sobrevive na memória. O grupo e o seu local social desempenham fator determinante na construção dessa memória coletiva.

Em entrevistas, as militantes estudantis destacam que aspectos de suas personalidades já a levavam a se interessar pela crítica ou política, sendo estes motivos responsáveis pela inserção no movimento estudantil. Sobre isso Ana Cláudia de Melo nos diz:

Eu era muito assim, sempre fui muito questionadora, então quando eu entrei na ETRN, eu vinha de escola de padres, do Salesiano, e eu achei ótimo aquela história do pessoal ir nas salas dar aviso, fazer movimento, manifestação e aquilo me chamou muita atenção. Então, devido a essa coisa [...] eu resolvi começar a ir ali pelo grêmio.¹²⁹

Como espaço de contestação que reúne jovens com intuito de se organizar e reivindicar direitos, o movimento estudantil passa a ser uma esfera atrativa para jovens questionadores que procuram na ação uma forma de criar

¹²⁸ (HALBWACHS, 1990, p.28).

¹²⁹ (MELO, 2006) – Documento sonoro.

uma identidade e transformar o espaço. Arendt já nos diz que “é com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano”¹³⁰. Para a autora: “na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo, enquanto suas identidades físicas.”¹³¹ Como um primeiro espaço de atuação política o movimento estudantil reúne esses jovens questionadores, muitos considerados inclusive “rebeldes” dependendo da postura assumida pelo grupo que se engajou. Nos depoimentos, vários militantes masculinos e femininos relataram que eram rebeldes na sua juventude e por isso participavam do movimento estudantil. A ex-militante estudantil Ormindá Silva falando sobre os motivos que levaram-na a adentrar no movimento estudantil nos diz que:

Na realidade eu já fui sempre, desde de que eu me entendi de gente eu fui rebelde porque eu morava no interior do estado, meu pai era vereador da então ARENA, que nós sabemos que era um partido altamente atrasado, conservador e [...] eu não sei lhe dizer, mas eu sei que eu contrario a isso sem entender de absolutamente nada. Então em 1979, eu enquanto estudante, sem nem entender o que era partido político, sem nem entender nada, mais tinha assim essa rebeldia dentro de mim.¹³²

Ormindá Silva retrata o fato de ser “rebelde” como uma característica peculiar de uma jovem propensa a reivindicar e estar no movimento estudantil. Sua posição contrária ao partido do pai – membro da ARENA como cita no depoimento – avalia-se como posição comum de uma jovem que pretende-se firmar e ter uma identidade própria, muitas vezes discordando das posturas de seus pais e familiares. Mas há de convir que, apesar das discordâncias, essas influências políticas – direta ou indiretamente - na família são um dos principais motivos do interesse do jovem pelo mundo político. Que estes fazem referências aos seus pais falando da importância destes na sua formação, mesmos seguindo concepções diferenciadas na política. Esses casos mostram-se às vezes até dicotômicos quando o militante que discorda do partido

¹³⁰ (ARENDR, 1999, p. 189).

¹³¹ Ibid. p. 192.

¹³² (SILVA, 2006) – Documento sonoro.

e das posições do pai acaba se afastando do ME para apoiá-lo na campanha, como no caso do presidente da UMES em 1988 que apoiou seu pai nas eleições para vereador pelo PMDB e foi criticado no âmbito do movimento estudantil por isso, já que embora se colocasse como “independente”, discutia com os grupos secundaristas ligado ao PT e depois engajou-se no Partido da Luta Proletária (PLP).

Parcela da juventude brasileira dos anos de 1980 foi formada dentro de um processo de contestação dos governos militares, lutando por redemocratização, por isso, muitas vezes essa parcela era homogenizada como juventude rebelde. Essa rebeldia se tornava ainda mais visível aos jovens ligados ao movimento estudantil que herdavam uma cultura política dos grupos de esquerda das décadas anteriores que diferenciava seus comportamentos dos outros jovens.

Embora estejamos analisando as transformações dos anos de 1980, temos que fazer uma retrospectiva ressaltando que os anos de 1960 foram marcantes no contexto das transformações culturais em todo o mundo. A modernização da sociedade apressou a mudança dos padrões de conduta privada, colocando em destaque a liberação sexual e o consumo de drogas, temas estes, até então, considerados como tabus. Estes destaques estão intrinsecamente ligados às formas que os jovens encontraram para imprimir suas contestações e o movimento estudantil, como o principal espaço de discussão da juventude, desempenha papel fundamental nestas transformações.

O militante estudantil, como um jovem comprometido com as questões políticas e sociais do país, avaliava que a revolução tinha que ser completa no campo social e cultural da sociedade. Muito embora carregasse em si toda uma dimensão cultural de comportamentos obtidos na infância e adolescência, heranças de uma formação conservadora, ditada – principalmente – pela Igreja e pela família, o militante encontrou na sua fase adolescente muitas dúvidas com relação a sua postura no âmbito cultural. Diferente de outros jovens, cujas práticas baseavam-se na formação machista e conservadora, os militantes estudantis defendiam princípios que possuíam toda uma relação com a negação

do sistema capitalista e as noções de propriedade, para a sua prática cotidiana. Postulamos estes aspectos culturais que faziam parte da juventude dos anos 1960 e 1970 para podermos entender melhor o comportamento juvenil, mas observamos que o militante, muito embora esteja inserido neste contexto, tinha a sua vida muito mais dedicada aos problemas sociais e as suas atividades políticas, ficando um pouco recluso esses outros comportamentos de caráter mais privado.

Os jovens da década de 1980 conseguiram encontrar um amplo debate sobre a juventude com as relações sexuais e o consumo de drogas – bem mais intensos neste momento. As pílulas anticoncepcionais, que apareceram bem antes, mas neste momento já haviam se democratizado, deixavam a mulher mais livre no que concerne a sua atuação sexual, não temendo mais o risco da gravidez indesejada. No entanto, estas novas práticas culturais encontraram pela frente barreiras inéditas, as quais levariam os jovens a refletir e cautelarem os seus comportamentos. A AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), como uma doença sem cura, entra no cenário dos anos 1980 e passa a interferir nessa liberação sexual proposta desde a década de 1960, levando toda a sociedade ao medo e precaução no que se refere aos relacionamentos sexuais. Para a juventude, principalmente os secundaristas, jovens com responsabilidades não bem definidas, a doença cai como um estopim, pois com uma liberação sexual acentuada e o consumo de drogas mais diversificado, intenso e dependente com utilização de seringas, levou parcela expressiva de jovens a serem infectados.

Os militantes estudantis que faziam uso das drogas, principalmente na década de 1980, discutiam esse uso de drogas e defendiam a liberação utilizando o slogan do *É proibido proibir*¹³³ argumentando também que a proibição da maconha, por exemplo, devia-se à política das grandes multinacionais do tabaco de garantir sua produção exclusiva na sociedade, tendo em vista que esta outra droga poderia ser produzida artesanalmente.

¹³³ Este slogan foi criado em 1968 – sendo tema de uma das músicas de Caetano Veloso – em meio aos governos militares, mais teve também uma grande repercussão ainda nos anos 1980.

O discurso do *É proibido proibir* foi uma (re) apropriação dos jovens dos anos de 1980 das manifestações de protesto ainda dos anos de 1960 que utilizavam este slogan, sendo propagado na música de Caetano Veloso, em 1968, em meio aos governos militares. Nos anos de 1960 as drogas passaram a ser consumidas como uma forma de se contrapor a obediência dos pais e das autoridades, sendo usada como um símbolo de liberdade, de avanço. Ser moderno era está aberto para o novo, quebrar as amarras do tradicionalismo do sistema e o uso das drogas abarcava essa simbologia. Não usar ou experimentar era visto como *caretice*¹³⁴ ou conservadorismo.

Nos anos de 1980 o movimento estudantil utilizava esse discurso, muito embora, a realidade que assolava o consumo das drogas já se caracterizasse num outro patamar, diferente dos anos de 1960 e 1970. As drogas levaram muitos jovens à dependência marcando drasticamente suas vidas, além de servir como um intenso comércio que passava a montar as bases para o tráfico e a formação do crime organizado, um dos grandes problemas do Brasil no séc. XXI.

O *Rock and Roll* também era uma das marcas características dos jovens dos anos de 1980. As bandas de rock nacional, como os Titãs, Legião Urbana, Capital Inicial, Plebe Rude, com suas músicas críticas que questionavam, de forma rebelde, os problemas sociais, marcaram boa parte do comportamento juvenil e militante. As passeatas e mobilizações estudantis tinham, inclusive, como pano de fundo, uma seleção de músicas críticas, principalmente do estilo Rock, que mostravam a “cara” da juventude e se identificavam muito com o movimento, entendendo-se, assim, a passeata como espaço também de formação. Estas músicas eram, na maioria das vezes, protestos contra a violência urbana que assolava boa parte da juventude, criando assim um processo de identificação mútuo. Além das manifestações contra a corrupção e o autoritarismo. Na passeata organizada pelos estudantes da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, em 1988, em protesto a pancadaria e a prisão de alguns militantes em manifestações anteriores que se rebelaram contra a falta

¹³⁴ O adjetivo “careta” era utilizado pelos jovens pra designar algo ou alguém considerado como atrasado, conservador.

de professores, bem como contra os decretos 95.682 e 95.683, os quais reduziam as verbas dos estabelecimentos de ensino da rede federal, podemos encontrar faixas e gritos de ordem, baseados na música “Polícia”, também dos Titãs, dizendo “*Polícia para quem precisa, polícia para quem precisa de polícia*”¹³⁵.

Muito embora o rock tenha assumido esse papel crítico, a militância tinha como uma das suas preferências musicais também, a Música Popular Brasileira (MPB), principalmente aquelas contestatórias dos Governos Militares, as quais eram cantadas e interpretadas por personagens que sofreram com a repressão e o exílio. A militância se diferenciava porque, de acordo com seu ponto de vista ideológico, pretendia distanciar-se da mídia e do consumismo em todos os seus aspectos rejeitando as músicas propagadas pelos meios de comunicação – como a lambada e o axé que eram tidas como músicas da moda nos anos de 1980. Havia toda uma crítica a cultura de massa imposta pelos meios de comunicação, que serviam ao sistema e contribuía para a manutenção do capitalismo. O militante queria negar essa cultura dominante e, nos eventos patrocinados pelo movimento estudantil, usava a música como um dos instrumentos, muito embora, às vezes, a participação expressiva dos estudantes não se confirmasse por falta de identificação e de afinidade com as propostas culturais do ME.

3.2 OCUPANDO OS ESPAÇOS DA POLÍTICA

De acordo com as fontes disponibilizadas para a nossa pesquisa podemos observar que a participação das mulheres no movimento estudantil potiguar remonta ainda aos anos anteriores aos governos militares, onde já podemos encontrá-las em congressos e atividades do movimento. Mas é a partir

¹³⁵ (Tribuna do Norte, 17 set. 1988).

da década de 1980, com a reorganização das entidades, que vamos encontrá-las ocupando cargos de direção nas entidades de base e gerais¹³⁶.

As nossas entrevistadas participaram ativamente das organizações de base das suas escolas antes de se engajarem na UMES e APES.

Jalmira Damasceno foi eleita vice-presidente de uma das diretorias paralelas da UMES em 1985 e era também presidente do Grêmio estudantil do Instituto Pte Kennedy¹³⁷. Esta escola pública de grande porte que se localizava na Zona Oeste de Natal era uma das principais escolas da cidade que oferecia o curso magistério a nível de 2º grau, tendo uma clientela, composta na sua grande maioria de mulheres. Jalmira Damasceno relembra que confrontos com a direção eram habituais porque:

Aquela escola era uma escola que tinha tradição de ter normalistas estudando, de ter futuras professoras, então você tinha que prezar um comportamento estudantil muito diferenciado dos outros, [...] em plena década de 80, mas não era aceitável um grupo de mulheres participar de uma passeata; um grupo de mulheres participar de uma passeata, vindo daquela escola. [...] não era mais aquela repressão porque não necessitava, mas existia um discurso repressor. E aí esse discurso repressor vinha imbuído, vinha revestido do processo formativo que a gente tava vivenciando e da posição social que a gente ia assumir depois que saíssemos dali, que íamos ser professoras. Então, um grupo de professoras faz movimento estudantil, mas faz de uma outra forma, faz pra organizar as festas, faz para manter a aula da saudade e assim vai; e aí quando a gente assume, a gente assume com outro caráter.¹³⁸

Os confrontos com a direção eram habituais devido à postura que o grêmio estudantil tomava. A escola, com uma direção nomeada pelo governo do Estado que estava nas mãos do PDS no nome de José Agripino Maia, assumia

¹³⁶ As entidades de base são os grêmios estudantis e as entidades gerais são as instancias de representação municipal, estadual e nacional.

¹³⁷ Nos anos de 1990, com a nova LDB que exige nível superior para todos os professores de ensino fundamental, as escolas de magistério de Natal foram aos poucos se extinguindo. Hoje, O Instituto Kennedy é um centro de formação de professores com magistério inseridos na rede pública e privada para o provimento do nível superior. Até meados dos anos de 1990, a luta pela não extinção dos cursos de magistério era uma das bandeiras do movimento estudantil potiguar.

¹³⁸ (DAMASCENO, 2006) – Documento sonoro.

uma postura conservadora vivenciando muitos embates com um grêmio que seguia orientações de uma corrente de oposição (MR-8) aos governistas à época. Então, práticas até então inéditas para a escola, segundo a depoente, passaram a ser questionadas pela direção como o fluxo de meninos de outras escolas para participar de reuniões e atividades do grêmio, participação em passeatas, entre outras.

Outra escola considerada uma das mais importantes no âmbito do movimento estudantil natalense, de onde surgiram muitas militantes foi a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Uma das principais lideranças apontadas pelos depoentes era Heronilza Ferreira do Nascimento¹³⁹, vice-presidente do grêmio em 1985. Uma das lideranças do PC do B que acabou sendo uma das referências para muitas mulheres que se engajaram no movimento posteriormente.

Da ETFRN entrevistamos as militantes Ormindia Silva e Ana Cláudia de Melo, contemporâneas de militância, mas encontrando-se em grupos diferentes. Ormindia foi Diretora do Departamento de Cultura da gestão posterior a Heronilza. No congresso de Reconstrução da APES em 1988 assumiu o cargo de Diretora do Departamento Feminino.

Como já vimos anteriormente, os anos de 1975 a 1985 marcaram a década da mulher e uma das políticas sociais dos movimentos feministas era disseminação de órgãos de representação de mulheres. O movimento estudantil seguindo também nessa linha de democratização dos espaços criou inúmeros departamentos femininos nas suas entidades de base e gerais. Esses departamentos, que aumentaram expressivamente na década de 1980, não tiveram uma ação mais direcionada porque, embora o ME tenha sido um espaço coletivo aberto a reflexão e muitas vezes onde se discutiam e questionava os padrões da sociedade e o próprio sistema vigente, segundo as militantes

¹³⁹ Heronilza Ferreira do Nascimento adentrou na política a partir do movimento estudantil e depois de se afastar do ME secundarista, fez movimento universitário, sindical (atuando na luta dos guardas municipais onde trabalhou por alguns anos) e mais recentemente assumiu uma cadeira na comissão nacional de direitos humanos em Brasília. Durante nossa pesquisa não conseguimos entrevista-la, pois a mesma chegou a falecer precocemente no ano passado vítima de um câncer.

estudantis da década de 1980, não existiam reuniões direcionadas para discussão de gênero. Apenas na segunda metade da década, podemos observar alguns eventos direcionados feitos pela direção da UMES (ligada ao MR-8), mas, mesmo no MR-8, segundo relato de Jalmira Damasceno que atuou sobretudo entre 1983 e 1987, não havia reuniões para a discussões como essa.

Mesmo a depoente não percebendo, as orientações de seu partido vinham imbuídas de um ideal feminista quando a mesma defende o nome de Nízia Floresta para o grêmio estudantil de sua escola e quando, nas diretorias da UMES, se incentivava a participação feminina.

Na APES o Departamento Feminino também não conseguiu fazer atividades direcionadas as secundaristas, embora tenha tentando por meio do Departamento, organizar algumas diretorias encabeçadas por mulheres, a exemplo do Centro Estudantil Mossoroense (CEM). Ormindá Silva relata que na disputa pela entidade de Mossoró a diretoria da APES apoiou uma chapa dizendo:

A gente estava brigando para colocar uma presidente no CEM e nós fizemos várias reuniões só com mulheres, pra vê qual a mulher que tinha mais o perfil pra ser candidata e ela não foi presidente do CEM, mas ela entrou na diretoria.¹⁴⁰

Vemos neste relato uma prática de mobilização para formação de uma chapa a partir da diretoria feminina da APES que era dirigida pelo PC do B. Essa prática de utilização das diretorias consideradas estratégicas para os partidos era comum nas entidades gerais haja visto que suas composições eram feitas por diversas correntes, seguindo a proporcionalidade.

Apesar desse incentivo à formação de Departamentos Femininos, encontramos ainda nos jornalinhos da UBES e UMES¹⁴¹ modelos de estatutos tradicionais que não propunham na sua estrutura a criação destes departamentos,

¹⁴⁰ (SILVA, 2006) – Documento sonoro.

¹⁴¹ (UMES pela base, 1988, p.[4])

muito embora os depoentes relatem que na formação dos grêmios e ou na mudança dos centros cívicos o Departamento passava a ser inserido nas próprias reuniões e assembléias.

Outra importante liderança da ETFRN nos anos de 1980 foi Ana Cláudia de Melo, membro da Travessia Socialista, dissidência interna do PCBR que atuava semi-clandestinamente no PT. A mesma chegou a concorrer à presidência do grêmio. Por estar grávida e este fato ser usado pela oposição, não conseguiu lograr êxito na sua campanha, onde a chapa oposta, também encabeçada por uma mulher Doriana, primeira presidenta do Grêmio da ETFRN, conseguiu se eleger.

Havia uma tentativa de democratização do movimento estudantil incentivando-se a participação feminina, no entanto, mulheres se destacando, ocupando espaços públicos também causavam surpresa e cautela nos homens segundo a afirmação das depoentes. Em entrevista, Ana Cláudia de Melo diz que:

Existia sim essa coisa do preconceito contra a participação feminina, existia, e eu senti muito esse preconceito, principalmente quando eu comecei a me tornar, assim, liderança, até então, ficava naquela... “Ah!, é muito bonitinho participar, achando o voto das mulheres e tal”... mas aí quando eu comecei a me tornar liderança, eu comecei a vê o embate que existia em relação ao fato de eu ser mulher. Aquele monte de homem ali e de repente eu como mulher querendo me tornar liderança, feriu alguns egos por ali.¹⁴²

Para as militantes estudantis existia um machismo embutido que acabava dificultando a participação mais ativa das mulheres no ME. Para Maria de Lima – conhecida como Rosa – primeira mulher a presidir o grêmio da E. E. Francisco Ivo no final dos anos 1980:

¹⁴² (MELO, 2006) – Documento sonoro.

Até hoje existe um machismo, só que ele é embutido. O machismo ele é embutido, então assim, ele diz: não, eu não sou machista, acho massa a participação de vocês, mas a gente percebia que eles achavam massa a participação da gente, pra gente ser as companheiras deles, pra gente namorar com eles, pra gente chamar atenção de outras pessoas em congresso quando agente ia participar, aquela coisa do vamos ver. Venha, venha que aqui tem menina bonita. Então a gente percebia que era machismo, mas quando a gente pegava no microfone pra fazer intervenção eles se amedrontavam, quando a gente tomava espaços deles eles também se amedrontavam assim, a gente percebia que sofria algum tipo de impacto, que é exatamente isso que a gente vê o choque do machismo.¹⁴³

Apesar desse sentimento que muitas vezes restringia a participação mais ativa das mulheres no ME, foi no contexto dos anos 1980 que muitas delas surgiram e se destacaram no espaço político do movimento estudantil. Para Hanna Arendt a ação significa um nascimento para o mundo e pensando assim a autora diz que “é com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano”.¹⁴⁴

A fala é um dos instrumentos de comunicação mais eficazes para se expressar idéias. O ato de discursar é a marca registrada nos movimentos políticos, os quais envolvem coletividade, pois é a partir dele que o sujeito e o grupo no qual ele se insere podem expressar suas idéias e convicções. Para Fraga:

O fato de representar alguém, ou seja, de sua fala expressar a fala de um coletivo, de elaborando e criticando normas para fazer valer o interesse de um coletivo (seja de um pequeno grupo, com uma entidade estudantil ou partido político), sendo o interlocutor, que necessita desenvolver o poder de argumentação, o articulador, que requer inserir-se em diferentes grupos sociais, o mediador, que demanda status e reconhecimento de sua ação; tudo isso são qualidades e atributos de um ator social que vivenciou ou vivencia instituições de representação política [...]¹⁴⁵

¹⁴³ (ALVES, 2006) – Documento sonoro.

¹⁴⁴ (ARENDR, 1999, p.189)

¹⁴⁵ (FRAGA, 2000, p.275).

Como o espaço político do movimento estudantil era baseado em reuniões, assembléias, congressos e passeatas, o ato de discursar tornava-se extremamente necessário para a viabilização dessas atividades políticas. As reuniões eram extensas, duravam cinco, seis horas e os militantes se revezavam nas inscrições para expor suas idéias. As vezes repetindo-as. O fato de discursar e falar eram importantes no ritual da reunião, servia para demarcar espaço, expor os militantes e as idéias do grupo. Quando chamamos de ritual as atividades do movimento estudantil – como reuniões, assembléias e congressos – concordamos com as contribuições de Fraga que analisa a assembléia como um ritual político afirmando que “o ritual não é algo espontâneo, mas sim minimamente planejado, razão pela qual é um momento extraordinário construído pelos membros de uma comunidade e voltado para a mesma”¹⁴⁶. Observamos, segundo as descrições dos protagonistas, que as reuniões estudantis eram minimamente articuladas pelos grupos de militantes. O discurso era articulado e apresentado como instrumento de convencimento, em que se destacava a idéia do grupo, dado a isso, sempre pronunciado na primeira pessoa do plural (nós) para evidenciar idéias coletivas.

Para poder formular esses discursos, fazia-se mister preparar-se politicamente e a leitura junto com os cursos de formação compunham parte importante do cotidiano estudantil. Porém, nem todos os militantes se interessavam pela prática da leitura. Os estudos políticos ficavam restritos a uma parte da militância, principalmente aquela engajada em organizações de esquerda, a qual cumpriam uma formação, uma disciplina.

O discurso feminino era algo que chamava atenção no coletivo, pois não era habitual ainda mulheres falando em público, se posicionando no mesmo patamar que os homens. Nos grupos políticos havia esse sentimento contraditório de machismo, do medo masculino da mulher se destacar como principal liderança, ao mesmo tempo em que esse grupo “masculinizado” tentava ser liberal, democrático e incentivava as mulheres a usar o discurso, a assumir esse papel de destaque para chamar atenção para o próprio grupo, para seduzir os

¹⁴⁶ (FRAGA, 1998, p. 237).

ouvintes e assim agregar cada vez mais integrantes. Nesses atos a mulher nascia para o movimento e como diz Arendt:

Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, de viver como ser distinto e singular entre iguais.¹⁴⁷

O movimento estudantil como um movimento social baseia sua forma de agir na ação. A ação que é privilégio exclusivo do homem, uma atividade política por excelência e como diz Hannah Arendt:

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas e da matéria, corresponde a condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política. [...] A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista e venha a existir. [...] A ação, na medida em que empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história.¹⁴⁸

Vemos nessa afirmação que a atividade coletiva dos indivíduos é uma ação política e que a contribuição humana nos diversos grupos da sociedade é que caracteriza a construção da história. Como espaço da política, o movimento estudantil tem suas particularidades. Os jovens sentem a necessidade da ação coletiva e normalmente se engajam em grupos na sociedade como, por exemplo: grupos de jovens de Igreja, tribos *hippies*, *dark's*, e no movimento estudantil entre outros. O movimento estudantil secundarista, por ocorrer geralmente na juventude, passa a ser a primeira instância de participação organizada dos sujeitos sociais. Fraga (1996) na sua análise sobre o movimento estudantil considera três características próprias e esse movimento que são: a possibilidade

¹⁴⁷ (ARENDR,1999, p. 191).

¹⁴⁸ (ARENDR, 1999, p. 15-16).

de ser a primeira participação de forma organizada na sociedade, a temporalidade da condição de estudante e o caráter geral de suas bandeiras de luta.¹⁴⁹

O estudante tem um tempo determinado para estar no movimento estudantil, seu período de estudo, no nosso caso o estudo secundário, que normalmente vai até os 17 anos de idade. As bandeiras de luta dos estudantes, por mais específicas que sejam, como, por exemplo, a luta por melhores condições físicas de uma escola, passam pelo âmbito geral, haja visto que a condição da educação é fruto de toda uma política de âmbito municipal, estadual e nacional.

No início da década de 1980, a luta dos estudantes, como da sociedade em geral, era a defesa da democratização do país. Essa luta por democracia passava a nortear a atuação de alguns estudantes que procuravam se engajar no movimento estudantil de suas escolas. Os militantes procuravam questionar as posições que consideravam arbitrárias e em desacordo com seus interesses, levando-os a frequentes embates com as direções das escolas. Esta situação de confronto ocorreu durante todo o início da década de 1980. Por sua vez, não podemos generalizar e dizer que o ME tinha só essas características, pois em muitas escolas a direção conseguia também articular alunos para fazer movimento junto aos seus interesses. No caso das lideranças que confrontavam com as direções, essas normalmente eram perseguidas, chegando até a serem expulsas ou transferidas das suas escolas como foi o caso dos militantes: Rogério Marques – expulso da E. E Atheneu Norte-riograndense; e João Maria de França – transferido da E. E. Francisco Ivo Cavalcante devido aos constantes confrontos com as direções. Os militantes estudantis nos seus depoimentos relembram suas trajetórias marcadas por eventos que subvertiam a ordem da época. Quebrar com normas como de exigência obrigatória de fardamento, disciplina e até condutas eram corriqueiros no ME, o que causava os conflitos de militantes com as direções de escola. Jalmira Damasceno lembra de uma ação no Instituto Kennedy:

¹⁴⁹ (FRAGA, 1996).

Então foi quando ela proibiu [a diretora], eu me lembro demais dessa grande ação – hoje em dia a gente ri da ação – que ela proibiu que a gente usasse os instrumentos da banda na passeata que a gente saía do Kennedy, encontrava com o pessoal na ETFRN, eu não me lembro como foi essa passeata, qual o ano, mas foi uma passeata, foi antes de 85, que ela era uma passeata que ia ter o comício das *Diretas* [...] e a gente fez essa passeata do movimento, aí a gente arrombou a sala e levamos os instrumentos. Aí pronto isso foi um ato extremamente subversivo.¹⁵⁰

Esse é apenas um exemplo das diversas ações que os estudantes consideram como subversiva naquela década. Os depoimentos orais vem imbuídos de (re) significação dos acontecimentos registrados pela memória. O ator expressa a sensação do período mencionado. Muitos, quando vão citar suas experiências, adjetivam como banais, bestas, entre outros, mas tentam demonstrar que para o momento vivido essas experiências tinham um outro sentido e significado que não os de hoje.

No final da década de 1980, além de Doriana na ETFRN, Maria de Lima Alves (Rosa) também é eleita como primeira mulher a presidir o grêmio Emanuel Bezerra da Escola Estadual Francisco Ivo Cavalcante. Esta é uma escola de 1º e 2º grau de grande porte, localizada na Zona Oeste da cidade do Natal que inclusive era referencia para as demais escolas da região. Maria Alves também nos relata que assumiu a secretaria da UMES neste período. Aluizia Freire, uma de nossas entrevistadas, também era militante estudantil oriunda desta escola. E posteriormente foi fazer um outro 2º grau na Escola Estadual Prof. Luiz Antônio, com curso de magistério, continuando no ME secundarista até meados dos anos de 1990.

¹⁵⁰ (DAMASCENO, 2006) – Documento sonoro.

3.3 REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS ANOS DE 1980 NO MOVIMENTO SECUNDARISTA POTIGUAR

Como já podemos ver anteriormente, as mulheres ocuparam cargos nas entidades estadual e municipal e nos fóruns de representação da cidade durante os anos de 1980. No quadro abaixo podemos observar que essa inserção variou de 15 a 45% da percentagem do total de participantes.

REPRESENTAÇÕES	HOMENS	MULHERES	%
1º encontro Municipal dos Estudantes Secundaristas ¹⁵¹	25	08	24%
Diretoria paralela da UMES (85/87) ¹⁵²	09	06	40%
Diretoria paralela da UMES (85/87) ¹⁵³	–	–	–
Diretoria paralela da UMES (87/89) ¹⁵⁴	13	02	13%
Diretoria paralela da UMES (87/89) ¹⁵⁵	12	10	45 %
Comissão Pró-congresso da APES ¹⁵⁶	11	02	15%
Diretoria da APES (1988) ¹⁵⁷	16	03	16%

Nas gestões e atividades dirigidas pelos militantes que se diziam “independentes” encontramos uma média de participação feminina de cerca de 22%.

¹⁵¹ (UMES, 1986)

¹⁵² Gestão da UMES ligada aos “Independentes”, PT, PCB, com Rogério Marques (Pte.) e Evaniel Cavalcanti (Vice). Dados retirados: A REPÚBLICA. p. 2, Natal, 9 mar. 1986.

¹⁵³ Gestão da UMES ligada ao MR-8 com Lázaro Amaro (Pte.) e Jalmira Damasceno (Vice). Não conseguimos documentação falando sobre o restante da diretoria.

¹⁵⁴ Gestão da UMES ligada aos “Independentes”, PT, PCB, e PC do B com Walter Junior (Pte.) e Hozana Alves (Vice). Dados retirados: UMES. Manual do Grêmio estudantil: Projeto UMES Ação Urgente. Gestão “Mãos à Obra” (87/89).

¹⁵⁵ Gestão ligada ao MR-8 com Serveny Cid (Pte.) e Elione Fonseca (vice). Dados retirados: JORNAL DA UMES, p. 1, dez. 1987

¹⁵⁶ (Diário Oficial do Estado, 1988)

¹⁵⁷ (BRASIL, 1989).

Segundo os dados apresentados e os relatos orais, podemos notar que este grupo não tinha discussão prévia de redemocratização do espaço entre os gêneros. As mulheres que ocupavam cargos ou apareciam no ME eram aquelas que se destacavam como liderança política, que despontavam em suas escolas e em conseqüente nos outros fóruns do ME. Essa, inclusive, pode ser considerada uma das causas do número menor de participantes mulheres ocupando os cargos de direção.

Em nossa análise, baseada na fala de militantes de ambos os grupos, esta direção tinha uma discussão política mais profunda, no entanto, as discussões sobre gênero não se apresentavam em meios aos estudos dos grupos. No que se refere aos eventos destinados a mulheres ou pautas femininas encontramos apenas o pedido ao *fim da discriminação da mulher* como a última reivindicação aprovada no 1º Encontro municipal dos Estudantes secundaristas realizado na Escola Estadual Atheneu Norte-riograndensense em 1986. Segundo a ata do evento secretariado por Francisca das Chagas de Melo, cerca de um quarto das assinaturas dos presentes eram de mulheres.¹⁵⁸

Já na diretoria da UMES paralela dirigida pelo MR-8, o número de mulheres ocupando cargos era mais expressivo. Este grupo tinha uma maior atenção à participação feminina no Movimento Estudantil, pois o partido tinha participação ativa no movimento feminista da cidade.

Embora não tenhamos dados para avaliar a média de mulheres das duas diretorias consecutivas da UMES ligadas ao MR-8, podemos concluir a partir da análise da política implementada por essa diretoria, com encontros realizados para mulheres secundaristas, por exemplo¹⁵⁹, que as atividades voltadas a participação feminina eram mais intensas. Existia uma política, já influenciada pelas outras esferas do Partido de incentivar essa participação.

Como muitos partidos de esquerda ainda estavam na ilegalidade em meados da década de 1980, a atuação das mulheres feministas da cidade

¹⁵⁸ (UNIÃO METROPOLITANA, 1986)

¹⁵⁹ 2º Encontro da Mulher Jovem (1987); 1º Encontro Nordestino da Mulher Jovem secundarista (1988).

estavam centradas no PMDB. No livro de Risolete Fernandes (2004) é traçada a trajetória do movimento feminista potiguar onde em 1981 há o 1º Encontro da Mulher Natalense coordenado pelo Centro da Mulher Natalense¹⁶⁰. Em 1982 houve uma divisão no movimento feminista e o MR-8 criou uma nova entidade, a Federação da Mulher Potiguar, tendo como principal destaque a militante feminista Rosângela Maria de Melo, conhecida como Rosa, que foi candidata a vereadora e a deputada nas eleições de 1984 e 1986, com o apoio da diretoria da UMES ligada ao MR-8.

3.3.1 Representação de mulheres na diretoria da UBES

Se compararmos a participação das mulheres nas direções da UBES, vamos observar que havia uma maior adesão das mulheres ocupando cargos de liderança nas esferas locais. Como podemos notar no quadro que segue, a participação de mulheres nas diretorias da União Brasileira de Estudantes Secundaristas eleitas nos congressos era ainda menor que a potiguar.

Diretorias eleitas em congresso nacional	HOMENS	MULHERES	%
XXI CONUBES (1982) ¹⁶¹	15	02	12%
XXIII CONUBES (1984) ¹⁶²	16	03	16%
XXIV CONUBES (1985) ¹⁶³	–	–	–
XXV CONUBES (1986) ¹⁶⁴	18	01	5%
XXVI CONUBES (1987) ¹⁶⁵	13	03	19%
XXVIII CONUBES (1989) ¹⁶⁶	19	03	14%

¹⁶⁰ (FERNANDES, 2004).

¹⁶¹ (Boletim da UBES, 1983).

¹⁶² (Boletim, 1984)

¹⁶³ Esta gestão foi presidida por Selma Oliveira, mas não tivemos acesso ao restante da diretoria.

Dados retirados de: UBES. **Boletim**. n.4, set./out. 1985.

¹⁶⁴ (Estudante em marcha, 1986).

¹⁶⁵ (Estudante em marcha, 1987).

¹⁶⁶ (Estudante em marcha, 1989).

A participação de mulheres na política nacional estudantil manteve-se estável durante toda a década de 1980. Se compararmos a realidade do RN, podemos notar que no estado e no município de Natal a ocupação dos cargos nas entidades representativas locais eram mais expressivas. Esta realidade pode ser explicada se levarmos em consideração que assumir a esfera pública já era um desafio para as mulheres que tinham inúmeros empecilhos para adentrar neste espaço, além do que, uma diretoria nacional implicava em reuniões, viagens, congressos fora do Estado, situação difícil de lidar para os militantes masculinos e para as militantes femininas que tinham mais restrições no âmbito familiar, desafio ainda maior. As militantes estudantis, falando de suas experiências na participação de congressos nacionais, relatam as dificuldades para a participação, discussões com as famílias, entre outros problemas. Em entrevista, Jalmira Damasceno diz:

A proibição chegava ao extremo de eu ter que participar de um CONEG em Brasília e sair daqui com a roupa do corpo. Peguei o ônibus, Claudionor assinou, forjou a assinatura porque antigamente a gente não podia sair do Estado sem a assinatura do Juizado de Menor. Ele forjou a assinatura da minha mãe. A gente conseguiu e eu fui pra o ônibus, eu fui pra Brasília só com a roupa do corpo e a gente passou três dias lá. Um vestindo a roupa do outro porque era importante, porque era um Conselho de Entidades Nacionais e a gente tava naquela briga de qual era a entidade que ia ser reconhecida.

Nesta fala, a depoente mostra algumas práticas do ME para a participação no Conselho de Entidades Gerais que reunia os grêmios de todo o Brasil. Falsificar assinatura para o secundarista, muitas vezes menor de idade, era algo comum no seio do movimento, embora fosse um crime previsto em lei.

Nos encontros estudantis, embora tenhamos uma participação menos expressiva de mulheres no quadro de composição das diretorias da UBES, encontramos uma Presidenta eleita no XXIV Congresso da entidade nacional, Selma Oliveira. Secundarista do Amazonas, Selma foi Diretora do Departamento feminino da UBES em 1992, Diretora de Imprensa em 1994 e Presidente em

1985. Do restante da diretoria da gestão que presidiu não tivemos acesso. Mas na gestão posterior de 1986, eleita no XXV CONUBES, encontramos apenas uma mulher ocupando exatamente o departamento feminino.

Muito embora, como já exposto, as mulheres tivessem várias barreiras que atrapalhassem sua entrada e permanência na política, assumir cargos na condição feminina também causava surpresa e destacava a militante entre as demais jovens. Os depoentes femininos e masculinos enfatizam com orgulho em suas falas a posição da mulher nos cargos de representação estudantil. Mas embora tenhamos esse quadro de incentivo e admiração pela participação feminina, as militantes enfrentaram muitos conflitos no espaço político do ME.

3.4 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: OS CONFLITOS DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ME

Inúmero foram os conflitos que as mulheres passaram para inserção e permanência no ME. O movimento Estudantil como espaço político deu as condições para que essas mulheres vivessem esses conflitos e refletissem sobre suas condições de vida. Dessa forma, durante toda a nossa análise, vamos observar como a esfera privada da vida da militante acaba inferindo na esfera pública do movimento, fazendo com que o espaço político do ME enquadre ambas as esferas.

Muitos historiadores trabalham a história das mulheres separando estes dois espaços públicos e privados, mostrando os conflitos nestas duas esferas separadamente. Baseados em Hanna Arendt, nós compreendemos que estes espaços realmente podem ser vistos separadamente em determinados momentos da história, como na antiguidade. No entanto, a atualidade constituiu-se de transformações que mudaram a vida e as práticas dos homens e mulheres,

funcionando sob novas prerrogativas, mudando a história. Sob as esferas públicas e privadas Arendt (1999) nos diz:

A elevação do lar doméstico ou das atividades econômicas ao nível público, a administração doméstica e todas as questões antes pertinentes à esfera privada da família transformaram-se em interesse 'coletivo'. No mundo moderno, as duas esferas recaem uma sobre a outra, como ondas no perene fluir do próprio processo de vida.¹⁶⁷

Os movimentos sociais são demonstrações claras dessa afirmação quando vemos os interesses até pouco tempo considerados pessoais ou individuais unirem muitas pessoas com uma identificação coletiva para reivindicar direitos na esfera pública. O movimento estudantil e o próprio movimento feminista são exemplos desta afirmação.

3.4.1 O movimento estudantil como espaço heterogêneo: Consenso X Conflito

Nos anos 1980 o discurso sobre a importância da mulher ocupar os espaços públicos, de dividir tarefas domésticas com os homens era consensual, embora na prática, devido as heranças culturais que separava os gêneros masculinos e femininos na sociedade e que influenciou suas formações, a prática no movimento estudantil não tenha condizido com o discurso.

As experiências aqui relatadas mostram as múltiplas práticas vivenciadas por militantes femininas na década de 1980. Como o espaço político do ME engloba inúmeros conflitos, essas práticas não podem ser consideradas homogêneas, pois é múltipla. O movimento estudantil concentra esses conflitos por ser um espaço em que se misturam discurso e prática.

¹⁶⁷ (ARENDR, 1999, p. 42).

Embora os militantes avaliem que nos anos de 1980 não havia discussões e debates diretos em torno da temática *gênero* no movimento estudantil – já que essa terminologia passou a ser difundida mas precisamente nos anos de 1990 – suas falas mostram que o discurso sobre a democratização dos espaços e a participação feminina eram freqüentes. Esse discurso vinha imbuído da discussão de gênero, com discussões voltadas para as transformações dos papéis sociais do masculino e do feminino na sociedade.

Na fala de Jalmira Damasceno, por exemplo, podemos ver algumas discussões que as mulheres faziam naquele momento.

A não virgindade já começava a ser discutida nos grupos. O não casamento também era uma coisa que a gente discutia. Essa coisa do não casamento já era algo que estava em processo naquela época. As meninas que participavam do movimento, elas tinham também esse discurso contra esse posicionamento machista. Então, eram mulheres que estavam, eram meninas que já estavam lutando pela sua profissão, pela independência profissional, já havia uma discussão. Então assim, dentro das pessoas que faziam movimento havia esse comportamento, muito embora a grande maioria tenha depois casado e tenha formado – constituído – família e tendo até uma vida tradicional mesmo, nada muito diferente, não existe essa diferença.¹⁶⁸

O Movimento estudantil era o espaço político da discussão, onde as mulheres refletiam sobre seus papéis sociais. Muito embora, esse discurso não tenha se concretizado como tal e que muitas delas tenham vivido de forma diferenciada do que pensavam.

Os militantes homens também partilhavam desse discurso transformador. Em entrevista, Glacio Menezes, militante da Travessia Socialista nos fins dos anos 1980 relata que:

A gente tinha aquela visão muito de quebrar com a cultura do machismo, aquela questão da virgindade. Então a gente também fazia debates sobre essas questões. Passava fitas que a gente pegava na TV Memória Popular e resgatava um pouco esse

¹⁶⁸ (DAMASCENO, 2006) – Documento sonoro.

debate sobre a questão da virgindade, de que a virgindade não era uma coisa muito importante. Alguns, acho que até se aproveitavam dessas coisas, mas outros não. Acho que o pessoal que estava de linha de frente tinha realmente o compromisso em travar um debate sério, de, inclusive, discutir a própria questão do machismo do homem ter que dividir as tarefas de casa. A gente já debatia sobre essas coisas, da importância de dividir a tarefa de casa pra que a mulher também tivesse um espaço de atuação na vida política, no movimento estudantil.¹⁶⁹

Observamos que o discurso para democratização do espaço político estava presente na fala de todos, como uma das características da própria cultura política dos militantes estudantis que lutavam por transformações sociais e culturais na sociedade, que defendiam direitos iguais, uma sociedade alternativa em que os homens tivessem liberdade para suas escolhas, sem tabus e preconceitos, que não compreendiam mais a virgindade como um pré-requisito ao casamento, considerando este um valor pequeno-burguês¹⁷⁰, como também não se via mais o casamento civil e religioso necessário à união de duas pessoas. Enfim, o discurso consensual entre todos os gêneros naquele momento.

No estudo sobre a participação feminina, Clara Araújo (2006) diz:

A cultura política predominantemente tem sido considerada como outro elemento importante, influenciando o acesso das mulheres à representação em contextos socioeconômicos idênticos ou diferentes. Na perspectiva de gênero, ela ajuda a entender como os valores, os estereótipos e os referenciais simbólicos sobre os lugares de homens e mulheres interferem e, de certo modo, condicionam atitudes e práticas que reportam ao campo político.¹⁷¹

A cultura política dos militantes da década de 1980 apontava para as discussões de liberdade e democracia, contra a repressão política, por igualdade de Direitos. A emancipação das mulheres era um dos pontos que se inseriam no

¹⁶⁹ (MENEZES, 2004) – Documento sonoro.

¹⁷⁰ Chamava-se assim algumas práticas tidas como reacionárias e conservadoras que eram baseadas no sistema capitalista.

¹⁷¹ (ARAUJO, 2006. p. 215).

contexto dessa liberdade e da sociedade alternativas almejada pelos militantes estudantis e/ou partidários. Os grupos não discutiam os conflitos de gênero diretamente, mas comungavam dessa cultura em defesa da liberdade, da participação política, da negação ao sistema, do combate à submissão feminina e ao machismo. Mesmo que os grupos e/ou partidos não tivessem uma política voltada para as discussões referentes à participação feminina exclusivamente, esses pontos eram sempre encontrados nos seus discursos, teses e reivindicações.

Quando na prática, o discurso não se concretizava, dava-se o conflito. A ex-militante estudantil Ana Claudia fala dos problemas que enfrentou quando estava grávida e se candidatou à presidência do grêmio da ETRN em 1989:

Eu perdi muitos votos por causa desses boatos, o pessoal ficava: Ah! Ela tá grávida, não vai ter condições de assumir o grêmio, não sei o que [...] e aí de ultima hora lançou-se esse chapão bomba, que era esse nome mesmo “Chapão Bomba”, [...] e ganhou a eleição nessa onda Ah! Somos independentes, vamos tirar esse povo do PT daqui e tal [...] e ganharam a eleição nessa onda e de que também Ah! Ana Cláudia tá grávida, Ana Cláudia não tem condições de tomar conta do grêmio não, são dois anos de gestão, ela vai tomar conta do menino pequeno dela [...] ¹⁷².

Ana Cláudia de Melo também estava na Travessia Socialista onde as discussões sobre a divisão das tarefas eram importantes para a participação política das mulheres, como falou o depoente anteriormente. No entanto, no relato da militante a prática não se mostrou condizente com o discurso na hora em que sua filha nasceu e ela não conseguiu dividir e conciliar suas funções familiares com a prática militante. A filha realmente a afastou do movimento. A condição de mãe se sobrepôs a de estudante e de militante.

Acabei me afastando quando a Mariana nasceu, ela hoje está com 17 anos. Meus pais nunca aceitaram o fato de eu está no Movimento Estudantil. O meu ex-companheiro então, que era o pai da minha filha, [...] e era do movimento também não me

¹⁷² (MELO, 2006) – Documento sonoro.

apoiava muito. Então, assim, por incrível que pareça, mesmo sendo do movimento, não me dava o apoio necessário e não dividia as tarefas comigo. Então, eu até queria continuar participando, mas pra continuar participando, eu tinha que ter alguém em casa que me ajudasse, porque minha família não me ajudava. Disse: *Olha! pra participar do movimento eu não fico com o bebê pra você ir pra reunião, pra esses cantos, não. Fico pra você estudar. Pra ir pra movimento não.* [...] Ele [falando de seu companheiro] queria sempre tá participando e pra isso eu tive que optar, e minha opção foi ficar realmente com a minha filha, que eu não ia ficar o tempo todo me ausentando e a família toda em cima, todo mundo reclamando, enfim, essas coisas. Então, realmente, eu fui forçada a deixar o movimento.¹⁷³

Na fala da depoente observamos que não eram só os problemas com o companheiro que interferiam na sua militância, como também a relação com a família era bastante conflituosa.

Os secundaristas que participavam do ME, na sua grande maioria, moravam com os pais. Com o engajamento no ME o militante acabava muitas vezes se prejudicando na escola por deixar os estudos em segundo plano e priorizar as atividades políticas do grêmio, da entidade estadual e/ou municipal. Embora muitas vezes despontasse na sala por saber se expressar melhor e conseguir boas notas, a ausência na aula acabava prejudicando suas notas e seus estudos. Esse fato, além de mudanças de comportamento influenciadas pela idade juvenil e pela coletividade do ME, acabavam criando conflitos nas relações familiares. Embora esses conflitos atingissem praticamente todos os militantes, as mulheres sentiam uma pressão ainda maior por terem seus comportamentos mais resguardados pela família que tentava preservar valores morais e culturais, formando a adolescente dentro dos padrões destinados ao gênero feminino com a representação simbólica esposa – mãe – dona-de-casa¹⁷⁴ já discutida por Margareth Rago. Maria Alves (Rosa) relatando de sua experiência no ME com sua irmã diz:

¹⁷³ (MELO, 2006) – Documento sonoro.

¹⁷⁴ (RAGO, 1985).

Eu e minha irmã Neide a gente enfrentou muitas coisas. A minha mãe, ela achava que a UMES era o próprio diabo. Acho que até hoje ela ainda acha isso. Ela achava isso, mas agente brigava. As vezes, a gente mentia dizendo que não ia pra reunião da Umes – era de 2 horas da tarde no sábado e era um horário até bom. Não era de noite, não era nada de mais – mas a gente mentia pra poder ir. Ela não via com bons olhos, nem ela, nem meu pai, eu acho que nenhum dos pais das meninas que participavam do movimento estudantil. Olha! Se o homens não eram vistos com bons olhos, imagine as mulheres, no final da década de 1980.¹⁷⁵

A depoente exprime no relato acima a representação que parte da sociedade tinha sobre as militantes estudantis naquele período. Essas representações se formavam devido o comportamento diferenciado que as militantes apresentavam para a sociedade, de discutir e tentar quebrar tabus e preconceitos; além das imagens pejorativas que se tinha das mulheres envolvidas na política, discutindo em torno de muitos homens, viajando, em passeatas, enfim, inúmeros espaços públicos proibidos por muito tempo para as mesmas.

Muitas estudantes comungavam dessa visão e às vezes não se interessavam em participar de grupos políticos. Essas imagens acabavam repercutindo nos seus próprios pais que muitas vezes tentavam afastar seus filhos do ME e até não permitir que eles participassem. Muitos acabaram não se engajado no ME por pressões familiares, como também, não era difícil encontrar casos de militantes que acabavam rompendo com a família, até saindo de casa e procurando apoio no próprio movimento estudantil e nos partidos que estavam inseridos. Ana Cláudia de Melo e Jalmira Damasceno já citaram casos anteriormente sobre fugas de casa para congresso, por exemplo.

Na maioria das vezes, as militantes inventavam formas de participar e conciliar os conflitos com a família. Apenas nos casos em que as pressões eram mais fortes e a militante sentia-se apoiada pelo grupo é que as decisões de sair de casa se concretizavam. Como as militantes secundaristas, na maioria das vezes, não trabalham, sendo totalmente dependentes da família, a segurança de sair de casa se dava quando esta via no grupo uma base para tomar esta

¹⁷⁵ (ALVES, 2006) – Documento sonoro.

decisão, ou seja, ir morar temporariamente na casa de alguém, ou em algum lugar cedido ou arranjado pelo grupo.

As relações dos militantes do ME eram imbricadas de laços políticos e afetivos. A cumplicidade partilhada pelos militantes expandia o sentimento de identidade com o grupo. Criava-se uma relação de irmandade familiar que unia os grupos e em contraponto a isso, também criava-se um atrito com o grupo oposto que também ultrapassava muitas vezes a esfera políticas chegando a confrontos pessoais. Esses sentimentos eram partilhados por todo o grupo de militantes. Em entrevista, Walter Junior relata:

Eu me apaixonei por uma garota que o nome dela era Nani. Ela era militante do MR-8, e foi muito sério, porque, por exemplo, por nós namorarmos [...] e tanto ela como eu passamos a ser tanto quanto excluídos do grupo porque éramos tidos como aqueles que estavam espionando, quer dizer, o que o outro estava pensando. Então a nível de relação era muito complicado, e não [se] conseguia distinguir isso. Ou era de um grupo, ou era de outro.¹⁷⁶

Vemos nesta afirmação como as esferas se imbricavam, o espaço político do Movimento era formado por todas essas relações que misturavam objetividades, subjetividades, razão, sentidos, estratégias e sentimentos.

Podemos ver dessa forma como a política militante reunia esferas públicas e privadas, como na verdade essas esferas eram uma só que se esfacelavam em múltiplas e se uniam no mesmo espaço, que também acaba se (re)significando a cada prática, se transformando, se constituindo político através da pluralidade.

O próprio corpo, na arte da sedução, era prática utilizada no espaço político do ME. Homens e mulheres utilizavam a malícia, a sedução para cooptar novos estudantes para o movimento. Neste aspecto, por uma questão cultural na formação dos símbolos sexuais relacionados ao feminino, as mulheres eram as mais indicadas a fazer essa cooptação pela sedução. Numa fala já citada

¹⁷⁶ (BARBOSA JÚNIOR, 2002) – Documento sonoro.

anteriormente Maria Alves (Rosa) fala de um Machismo embutido que os militantes resguardavam quando incentivavam a participação feminina para que as mulheres fossem suas companheiras, ou fossem figuras atrativas de seu grupo. Essa prática era confirmada, no entanto, temos que observar que era uma postura assumida também pelas mulheres, partilhada e reforçada. As militantes acabavam usando esse poder de sedução para realizar atividades importantes para todo o grupo.

Alguns pesquisadores da história das mulheres (FARGE apud SOIHET, 1997) evitam usar o binômio dominação/subordinação como terreno único do confronto entre os gêneros. As mulheres fazem sentir suas atuações a partir de outros contrapoderes – maternal, o social e a própria sedução – apesar da dominação masculina¹⁷⁷. A própria Joan Scott observa essas alianças e consentimentos feitos pelas mulheres, demonstrando assim as sutilezas presentes nas relações de poder entre os sexos.

3.5 O LEGADO DO ME PARA AS MILITANTES ESTUDANTIS

O Movimento Estudantil secundarista – um espaço múltiplo, consensual, conflituoso – como o primeiro espaço de atuação política vivenciado pelas mulheres estudadas neste trabalho é recordado de forma saudosista pelas militantes. Há uma avaliação coletiva da importância dessas experiências para suas vidas e suas formações.

Como “os militantes formam os movimentos e os movimentos formam os militantes”¹⁷⁸, a participação e o processo de aprendizagem que essa experiência acarretou na vida dos protagonistas desta história foi muito valiosa.

Os atores do início dos anos 1980 tinham essa visão sobre o movimento durante seu período de participação, considerando que, após o seu

¹⁷⁷ (SOIHET, 1997).

¹⁷⁸ (FRAGA, 2000, p. 291).

afastamento, o movimento ficou mais fraco. Os militantes de meados desta mesma década também avaliam que o seu período de atuação foi mais efervescente. E os do fim da década de 1980 já tinham uma outra avaliação. Então, percebemos nessas avaliações que na militância, no momento de atuação, a intensidade desse movimento é marcante e o sujeito não consegue ter realmente uma avaliação na dimensão geral, sendo influenciado pela paixão que tinha e pelos resquícios dela. Arendt nos diz:

A ação só se revela plenamente para o narrador da história, ou seja, para o olhar retrospectivo do historiador, que realmente sempre sabe melhor o que aconteceu do que os próprios participantes. Todo relato feito pelos próprios atores, ainda que, em raros casos, constitua versão fidedigna de suas intenções, finalidades e motivos, não passa de fonte útil nas mãos do historiador, e nunca tem a mesma significação e veracidade da sua história.[...] Muito embora as histórias sejam resultado inevitável da ação, não é o ator, e sim o narrador que percebe e faz a história.¹⁷⁹

Além desse aspecto, os atores também avaliaram o legado da cultura política militante para suas vidas, destacando a formação adquirida no ME como responsável por muitas de suas vitórias. Jalmira Damasceno, falando sobre a importância do ME na sua vida destaca:

Eu acho que o movimento estudantil ele repercute na minha vida profissional como pessoa. Hoje, lidar com a família, lidar com as pessoas... hoje a gente trabalha com grupos e grupos de professores. Então a nossa conversa com eles é diferente de quem não teve a experiência da militância. A gente percebe isso. Essa experiência nos sedimenta nesses trabalhos de organização social que a gente exerce. Que eu nunca deixei de exercer. Eu sempre participei desses movimentos desde a época.¹⁸⁰

Aluizia Freire também relata a importância do ME secundarista e fala:

¹⁷⁹ (ARENDR, 1999, p. 204-205).

¹⁸⁰ (DAMASCENO, 2006) – Documento sonoro.

Pra mim foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. Eu acho que se eu não tivesse entrado nesse movimento secundarista; não tivesse obtido essa consciência, eu estaria eu acho um pouco parada e acomodada. Hoje eu não teria a visão ideológica que eu tenho de construir uma nova sociedade. Uma sociedade, no qual, nós, mulheres, principalmente, não continuemos sendo oprimidas.¹⁸¹

Essas mulheres acabaram compreendendo a política como essencial as suas vidas e tentando atuar nos diversos espaços que ocuparam e ocupam hoje na sociedade. A formação militante lhes ajudou a repensar seus papéis sociais, inclusive, de suas condições de gênero em outras temporalidades como nos anos de 1990 e nos dias atuais.

¹⁸¹ (FREIRE, 2006) – Documento sonoro.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, durante todo o século XX, as mulheres passaram a assumir espaços diversificados na sociedade brasileira e mundial. Essa revolução, protagonizada sobretudo pelo feminino, modificou os diversos espaços sociais, destacando-se a inserção da mulher no espaço público.

A participação feminina no Movimento estudantil secundarista do Rio Grande do Norte pode ser percebida nos anos de 1980 quando da reorganização das entidades estudantis criadas e/ou reconstruídas pós-governos militares. Neste contexto, muitos foram os conflitos assumidos pelas mesmas para sua inserção e permanência no ME.

O movimento estudantil mostrou-se como um espaço heterogêneo de aglutinação de diferentes grupos e pensamentos. E as mulheres, por nós estudadas, também foram mostradas na sua pluralidade.

Os jovens sentem a necessidade da ação coletiva e normalmente se engajam em grupos na sociedade como, por exemplo: grupos de jovens de Igreja, tribos *hippies*, *dark's*, e entre esses grupos há os grupos políticos e o movimento estudantil. O movimento estudantil secundarista, por ocorrer geralmente na juventude, passa a ser a primeira instância de participação organizada dos sujeitos sociais. A militância estudantil tem um papel educativo na formação do ser político em sociedade. Como espaço de atuação que possibilita a discussão, o ME contribui para conscientizar o indivíduo que quando adulto poderá assumir papéis de destaque no âmbito social.

Nosso trabalho tentou mostrar a relação conflituosa entre militantes, destacando a experiência feminina, mas gostaríamos de frisar que muitos são os conflitos apresentados por ambos os sexos no ME, quando levamos em consideração que muitas vezes o militante – inserido num grupo ou partido – tinha que colocar as discussões e decisões do coletivo acima dos seus interesses pessoais. Essa “escolha” fazia parte da sua cultura política baseada na centralidade. Então não só as mulheres, mas todos os militantes passavam por conflitos, no entanto nosso trabalho mostrou as particularidades femininas, o

público e o privado constituindo o espaço político do Movimento estudantil secundarista.

Gostaríamos de destacar que embora o movimento estudantil apresente práticas e heranças culturais ainda machistas na década de 1980, caracterizando-se assim como espaço de permanências, frizamos sua heterogeneidade, caracterizando-o também como espaço de rupturas, pois se constituiu também como espaço privilegiado de discussão e formação, que levou homens e mulheres a exercitar posturas políticas e discutir seus papéis sociais.

Muitas outras mulheres participaram e construíram o movimento estudantil secundarista, mas não estiveram nos cargos representativos, o que nos levou a não mencioná-las. Construíram história, muito embora seus nomes não estejam nas linhas da escritura. Mas suas experiências podem ser comungadas com tantas outras aqui descritas. Apresentamos mulheres múltiplas, admiradas, discriminadas, fortes, fracas, tudo ao mesmo tempo. Mulheres políticas e plurais, vendo a pluralidade como aspecto fundamental da condição humana.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **Nordestino: a invenção do falo: uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)**. Maceió: Edições Catavento, 2003. p. 21.

_____. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

ALMEIDA, Luciano de. **Luciano de Almeida**: depoimento [jun. 2004]. Entrevistadora: Adriana C. S. Patrício. Natal, 2004. 1 cassete (39 min). (Ex-militante estudantil secundarista da década de 1960, atual jornalista aposentado).

ALVES, Maria de Lima. **Maria de Lima Alves (Rosa)**: depoimento [nov. 2006]. Entrevistadora: Adriana C. S. Patrício. Natal, 2006. Grav. digital (23 min) VLC média file (wav.). (Ex-militante estudantil secundarista da década de 1980, atual funcionária pública e mestranda em Ciências Biológicas/UFRN).

AMARO, Lázaro. **Lázaro Amaro**: depoimento [nov. 2002]. Entrevistadora: Adriana C. S. Patrício. Natal, 2002. 1 cassete (54 min). (Ex-militante estudantil secundarista da década de 1980, atual advogado).

ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento. **A organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Natal, 1994.

ARAUJO, Clara. Gênero, poder e política: rupturas e diálogos com a representação institucional. In: MINELLA, Luzinete Simões; FUNCR, Susana Bórneo (Orgs.). **Saberes e Fazer de gênero: entre o local e o global**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

ARENDT, Hanna. **A condição humana**. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ATA do primeiro Encontro Municipal de Estudantes Secundaristas. Natal, 11 out. 1986.

BARBOSA JUNIOR, Walter Pinheiro. **Walter Pinheiro Barbosa Junior**: depoimento [nov. 2002]. Entrevistadora: Adriana C. S. Patrício. Natal, 2002. 1 cassete (52 min.). (Ex-militante estudantil secundarista da década de 1980, atual professor da UFRN).

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história**. Rio de Janeiro, 2002.

BEZERRA, Juscelino. **Juscelino Bezerra**: depoimento [dez. 2002]. Entrevistadora: Adriana C. S. Patrício. Natal, 2002. 1 cassete (40 min). (Ex-militante estudantil secundarista da década de 1980, atual funcionário público).

BRASIL. Rio Grande do Norte. Segundo Ofício de Notas. **Certidão**. Natal, 1989. (Registro da diretoria da APES eleita no Congresso de reconstrução).

BRASIL. Rio Grande do Norte. Segundo Ofício de Notas. **Certidão**. Natal, 1990. (Estatuto da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas – UMES/Natal).

BURKE, Peter. **A escola dos Annales**: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

CAMARGO, Aspásia. História oral e política. In: MORAES, Marieta (Org.). **História Oral**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

CAMPOS, Anderson de Souza. **Movimento Estudantil**: quando novas práticas entram em cena. 2000. Monografia (Graduado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2000.

CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CASSIRER, Ernest. **A filosofia do Iluminismo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

CID, Serveny Araújo. **Serveny Araújo Cid**: depoimento [nov. 2002]. Entrevistadora: Adriana C. S. Patrício. Natal/ RN. 2002. 1 cassete (16 min). (Ex-militante estudantil secundarista da década de 1980, atual estudante de Letras).

CONGRESSO da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas,3: Edital de convocação. **Diário Oficial do Estado**, Natal, 08 out. 1985.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Práticas historiográficas: um estudo. In MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saeuz; MANOEL, Ivan A. (orgs.). **As múltiplas dimensões da política e da narrativa**. São Paulo: Olho D'água, 2004.

DAGNINO, Ivelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAMASCENO, Cláudio. **Cláudio Damasceno**: depoimento [dez. 2002]. Entrevistadora: Adriana C. S. Patrício. Natal, 2002. 1 cassete (26 min). (Ex-militante estudantil secundarista da década de 1980, atual cartunista).

DAMASCENO, Jalmira Linhares. **Jalmira Linhares Damasceno**: depoimento [nov. 2006]. Entrevistadora: Adriana C. S. Patrício. Natal, 2006. Grav. digital (41 min) VLC média file (wav.). (Ex-militante estudantil secundarista da década de 1980, atual professora).

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo**: sociedade e cultura no início da França moderna. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

EDITAL de convocação [Congresso de reconstrução da APES]. **Diário Oficial do Estado**, Natal ,30 ago. 1988.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínio da História**. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERNANDES, José Henrique. **José Henrique Fernandes**: depoimento [nov. 2002]. Entrevistadora: Adriana C. S. Patrício. Natal, 2002. 1 cassete (50 min). (Ex-militante estudantil secundarista da década de 1980, atual repórter cinematográfico).

FERNANDES, Maria Rizolete. **A história oficial omite, eu conto**: mulheres em Luta no Rio Grande do Norte de 1980-2000. Natal: EDUFRN, 2004.

FONTENELLE, Isleide A. Vidas em luta: a constituição do sujeito político em E.P. Thompson. In: **Socibilidades**. São Paulo: LASC, FFLCH-USP, 1996. [s/p]

FOUCAULT, Michel; MACHADO, Roberto. **Microfísica do poder**. 14.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRAGA, Maria da Conceição. **Estudantes, cultura e política**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

_____. Ritual e símbolo na política estudantil. In: BARREIRA et al (Org.). **Cultura e política: tecidos do cotidiano brasileiro**: Fortaleza: EUFC, 1998.

_____. **Memória articulada e memória publicizada: a experiência de parlamentares brasileiros**. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia – Universidade Federal do Ceará). Fortaleza, 2000.

FREIRE, Aluizia do Nascimento. **Aluizia do Nascimento Freire: depoimento** [nov. 2006]. Entrevistadora: Adriana C. S. Patrício. Natal, 2006. Grav. digital (12 min) VLC média file (wav.). (Ex-militante estudantil secundarista da década de 1980 e 1990, atual mestranda em Serviço Social/UFRN).

GASKEL, Ivan. História das imagens. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2 ed. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2003.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta cabeça**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve séc. XX (1914-1991)**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LACERDA, Alan D. Freire de. **Participação política em entidades estudantis: questões atuais.** 1997. Monografia (Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Natal, 1997.

LANG, Alice B. S. Gordo. **História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta.** [S.l.] : [s.n], [199-].

LÁZARO Amaro. **Jornal mural**, Natal, [1987]

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: EDUNICAMP, 1996.

MAIA, Michelle P. **A ocupação da Reitoria: seis dias que abalaram a UFRN (1984).** 2003. Monografia (Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte) Natal, 2003.

MARIZ, M. da S.; SUASSUNA, L. E. B. **História do Rio Grande do Norte Contemporâneo (1934 – 1990): estado, evolução política, social e econômica.** Natal: CDF, Gráfica e Editora, 2001.

MARTÍNEZ, Horácio Lujan. Foucault: da genealogia do poder de si próprio. In: LOPES, Marco Antônio. **Grandes nomes da história intelectual.** São Paulo: Contexto, 2003.

MELO, Ana Cláudia G. de. **Ana Cláudia Gomes de Melo: depoimento** [nov. 2006]. Entrevistadora: Adriana C. S. Patrício. Natal, 2006. Grav. digital (24 min) VLC média file (wav.). (Ex-militante estudantil secundarista da década de 1980, atual advogada do Tribunal de Justiça do Estado/RN).

MENEZES, Glácio Gley. **Glácio Gley Menezes de Souza: depoimento** [jun. 2004]. Entrevistadora: Adriana C. S. Patrício. Natal/ RN. 2004. 1 cassete (57 min.). (Ex- militante estudantil secundarista da década de 1980 e 1990, atual funcionário público).

MIRANDA, Orlando. A sociabilidade na teoria de Tonnies. In: **Socibilidades.** São Paulo: LASC, FFLCH-USP, 1996. [s/p]

MOTTA, Márcia M. **História, pensar é fazer: laboratório dimensões da história.** Rio de Janeiro: UFF, 1998.

MOVIMENTOS dos secundaristas está dividido. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 set. 1989, Caderno Educação, p.D-6

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Em busca de uma cidade perdida. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL. **História oral**. Rio de Janeiro, n. 5, jun. 2002.

NÃO a violência, velha causa estudantil. **Tribuna do Norte**, Natal, 17 set. 1988. p. 11.

NOTAS, notícias, verdade. **A República**, Natal, 9 mar. 1986.p.10.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Selma. Secundaristas exigem grêmios livres. **Boletim [UBES]**. São Paulo, n.4, set./out.[1985].

ONFRAY, Michel. **A arte de ter prazer: por um materialismo hedonista**. São Paulo: Martins fontes, 1999.

PATRICIO, Adriana C. S. **A cultura política dos militantes estudantis (1960-1990)**. 2004. Monografia (Especialização em História do Campo e da Cidade – Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Natal, 2004.

_____. **Estudantes em perspectiva: movimento estudantil secundarista no Rio Grande do Norte (1982-1992)**. 2002. Monografia (Graduação em História - UFRN). Natal, 2002.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, v. 23, n. 45, 2003.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

POERNER, Artur J. **O poder jovem**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

PT divide a UMES. **Dois pontos**, Natal, out. 1988. p. 4, 15-21.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplina: Brasil 1890-1930**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REMOND, René. O retorno do político. In: CHAVEAU, A; TETART, PH (orgs.). **Questões para a história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

RIO GRANDE DO NORTE. **Jornal da Secretaria de Educação do Estado**, 1986.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.15, n.30, 1995.

RUSEN, Jorn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Ed. Universidade de Brasileira, 2001.

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SANTANA, Marcos Aurélio. Militância, repressão e silêncio: relato de uma experiência com a memória operária. IN: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL. **História oral**. São Paulo, n. 3, jun. 2000.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SERRES, Michel. **Variações sobre o corpo**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

SILVA, Antônio Ozai da. **História das tendências no Brasil**: origens, cisões e propostas. 2. ed. São Paulo: Dag gráfica e Editorial, [19--?]

SILVA, F. C. Teixeira. Brasil em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SILVA, Justina Iva de A. **Estudantes e política**: estudo de um movimento (RN – 1960-1969). São Paulo: Cortez Editora, 1989.

SILVA, Ormindá Bezerra. **Ormindá Bezerra Silva**: depoimento [nov. 2006]. Entrevistadora: Adriana C. S. Patrício. Natal/ RN. 2006. Grav. digital (29 min.) VLC média file (wav.). (Ex- militante estudantil secundarista da década de 1980, atual bacharel em Geografia/UFRN).

SILVA, Rogério Marques da. **Rogério Marques da Silva**: depoimento [dez. 2002]. Entrevistadora: Adriana C. S. Patrício. Natal/ RN. 2002. 1 cassete (35 min). (Ex- militante estudantil da década de 1980, atual professor).

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma (org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. (Col. Gênero; v. 05).

THOMPSON, E. P. **Costumes em comuns**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

UMES faz passeata e pede aula. **Tribuna do Norte**. Natal, 18 out. 1989. p. 7.

UMES organiza encontro. **Tribuna do Norte**. Natal, 30 mar. 1988.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. **Ata do XXVII Congresso da UBES**. Goiânia, 18 de jul.1988. (Congresso realizado em Goiânia/GO, nos dias 12, 15, 16 e 17 de julho de 1988)

_____. **Boletim da UBES**. n.1, maio.1983.

_____. **Boletim**. n.3, maio./jun. 1984.

_____. **Boletim**. n.4, set./out. 1985.

_____. **Estudante em marcha.** v.1, n.2, jun./jul. 1984

_____. **Estudante em marcha.** v.3, n. 6, maio/jun.1986.

_____. **Estudante em marcha.** v.4, n. 8, 1987.

_____. **Estudante em marcha.** v.4, n. 9, out./nov.1987.

_____. **Estudante em marcha,** out/nov. 1989.

UNIÃO Metropolitana de Estudantes secundaristas. **Manual de grêmio estudantil:** Projeto UMES Ação urgente. Natal, [1988?]. Gestão “Mãos à obra” (87/89).

_____. **Umes pela base.** Natal, n.1, mar. 1987. p.1.

_____. **Umes pela base.** Natal, v.2, n.1, mar./abr.1988.

UNIÃO Metropolitana dos Estudantes secundaristas. **Jornal da UMES.** Natal, v.1, n.1, dez. 1987.

VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou.** São Paulo: Círculo do Livro, 1988.